



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,  
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**ANNA PAULA DIONÍSIO RAMOS**

**PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
análise da política de assistência estudantil do Instituto Federal da Paraíba**

**João Pessoa -PB  
2023**

**ANNA PAULA DIONÍSIO RAMOS**

**PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
análise da política de assistência estudantil do Instituto Federal da Paraíba**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – PPGAES da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre na área de concentração: Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Furtado  
Soares Pontes

**João Pessoa -PB  
2023**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

R175p Ramos, Anna Paula Dionísio.

Permanência na educação superior : análise da política de assistência estudantil do Instituto Federal da Paraíba / Anna Paula Dionísio Ramos. - João Pessoa, 2023.

117 f. : il.

Orientação: Anna Paula Furtado Soares Pontes.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação superior - Assistência estudantil. 2. Política de assistência estudantil. 3. Assistência estudantil - Permanência. 4. Instituto Federal da Paraíba. I. Furtado Soares Pontes, Anna Paula. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378(043)

ANNA PAULA DIONÍSIO RAMOS

**PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
análise da política de assistência estudantil do Instituto Federal da Paraíba**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – PPGAES da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre na área de concentração: Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior  
Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes

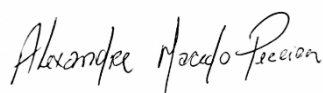
Aprovado em 25 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA



---

Orientadora Profa. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes  
Presidente



---

Examinador: Prof. Dr. Alexandre Macedo Pereira– PPGAES/UFPB  
(Membro Interno)



---

Examinadora: Profa Dra. Waldênia Leão de Carvalho– PPGE/UPE  
(Membro Externo)

Dedico a minha filha, Marina Justino Ramos, amor da  
minha vida e razão dos meus melhores objetivos.  
E ao meu esposo, Willame Justino da Silva, que sempre me deu apoio.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, Senhor absoluto de minha vida.

Aos meus pais, pelo amor e torcida.

Ao meu amado esposo, pelo constante incentivo à busca pelo conhecimento em todas as etapas da minha vida acadêmica e por sempre estar ao meu lado nos momentos mais difíceis, não apenas nessa caminhada, mas ao longo de toda nossa união. Meu amor por você é imenso.

A minha filha, a razão dos meus maiores objetivos.

A todos os familiares e amigos pelo apoio e incentivo sempre presentes.

A Professora e orientadora Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes, a quem tive a honra de poder compartilhar esse momento de construção durante toda a caminhada do mestrado. Por sua compreensão, carinho, paciência e dedicação para ensinar-me novos conhecimentos que contribuíram para meu crescimento acadêmico e intelectual. Muito obrigada!

As minhas amigas e parceiras de trabalho do IFPB *Campus* Picuí, Paula Barreto, Vanessa Paz, Rudjane, Jéssica e Daniele que estiveram comigo dando-me forças e incentivos para que, mesmo com as dificuldades do dia a dia no trabalho, eu conseguisse dar continuidade em meus estudos. Gratidão a Deus pela amizade de vocês.

A minha amiga de mestrado Natinelle Menezes que com toda doçura, paciência e companheirismo, sempre me ajudou nos momentos mais difíceis. Você foi um presente que o PPGAES me proporcionou, amiga.

Aos meus professores, que com seus ensinamentos me levaram a refletir acerca das possibilidades de contribuir com o serviço público no meu ambiente de trabalho.

Às Bancas Examinadoras da Qualificação e da Defesa, professoras Ana Paula Pontes, Uyguciara Veloso e Waldênia Leão e Prof. Alexandre Macedo Pereira que disponibilizaram parte do seu tempo para contribuírem na melhoria deste trabalho.

E àqueles que não citei, mas que, direta ou indiretamente, ajudaram-me nessa conquista.

A todos eles, muito obrigada!

## RESUMO

Nosso interesse em investigar a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal (IFPB) nos levou a identificar a recorrência de estudos sobre o tema nessa instituição, totalizando nove (09) dissertações defendidas no período de 2016 a 2020. Tal constatação nos instigou a realizar este estudo com o objetivo de analisar como essas pesquisas, desenvolvidas no âmbito dos mestrados profissionais, podem contribuir para o enfrentamento da referida problemática institucionalmente. A pesquisa bibliográfica se deu por meio da revisão de literatura, tendo como apoio teórico autores como Abreu (2012); Castelo Branco, Jezine e Nakamura (2013; 2015), além das próprias dissertações pesquisadas. O estudo, de natureza aplicada, de caráter descritivo, exploratório e com enfoque qualitativo, foi desenvolvido com a participação de seis (06), dos nove (09) autores das dissertações discutidas, bem como os assistentes sociais que atuam em *Campi* onde foram realizadas as pesquisas. Os procedimentos de pesquisa envolveram a aplicação de questionário semiestruturado com os autores, além da realização de entrevista com as assistentes sociais. Após a coleta, os dados foram tratados a partir da perspectiva de análise de conteúdo de Bardin (2016), utilizando como categorias teóricas acesso, permanência e sucesso acadêmico. Os nossos resultados apontam que as assistentes sociais ainda não têm conhecimento sobre essas pesquisas, tampouco acerca das conclusões e avanços nelas apresentados. Outrossim, os autores participantes da pesquisa apontaram que seus estudos, apesar do tempo decorrido, trazem contribuições para a melhoria da política de assistência estudantil do IFPB, ao passo em que indicam necessidade e possibilidades de novos estudos. Diante desses resultados, como produto de nosso trabalho, apresentamos a proposta de um curso voltado para os servidores do IFPB envolvidos com a assistência estudantil, tendo como referência o artigo originado desta pesquisa, sobre as contribuições dos programas profissionais para PAE do IFPB, intitulado “Assistência estudantil no IFPB: o que dizem as dissertações de mestrado profissional sobre este tema?”, sendo sugerido que os próprios pesquisadores sejam convidados a participar com apresentação de seus estudos.

**Palavras-chave:** Educação Superior; Política de Assistência Estudantil; Permanência; Instituto Federal da Paraíba.



## ABSTRACT

Our interest in investigating the Student Assistance Policy (PAE) of the Federal Institute (IFPB) led us to identify the recurrence of studies on the topic at this institution, totaling nine (09) dissertations defended in the period from 2016 to 2020. This finding instigated us carrying out this study with the aim of analyzing how this research, carried out within the scope of professional master's degrees, can contribute to tackling the problem referred to institutionally. The bibliographical research was carried out through a literature review, using authors such as Abreu (2012) as theoretical support; Castelo Branco, Jezine and Nakamura (2013; 2015), in addition to the researched dissertations themselves. The study, of an applied nature, descriptive, exploratory and with a qualitative approach, was developed with the participation of six (06) of the nine (09) authors of the dissertations discussed, as well as social workers who work on the campuses where they were carried out. such as research. The research procedures involved the application of a semi-structured questionnaire with the authors, in addition to interviews with social workers. After collection, the data was treated from the content analysis perspective of Bardin (2016), using access, retention and academic success as theoretical categories. Our results indicate that social workers still do not have knowledge about this research, nor about the tips and advances presented in them. Furthermore, the authors participating in the research pointed out that their studies, despite the time that had passed, brought contributions to the improvement of IFPB's student assistance policy, while indicating needs and possibilities for new studies. In view of these results, as a product of our work, we present the proposal for a university course for IFPB employees involved with student assistance, taking as a reference the article originating from this research, on the contributions of professional programs to IFPB's PAE, entitled " Student assistance at IFPB: what do professional master's dissertations say about this topic?", and it is suggested that the researchers themselves be invited to participate by presenting their studies

**KEYWORDS:** College education; Student Assistance Policy; Permanence; Federal Institute of Paraíba.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Identificação das dissertações alvo de atenção na pesquisa.....	27
<b>Quadro 2:</b> Síntese dos principais achados das pesquisas analisadas.....	67

## LISTA DE SIGLAS

AS	Assistente Social
CEFET-PB	Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba
COPAE	Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante
EAD	Educação a Distância
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IFES	Instituição Federal de Educação Superior
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAPE	Programa de Apoio a Permanência do Estudante
PASE	Programa de Atenção à Saúde do Estudante
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	21
1.2 COLETA DE DADOS.....	25
1.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	29
1.4 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	31
<b>2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA NOS INSTITUTOS FEDERAIS.....</b>	<b>33</b>
2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB.....	40
<b>2.1.1 A percepção das assistentes sociais do IFPB sobre a Política de assistência estudantil da instituição.....</b>	<b>46</b>
2.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA: O QUE DIZEM OS ESTUDOS ANALISADOS?.....	55
<b>3 OS ESTUDOS SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB: A ESCUTA DOS SUJEITOS DESTA PESQUISA.....</b>	<b>70</b>
3.1 A VISÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO IFPB SOBRE AS DISSERTAÇÕES DE MESTRADOS REALIZADAS SOBRE A PAE DA INSTITUIÇÃO.....	70
3.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPB: O QUE DIZEM OS AUTORES DAS DISSERTAÇÕES.....	75
3.3 O ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB: ORIENTAÇÕES PARA OS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA.....	83
<b>3.3.1 Apresentação do curso.....</b>	<b>85</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>89</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é direito de todos, conforme prevê o artigo nº 205 da Constituição Federal de 1988. Além dessa previsão legal, dispomos de outras legislações que versam sobre a temática educacional, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – nº 9.394/96, a Lei nº 13.005/2014, que aborda o Plano Nacional de Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990, que dedica um capítulo exclusivo ao direito à educação para as crianças e adolescentes. Para fazer valer o direito previsto em legislação é dever do Estado garantir a educação básica obrigatória como direito público subjetivo, que deve ser acessível a todos estudantes.

No caso da educação superior, como etapa do sistema educacional brasileiro, há políticas públicas voltadas para a garantia do acesso e da permanência no ensino superior, como a Lei de Cotas - Lei nº 12.711/2012. Essa lei prevê o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de estudantes que cursaram ensino médio em escolas públicas, com 50% dessas vagas destinadas aos oriundos de famílias de baixa renda e aos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, nos termos da referida lei.

Como mecanismo de garantia da permanência dos discentes no ensino superior, destacamos o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído por meio do Decreto nº 7.234/2010, que visa oferecer assistência estudantil aos estudantes de baixa renda matriculados em instituições federais de ensino superior, com vistas a reduzir as desigualdades sociais, contribuindo para a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes.

É sobre esse mecanismo de acesso e permanência no ensino público que direcionamos nosso olhar investigativo, uma vez que a assistência estudantil surge como uma política pública, trazendo como um de seus objetivos a democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

No Brasil, as instituições públicas de ensino superior do setor público federal são as Universidades federais e os Institutos Federais. Os institutos foram criados a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2009, sendo instituições, pluricurriculares e *multiCampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica (EPT) em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais

níveis e modalidades da Educação Nacional, além de cursos de licenciatura, bacharelado e pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Na Paraíba, foi criado um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB) por meio da junção do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) com a Escola Agrotécnica Federal de Sousa e conta, atualmente, com 21 unidades, entre Campus e Campus Avançado<sup>1</sup>, distribuídos em todas as regiões do Estado da Paraíba.

Dentre os 21 Campi do IFPB, esta pesquisadora atua como servidora no Campus Picuí desde o ano de 2017. No entanto, a partir de 2019, atua na parte administrativa, com as questões relacionadas à assistência estudantil(AE). Foi nesse contexto de atuação que surgiu o interesse pelo estudo desta temática, uma vez que há inquietações profissionais desta pesquisadora por investigar a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal da Paraíba quanto aos seus processos e resultados.

A assistência estudantil na educação superior pública brasileira é um tema de grande importância, conforme as literaturas existentes. Através de um levantamento prévio, foi possível identificar diversas fontes que abordam o assunto de diferentes perspectivas.

Imperatori (2017) aborda esta temática em seu artigo intitulado “A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira” objetivando problematizar a trajetória histórica da política de assistência estudantil no Brasil até a implementação do PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil). A pesquisa realizada nesse artigo contribui para uma compreensão mais aprofundada da evolução dessa política ao longo do tempo.

Um estudo encontrado no Portal do Ministério da Educação apresenta o PNAES com o objetivo de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial. Essa política busca garantir que esses estudantes tenham condições de se manterem na universidade e concluir seus cursos.

Já o artigo da revista Nuances, intitulado “Política pública de assistência estudantil no ensino superior brasileiro como um instrumento para novos *habitus* nas universidades” destaca a importância das políticas públicas educacionais voltadas para a garantia do acesso e da permanência no ensino superior. Essas políticas são

essenciais para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades no contexto universitário.

Somada a essas literaturas, encontramos nove dissertações oriundas de mestrados profissionais que abordam a temática da Assistência Estudantil (AE) no âmbito do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), as quais foram estudadas nesta pesquisa.

Nesse sentido, considerando que a AE é uma política relevante para garantir a inserção e permanência dos estudantes no ensino superior do Instituto, algumas questões inquietam - nos: Quais os principais achados de pesquisa em relação à política e prática de assistência estudantil no IFPB? Como se desenvolveu a devolutiva das pesquisas ao IFPB? Que contribuições as produções sobre a AE no IFPB trouxeram para a Instituição? Que aspectos precisariam ser retomados e ampliados desde a realização dessas pesquisas? Por que o problema da assistência estudantil no âmbito do IFPB ainda permanece como necessário ser estudado?

Para maior delimitação do nosso problema de pesquisa, iniciamos o levantamento de estudos pré-existentes sobre a temática da assistência estudantil no IFPB. Esse levantamento foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com os filtros de “mestrado profissional”, “assistência estudantil” e “IFPB”, sendo identificado um total de nove (09) dissertações defendidas no período de 2016 a 2020.

A partir desse levantamento, optamos por realizar o presente estudo tomando como ponto de partida essas pesquisas, uma vez que constatamos que a assistência estudantil no IFPB vem sendo recorrente nas dissertações dos mestrados profissionais, o que nos instigou a discutir: Como as pesquisas sobre assistência estudantil no IFPB, desenvolvidas no âmbito dos mestrados profissionais, podem contribuir para o enfretamento desse problema institucionalmente?

Nessa perspectiva, a partir do primeiro contato com essas dissertações, foi possível compreender que a Assistência estudantil do IFPB é uma política relativamente recente, sendo o registro da primeira iniciativa na área a Política de Assistência Estudantil (PAE) aprovada *ad referendum* na instituição no ano de 2011. No entanto, essa política ainda apresenta lacunas relativas à sua formulação e aplicabilidade prática (Galdino, 2016).

Entre as lacunas apresentadas pelos autores estudados, damos destaque as questões relativas à formulação dos editais da assistência, aos programas ofertados, às formas como as avaliações dos estudantes eram realizadas, além do registro de dificuldades orçamentárias. A questão orçamentária foi um fator apontado, sobretudo, pelos gestores entrevistados nas dissertações (Galdino, 2016); (Souza, 2017); (Souza, 2017); (Almeida, 2017); (Farias, 2018); (Teotônio,2018); (Pordeus,2019); (Carvalho, 2020); (Lima, 2020).

Partimos do pressuposto de que, mesmo a AE do Instituto sendo alvo de atenção das pesquisas desenvolvidas no período analisado, a temática ainda carece ser discutida e aprofundada, sendo essas produções relevantes para a continuidade do processo investigativo.

Assim, nesta pesquisa, inicialmente, propusemos analisar a política de assistência estudantil no IFPB a partir do conteúdo e dos dados disponíveis nas dissertações de mestrados profissionais identificadas. A partir da revisitação dessas produções, buscamos avançar em uma nova coleta de dados junto aos autores dessas dissertações, bem como junto às assistentes sociais do IFPB, profissionais mais diretamente envolvidas com a assistência estudantil, visando ampliar o olhar sobre a política e as ações de AE no Instituto, bem como os desdobramentos dos estudos realizados nessa instituição.

Nesse sentido, com esse processo de escuta, buscamos discutir sobre a temática a partir do ponto de vista dos autores e dos assistentes sociais e, assim, propor sugestões para o aprimoramento da PAE do IFPB. Posto isso, tomamos como referência a seguinte pergunta de pesquisa: Quais as contribuições das produções decorrentes dos mestrados profissionais para a política de assistência estudantil do IFPB? A partir dessa indagação propomos investigar os seguintes objetivos:

**Objetivo Geral:**

- Analisar como as pesquisas sobre assistência estudantil no IFPB, desenvolvidas no âmbito dos mestrados profissionais, podem contribuir para a melhoria dessa política institucional.

**Objetivos específicos:**

- Discutir a Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFPB em seus aspectos históricos e legais;



- Caracterizar as produções acadêmicas dos últimos cinco anos sobre a Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFPB, identificando seus problemas e achados de pesquisa, os referenciais e categorias teóricas;
- Compreender como os autores caracterizam suas produções acadêmicas sobre Assistência Estudantil no IFPB, bem como as possibilidades de aplicação dos estudos realizados;
- Verificar a percepção das assistentes sociais sobre a PAE do IFPB e o conhecimento sobre as produções acadêmicas realizadas, identificando as repercussões dos seus resultados no cotidiano da política de assistência na instituição;
- Propor um curso a ser desenvolvido no IFPB voltado para os servidores envolvidos com a assistência estudantil, tendo como referência o artigo originado desta pesquisa, sobre as contribuições dos programas profissionais para PAE do IFPB.

A escolha pela revisitação das dissertações e, sobretudo, a escuta dos autores dessas produções se mostra pertinente pela possibilidade de obtermos dados referentes à devolutiva institucional desses trabalhos, bem como conhecer como se deu o desenvolvimento dessas pesquisas, seus principais achados, limites e possibilidades na visão desses autores, visando articular as contribuições desses diversos estudos e buscar a ampliação de seus achados de pesquisa, bem como seu impacto institucional.

Outrossim, a pesquisa também propõe compreender a visão dos assistentes sociais que ainda atuam na PAE do IFPB, tendo em vista compreender sua percepção sobre a política institucional na área e o rebatimento desses trabalhos de pesquisa analisados nas ações de assistência estudantil.

### 1.1. PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia de um trabalho científico refere-se ao percurso utilizado pelo pesquisador, que através de métodos e procedimentos técnicos, desenvolve estudos mais aprofundados sobre determinado tema. Isso gera maior segurança e veracidade

nos resultados alcançados, considerando os objetivos previamente determinados. Nesses termos, a metodologia é “a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa” (Kauark; Manhães; Medeiros, 2010, p. 53).

No nosso caso, por ser uma pesquisa de natureza aplicada, busca-se gerar conhecimentos que tenham resultado prático e aplicável à realidade estudada, voltando-se à solução da problemática proposta.

Assim, esta pesquisa partiu da formulação de um problema de pesquisa relativo à assistência estudantil no IFPB, partindo de estudos pré-existentes, que nos auxiliaram na busca da resposta levantada por meio de novas estratégias e novos instrumentos de pesquisa. Essa formulação é relevante pois,

No processo de investigação social, a primeira tarefa é escolher o problema a ser pesquisado. Esta escolha, por sua vez, conduz a indagações. Por que pesquisar? Qual a importância do fenômeno a ser pesquisado? Que pessoas ou grupos se beneficiarão com os seus resultados? (Gil, 2008, p.34).

O nosso problema de pesquisa se desdobrou em um objetivo geral e quatro objetivos específicos que orientam a análise da política de assistência estudantil do IFPB e seu desdobramento em ações no cotidiano institucional. Por ser pesquisa aplicada, possui um viés prático, a expectativa é de que os seus resultados sejam passíveis de aplicação ou utilização na solução de problemas da realidade. (Marconi; Lakatos, 2017).

Ainda em relação aos objetivos, utilizamos uma investigação de caráter descritivo e exploratório, por buscar detalhar e compreender o fenômeno em estudo, de forma a alcançar a essência de sua explicação.

Como indicado em Gil (2002, p.41), pesquisas exploratórias oferecem maior proximidade com a problemática levantada na pesquisa, uma vez que tendem a torná-la mais objetiva ou, até mesmo, a produzir hipóteses e, em muitas delas, inclui levantamento bibliográfico. O mesmo autor (Ibid, p.42) ainda pondera que o estudo descritivo “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno”.

Como procedimentos técnicos necessários foram utilizados como fundamentos, as pesquisas bibliográficas, com uma revisão de literatura, entre nove dissertações de mestrados profissionais. Essas dissertações estavam disponíveis na

BDTD e no catálogo de dissertações da CAPES. Além disso, utilizamos livros e artigos que auxiliaram na análise do tema, bem como pesquisa sobre a temática em sítios eletrônicos de revistas e de base de dados do âmbito educacional.

Para abordagem do tema Assistência Estudantil, utilizamos, ainda, as legislações, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Constituição Federal de 1988, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Decreto nº 7.234/2010) que trata do Programa Nacional da Assistência Estudantil, entre outros.

Para a abordagem sobre Assistência estudantil no contexto de expansão dos Institutos Federais, buscamos o apoio em autores como Abreu (2012); Castelo Branco, Jezine e Nakamura (2015); e, relativo à permanência no ensino superior, Castelo Branco; Jezine e Nakamura (2013), entre outros.

Ainda sobre os procedimentos técnicos, temos que a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias,

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (Marconi; Lakatos, 2003, p.183).

Gil (2006, p. 65) aponta que a vantagem desse tipo de pesquisa “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Além de proceder com a pesquisa bibliográfica, também utilizaremos a documental, que, para Gil (2008, p. 51),

Assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Além de utilizarmos de referências dos autores mencionados anteriormente, também nos ancoramos em questionamentos apresentados por Charlot (2006, p.17), em conferência de abertura da 28ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu (MG), em 2005:

Que pesquisas já foram realizadas sobre os temas que estão na moda, a partir de quais questões, com que dados, e quais os resultados? Quais foram as dissertações de mestrado e as teses de doutorado defendidas nos últimos anos, e que resultados foram estabelecidos? Que pesquisas estão atualmente em andamento, sobre que temas, onde?

Ainda segundo Charlot (2006, p.17) “para que progrida a pesquisa em educação no Brasil, para que ela se organize, ganhe visibilidade, para que se definam, pouco a pouco, ‘pontos de partida’ e pontos de apoio, existe um trabalho a ser feito”.

A partir desse entendimento, optamos por realizar um estudo voltado à política de assistência estudantil tomando, inicialmente, como aporte teórico, dissertações de mestrado sobre a PAE do Instituto.

No entanto, ao analisar as dissertações de mestrado profissional, é possível identificar algumas variáveis relevantes. Dentre elas, podemos considerar:

- **Qualidade das pesquisas:** É importante avaliar a qualidade das dissertações, levando em conta critérios como a originalidade, a fundamentação teórica, a metodologia utilizada, a análise dos resultados e a relevância das conclusões. Essa avaliação é essencial para determinar o potencial impacto das pesquisas no campo acadêmico.
- **Relevância para a prática educacional:** As dissertações de mestrado profissional têm como objetivo principal contribuir para a solução de problemas reais enfrentados pelos profissionais da educação. Portanto, é necessário avaliar se essas pesquisas abordam questões relevantes e se as suas conclusões têm potencial para impactar positivamente a prática educacional no contexto da educação pública brasileira.
- **Articulação com outras pesquisas:** É importante considerar se as dissertações de mestrado profissional estão conectadas com outras pesquisas acadêmicas na área da educação. A articulação entre diferentes estudos e a integração de conhecimentos podem promover avanços significativos no campo da educação pública.
- **Aplicabilidade dos resultados:** A relevância das dissertações também está relacionada à sua aplicabilidade prática. É necessário avaliar se os resultados obtidos nas pesquisas podem ser efetivamente utilizados pelos profissionais da educação e se há potencial para a implementação de políticas públicas que promovam melhorias na educação brasileira.

Outrossim, ainda mais se mostra pertinente o estudo, considerando que os trabalhos de pesquisa analisados foram oriundos de programas de pós-graduação profissionais, que têm como um de seus objetivos, segundo o Art. 2º da Portaria nº 389/2017, “I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho”; (BRASIL, 2014, grifo do autor). Nesses termos, as respostas apresentadas nesses estudos devem atender à demanda concreta dos estudantes da instituição, pertencentes a segmentos sociais previstos de serem atendidos por essa política de assistência estudantil.

Mais ainda, vem à tona nossa responsabilidade em avançar para além dos estudos pré-existentes, visando resgatar e sistematizar suas contribuições, bem como apontar novas alternativas para o enfrentamento das problemáticas relativas à política de assistência estudantil no IFPB, bem como favorecer uma devolutiva consistente dos achados de pesquisa, com proposições para a dinamização da PAE na Instituição a partir das dificuldades e potencialidades verificadas.

## 1.2. COLETA DE DADOS

Como instrumentos de coleta de dados, utilizamos o questionário e a entrevista. Na pesquisa de campo, o pesquisador tem a função de procurar pelos fatos, objetos e/ou pessoas a serem pesquisados, observar os fenômenos que figuram como possível solução para a hipótese levantada e registrar o que perceber. Nesse tipo de pesquisa são geralmente utilizadas para a coleta de dados as técnicas do questionário, entrevista e formulário (Veloso, 2011).

Inicialmente, nossa pesquisa envolveu a entrevista realizada com assistentes sociais que atualmente estão atuando nos *Campus* de João Pessoa, Picuí, Cajazeiras, Cabedelo e Campina Grande, pois foram os *Campi* contemplados nas dissertações alvo de atenção neste estudo. A opção por entrevista justifica-se por sua adequação à

[...] obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. (Selltiz *apud* Gil, 2007, p.15).

Ainda, segundo Gil (2008), pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. Assim, buscamos a perspectiva do olhar dos sujeitos envolvidos com a PAE – no caso os assistentes sociais dos *Campi* onde foram realizadas as pesquisas que deram origem a essas produções.

Assim, as assistentes sociais que aceitaram participar foram entrevistadas, a partir de roteiro semiestruturado, vez que haja um roteiro prévio, há espaço para novas questões que se mostraram pertinentes por ocasião da realização da entrevista, como por exemplo, a ideia de um espaço para divulgação dos trabalhos acadêmicos que abordem o IFPB. Ao todo conseguimos entrevistar cinco assistentes sociais, de diferentes *Campi*. Ressaltamos que este era nosso foco, uma vez que as dissertações estudadas aconteceram nos *Campi* João Pessoa, Cabedelo, Campina Grande, Cajazeiras e Picuí e, com isso, era relevante realizar a entrevistas com as assistentes sociais desses locais.

Para realizarmos a entrevista, entramos em contato com alguns colegas dos *Campi* Cabedelo, Cajazeiras, João Pessoa, *Campina* Grande e Picuí para conseguir o contato das assistentes sociais. De modo célere, obtivemos o contato telefônico das cinco assistentes sociais que demonstraram boa receptividade e aceitação para participação e colaboração na pesquisa. Assim, agendamos as entrevistas individuais e o horário de acordo com a disponibilidade desses profissionais. O período de entrevista aconteceu entre 09 e 18 de janeiro e 27 de junho de 2023.

Para realizar a coleta de dados junto aos autores das dissertações, utilizamos o questionário semiestruturado. Gil (2008, p. 128-129) aponta as seguintes vantagens do questionário sobre as demais técnicas de coleta de dados:

- a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;
- b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- c) garante o anonimato das respostas;
- d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;
- e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Para tal, procedemos com o contato um a um, sendo verificado que, em sua maioria, ainda são servidores ou são ex-servidores da Instituição, a partir da qual realizamos o contato, sendo eles convidados a participar do estudo.

Considerando o total de produções, tivemos oito (08) autores possíveis para contribuir no estudo, vez que um deles faleceu. Ao serem convidados a participar, eles foram estimulados a refletir sobre sua pesquisa, os processos, os resultados, a devolutiva dos achados de pesquisa à instituição, os limites e as possibilidades de contribuir com a Instituição através do estudo realizado.

A comunicação com os autores das pesquisas foi realizada por meio do *WhatsApp*, ligação telefônica, *e-mails* institucionais e pessoais. Após efetivado o primeiro contato com os autores, encaminhamos o questionário semiestruturado e o TCLE para assinatura. Dos 8 autores, quatro retornaram em menos de uma semana o questionário respondido e o TCLE assinado, via *whatsapp*, pois, segundo eles, seria a via mais rápida para contato e envio dos documentos. Dois demoraram cerca de 30 dias para retornar os documentos, e dois (as) autores (as) não retornaram com o documento, nem responderam ao contato via telefone e *WhatsApp*. Desse modo, só conseguimos obter retorno de apenas seis (06) autores.

A presente pesquisa tomou como ponto de partida para análise da PAE do IFPB as seguintes dissertações de mestrado:

**QUADRO 1- IDENTIFICAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES ALVO DE ATENÇÃO NA PESQUISA**

	<b>TÍTULO</b>	<b>Autor/Ano</b>	<b>INSTITUIÇÃO/ PROGRAMA</b>
1	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	Galdino (2016)	Universidade Federal da Paraíba/Gestão em Organizações Aparentes
2	GESTÃO EDUCACIONAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA <i>CAMPUS</i> JOÃO PESSOA	Almeida (2017)	Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa )/Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
3	AValiação DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB: ESTUDO DE CASO NO <i>CAMPUS</i> PICUI	Souza (2017a)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte /Gestão Pública
4	ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – IFPB – <i>CAMPUS</i> CAJAZEIRAS	Souza (2017b)	Universidade Federal da Paraíba /Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

5	AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ESTUDANTE DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA	Teotônio (2018)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Programa de pós-graduação em Gestão Pública - Centro de ciências sociais aplicadas
6	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA/CAMPUS JOÃO PESSOA: CONTRADIÇÕES, LIMITES E DESAFIOS PARA A ATENÇÃO AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR	Farias (2018)	Universidade Federal da Paraíba / Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
7	A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A PERMANÊNCIA E O ÊXITO ACADÊMICO DE ESTUDANTES COTISTAS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA	Pordeus (2019)	Universidade Federal da Paraíba /Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
8	PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – CAMPUS CABEDELO	Carvalho (2020)	Universidade Federal da Paraíba /Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
9	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	Lima (2020)	Universidade Federal da Paraíba /Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

FONTE: Elaborado pela autora (2023)

A primeira aproximação das dissertações elencadas no Quadro 1 se deu a partir da leitura do seu resumo e suas considerações finais. Mediante essa leitura, buscamos levantar referências gerais apresentadas nas obras sobre a PAE do IFPB e suas contribuições para os beneficiários do Programa.

Com o avanço na leitura, tais produções passaram por um estudo mais aprofundado, considerando toda sua estrutura: problemática anunciada, metodologia, quadro teórico, análises e discussões e principais resultados, de forma a sistematizarmos a visão da Política de Assistência Estudantil do Instituto segundo as dissertações do período. Tais referências e contribuições compuseram um capítulo teórico deste estudo, atendendo ao objetivo específico de discutir a assistência estudantil do IFPB a partir de produções acadêmicas de mestrados profissionais.

A resposta dos autores ao questionário serviu como base para nossas discussões e reflexões sobre a compreensão que eles possuem sobre suas produções acadêmicas na área da Assistência Estudantil no IFPB e as possibilidades de ampliação do estudo realizado. Assim, atendemos ao segundo objetivo específico deste estudo.



O questionário aplicado foi composto por 13 questões abertas que possibilitou conhecermos de modo mais aprofundado a temática da PAE do IFPB e o estudo que esse autor realizou.

Cabe ressaltar que esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, por meio da Plataforma Brasil, vindo a ser autorizada 21 (vinte e um) dias após sua submissão, por meio do Parecer Consubstanciado nº 5.773.920 de 23 de novembro de 2022 e o período de coleta dos dados foi realizado entre 06 de dezembro de 2022 a 20 de janeiro de 2023, data em que o (a) último (a) autor (a) entregou o questionário.

Destacamos que em todas as fases da pesquisa foram seguidos os critérios de eticidade da pesquisa em seres humanos, conforme prevê a Resolução nº 466/2012, quais sejam:

- a) respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- d) relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária. (Brasil, 2013, p. 60).

Outrossim, ainda como forma de garantir que o processo de produção fosse justo, honesto e confiável, tomamos como parâmetro a integridade em todo processo de pesquisa, desde à elaboração de nossa proposta de pesquisa, à consulta aos documentos e às dissertações, às abordagens e procedimentos junto aos sujeitos de pesquisa, à descrição, à análise, à problematização das informações geradas a partir das referências teóricas que nos deram suporte até a escrita final de nosso trabalho. (Jesus, 2019).

### 1.3. TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

As entrevistas realizadas com as assistentes sociais ocorreram de forma remota, através do *Google Meet*, tendo duração de aproximadamente 60 minutos. A escolha pela forma de gravação remota foi de comum acordo entre a pesquisadora e as assistentes sociais, pois facilitou o processo de entrevista. Para realizar a gravação, utilizamos o OBS 28.0.1 64 bits que é um programa de streaming e

gravação gratuito e de código aberto mantido pelo OBS Project. Assim, as entrevistas foram gravadas e transcritas, bem como as respostas dos autores aos questionários foram igualmente tratados por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016), entendida como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

O processo de análise se deu em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e, 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Assim, na primeira e segunda etapa organizamos os materiais resultantes das entrevistas, realizando uma leitura destes, com o intuito de torná-los funcional à pesquisa, tomando como base as categorias teóricas desse estudo, a exemplo de acesso, permanência, sucesso acadêmico, bem como as categorias que emergiram do campo empírico, considerando a PAE do IFPB. Na última fase, o tratamento e interpretação dos resultados fizemos as inferências relativas à nossa pesquisa que trouxeram respostas aos nossos objetivos, seguindo os princípios éticos da pesquisa.

Esse processo de análise foi desenvolvido conforme descrito a seguir:

1. Transcrição dos dados da entrevista: após gravada a entrevista com os entrevistados via *google meet*, houve a sua transcrição em sua integralidade, sendo a mesma submetida à apreciação dos participantes para validação.
2. Leitura flutuante: Após transcrevermos a fala das assistentes sociais e estarmos de posse dos questionários respondidos pelos autores, realizamos uma leitura desse *corpus* de pesquisa para nos familiarizarmos com seu conteúdo.
3. Codificação: retomada da leitura do material (entrevistas transcritas e questionários respondidos) passamos a codificar seu conteúdo de acordo com as categorias teóricas definidas previamente relativas à PEA (acesso, permanência, sucesso acadêmico).
4. Categorização: O material passou por novas leituras, visando identificar categorias que emergiram dos dados coletados, surgindo as categorias empíricas, o que permitiu organizar e tratar os dados coletados em termos de: importância, conteúdo, avaliação/monitoramento e gestão da Política de Assistência Estudantil no IFPB; e no que se refere ao desenvolvimento das pesquisas sobre essa política no IFPB:

dificuldades da pesquisa, sua devolutiva e possibilidade de sua retomada e/ou ampliação. Assim organizados e codificados os dados gerados, foi possível identificar aspectos comuns e discordantes, que foram alvo de atenção nas análises e discussões.

5. Análise e interpretação: de posse do material codificado e categorizado, foi possível proceder a análise e interpretação dos dados, com a identificação de padrões, discordâncias, tendências, além de inferências relevantes relacionados à assistência estudantil no âmbito do IFPB.

Diante das reflexões e conclusões decorrentes do estudo a partir das produções, da entrevista e questionários, buscamos apresentar contribuições para o fortalecimento da política de assistência estudantil do IFPB, sistematizadas em um relatório técnico a ser disponibilizado e divulgado junto aos gestores e/ou servidores e interessados pela Política de Assistência Estudantil, conforme prevê o último objetivo específico desta pesquisa

#### 1.4 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A presente dissertação está estruturada em quatro (04) capítulos, sendo o primeiro composto pela introdução, na qual apresentamos as motivações, a problemática e os objetivos da pesquisa, além dos subtópicos que tratam 1.1, 1.2 e 1.3 do percurso metodológico escolhido para compor a pesquisa. Nele há explicitado o delineamento da pesquisa, como ocorrerá a coleta e o tratamento e análise dos dados e toda a parte estrutural do presente estudo, da coleta de dados e da análise e tratamento dos dados, respectivamente.

O capítulo II trata da Assistência estudantil no contexto de expansão da Educação Superior Pública brasileira nos Institutos Federais que teve como objetivo oferecer suporte aos estudantes, garantindo condições para sua permanência e sucesso acadêmico. Além disso, discorreremos a respeito do processo de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, sua conseqüente mudança de nomenclatura para Institutos Federais após a fusão de algumas instituições, como ocorreu com o processo de formação do IFPB, local de partida para esta investigação. Outrossim, há explanação a respeito da relevância da Política Nacional de Assistência Estudantil para a Instituição. Ainda neste capítulo, trouxemos os subtópicos 2.1, 2.1.1

e 2.2. Os subtópicos 2.1 e 2.1.1 tratam da política de assistência estudantil no IFPB e a visão das assistentes sociais da instituição a respeito desta política institucional. Já o 2.2 apresentamos as referências sobre as nove (09) dissertações de mestrados profissionais que discutem a Política de Assistência Estudantil do IFPB. Ressalta-se que este subtópico é fruto de um estudo aprofundado e comparativo entre as dissertações estudadas, a fim de encontramos possíveis semelhanças, divergências, avanços e/ou lacunas a respeito da PAE do IFPB com o passar dos anos.

No capítulo III denominado como “Os estudos sobre a Política de Assistência Estudantil do IFPB: a escuta dos sujeitos desta pesquisa, apresentamos as ponderações dos autores das dissertações de mestrados analisadas a respeito de sua visão sobre desafios e lacunas na PAE do IFPB, o processo de devolutiva, os impactos e desdobramentos desses trabalhos na instituição, bem como as possibilidades de ampliação do estudo.

Ainda no capítulo III, trazemos os subtópicos 3.1 e 3.2 os quais versam sobre a visão das assistentes sociais do IFPB a respeito dos estudos analisados na presente dissertação, bem como o que dizem os autores das dissertações sobre a PAE do IFPB.

Finalizamos o estudo com algumas “Considerações Finais” agrupadas no último capítulo desta pesquisa, apresentando elementos relevantes sobre as dissertações analisadas, as ponderações dos autores das pesquisas e das assistentes sociais do IFPB entrevistadas, bem como mecanismos para continuidade desta temática que procurou estratégias para ampliar e consolidar direitos no contexto das Instituições Federais de Ensino.

## **2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA NOS INSTITUTOS FEDERAIS**

Neste capítulo, apresentamos um levantamento histórico acerca da expansão da Rede Federal articulada com a assistência estudantil, bem como a configuração da política de Assistência Estudantil do IFPB com o objetivo de conhecer a realidade onde se desenvolveu a presente pesquisa.

A expansão da rede federal de educação tecnológica figura como uma política pública voltada para ampliação da presença dessas instituições em todo território nacional. Iniciada no segundo mandato do Governo Lula, a expansão traz como premissa fundante a perspectiva da inclusão social, sendo essa concepção utilizada como suporte para a estruturação da rede.

Diante da concentração de renda e das desigualdades sociais que caracterizam a realidade brasileira, a educação profissional e tecnológica é pensada no contexto dessa expansão como “um fator estratégico para fortalecer o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros” (IFPB, 2008, p. 21). O investimento no crescimento da rede federal de educação tecnológica teve como base a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, partindo das Instituições Federais existentes e do desenvolvimento de diversas unidades, inclusive no interior do país.

Conforme o Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, a vocação dos Institutos é formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade (Art. 4, § 1º, I), visando à consolidação e ao fortalecimento dos arranjos produtivos locais (Art. 4, § 1º, III), bem como estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda (Art. 4, § 1º, IV). Em relação à oferta de educação superior, objetiva-se formar profissionais para os diferentes setores da economia (Art. 4, § 1º, VII, a). Assim, como consequência desse processo expansionista, houve aumento considerável no número de *Campi* e a consecutiva ampliação dos cursos e vagas nestas instituições de ensino. Isso acarretou também a oportunidade de ofertar educação e a profissionalização para população que sequer visualizava a possibilidade de ter acesso ao direto à educação.

Ao realizar o investimento em educação profissional e tecnológica e direcioná-la para o interior do país, busca-se minimizar a desigualdade histórica que caracteriza o processo de desenvolvimento educacional no nosso país.

Conforme Abreu (2012), esse investimento, como política pública, foi pensado e implementado como forma de reparar uma dívida histórica com os setores destituídos de seus direitos, inclusive do direito à educação. A partir dessa ideia, se fortalece a concepção da educação profissional e tecnológica como política de inclusão social. Ademais, as oportunidades de profissionalização e/ou qualificação para o trabalho, oportunizadas pela expansão da rede, são consideravelmente aumentadas, o que contribui também para melhoria de mão de obra na sociedade.

No entanto, diante do cenário de oferta, do aumento de número de instituições e, conseqüentemente, de vagas nos cursos superiores, é necessário que o poder público também garanta que esse aluno, muitas vezes oriundos de classe social menos favorecida socioeconomicamente, consiga ter condições de concluir seu curso superior. É relevante considerarmos que muitos discentes ao entrar nesse nível de ensino, acabam abandonando seus cursos por questões de ordem financeira, social, pedagógica e outras atreladas aos desdobramentos de uma vida acadêmica.

Nessa perspectiva, Castelo Branco, Jezine e Nakamura (2015, p.769) levantam uma questão muito pertinente a respeito das oportunidades ofertadas pela educação superior brasileira, ao considerarem “que o sistema educacional brasileiro continua a incluir os que, historicamente, já estavam destinados a ocupar os lugares reservados a eles desde o início de sua formação acadêmica”. Nessa linha argumentativa, entendemos que embora tenhamos o desenvolvimento das políticas de expansão, que trouxeram maiores chances para o acesso dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica a essas instituições, os processos de conclusão dos cursos de graduação continuam reservadas aos estudantes que já acessava as Universidades Públicas, antes mesmo das políticas de acesso.

É nessa senda que a assistência estudantil surge como uma ferramenta que auxilia na redução dos efeitos das desigualdades sociais por possibilitar o acesso e a permanência de discentes no sistema educacional público federal, uma vez que “[...] a significância do conceito de inclusão ultrapassa a ideia de acesso, promovida pelas políticas de expansão de vagas [...]” (Castelo Branco; Jezine, 2013, p. 71).

Nessa perspectiva, Abreu (2013) situa a expansão da Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, que têm como fundamento uma perspectiva de inclusão social, sendo na assistência estudantil uma ferramenta fundamental para garantir a permanência e o êxito dos estudantes nessa modalidade de ensino.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Pinheiro (2018) destaca a importância de refletir sobre a relação entre ensino superior e assistência estudantil no Brasil. A autora aponta que no contexto de expansão da educação superior pública brasileira por meio dos Institutos Federais, a Assistência Estudantil desempenha um papel fundamental para garantir a igualdade de oportunidades e o acesso dos estudantes às condições necessárias para seu pleno desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Numa retrospectiva histórica, é importante situar que a aprovação de uma política pública voltada para o acesso e a permanência de discentes no ensino Superior Público Federal iniciou em 2007, por meio do Plano Nacional de Assistência Estudantil, que teve como objetivo “garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (fórum de Assuntos Comunitários e Estudantis, 2007, p. 11).

Porém, somente em 19 de julho de 2010 foi promulgado o Decreto nº 7.234, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), definindo, no § 1º do Art. 3º, as seguintes áreas a serem atendidas pelo Programa:

I – moradia estudantil; II – alimentação; III – transporte; IV – atenção à saúde; V – inclusão digital; VI – cultura; VII – esporte; VIII – creche; IX – apoio pedagógico; e X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (Brasil, 2010, p.1-2).

A atuação dos institutos nessas áreas requer dentre outras condições, maiores investimentos públicos destinados à assistência estudantil, bem como uma equipe multidisciplinar para gerir as demandas e organizar a política de assistência no âmbito de cada instituto. Esses podem ser alguns dos impasses para atingir os objetivos dessa política pública, o que foi ainda mais comprometido com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, no governo de Michel Temer, que instituiu o Novo

Regime Fiscal, limitando os gastos públicos federais por 20 anos, sendo as áreas de saúde e educação as mais afetadas. (Henning; Brittes, 2021).  
<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/10271>

Ademais, com a redução dos recursos destinados às universidades nos últimos anos, agravados no governo Jair Bolsonaro, identificam-se cortes, principalmente, nos serviços terceirizados e nos benefícios para os estudantes de baixa renda, conforme apresenta o jornal da AdufPB, com alguns destaques que apresentamos sobre os efeitos sobre a problemática em estudo:

Na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), a opção foi reduzir o teto de renda para pagar o auxílio apenas para a faixa mais pobre entre os estudantes. Antes, quem tinha renda familiar per capita mensal de até 1,5 salário mínimo (ou R\$ 1.431) poderia solicitar o benefício, agora, ele é limitado apenas para alunos com renda de R\$ 754. Na Universidade Federal de Alfenas (Unifal), mais de 600 alunos deixaram de ser atendidos. [...] Os impactos também afetam subsídios que beneficiam todos os estudantes. Nesta quinta-feira (28), a Universidade de Brasília (UnB), dobrou o preço cobrado pelo almoço no restaurante universitário.

As considerações apresentadas põem em pauta as questões relacionadas à expansão da rede federal, no caso em estudo, os institutos federais, uma vez que apenas a ampliação de vagas e de cursos não garante, por si só, a permanência dos discentes no ensino superior público federal.

Os Institutos Federais como instâncias da educação superior têm sua história atrelada à formação para o trabalho nas primeiras décadas do Brasil Republicano. Isso remonta ao século XIX, mais precisamente a 1909, quando o Presidente da República à época, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que dariam origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) e, mais tarde, aos Institutos Federais. A finalidade da criação dessas escolas era prover meios de sobrevivência para as classes “menos providas financeiramente” e assim, qualificar a mão de obra e manter o controle social da classe proletária.

Em decorrência do processo de mudança da sociedade, essas escolas vão se posicionando de forma mais direta, vinculadas às políticas de desenvolvimento econômico, aspecto esse que consagrou sua mais visível referência: qualificar mão de obra tendo em vista o seu papel estratégico para o país, característica típica de governos no Estado capitalista moderno no que concerne à sua relação com o mercado, objetivo que se complementa com a manutenção dos excluídos dos processos de produção sob o controle social (Lima, 2020, p.30).



A mudança no cenário das escolas de aprendizes e artífices ocorre com a promulgação do Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 que as transforma em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais que passam a ter autonomia didática e de gestão. Com isso, intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

No ano de 1971 tivemos um aumento expressivo no número de matrículas e cursos técnicos ofertados por essas escolas técnicas, em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Sete anos mais tarde, em 1978, com a promulgação da Lei nº 6.545, as escolas técnicas do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs e, com essa designação, podem formar engenheiros de operação e tecnólogos. Essa rede é ampliada em 1994, com a edição da Lei nº 8.948, que transformou outras Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas em Centros Federais.

A expansão da educação profissional e tecnológica é retomada em 2005, com a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 70/2005, contrariando a proibição de criação de novas unidades prevista pela Lei nº 9.649/1998.

Assim, com a decisão do governo federal em aumentar o número de escolas federais de educação profissional e tecnológica, o processo de expansão, inicialmente, ocorreu em duas fases: uma em 2006, com o objetivo de levar educação profissional e tecnológica nas regiões do país que careciam desse tipo de instituição; e outra, iniciada em 2007, que veio sob o tema “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”. (Mec, 2023)

Com a Lei nº 11.892/2008, houve a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituições que atuam na educação profissional técnica de nível médio, subsequente, graduação e pós-graduação. Nesse cenário, temos a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, que ao longo de mais de 100 anos de existência já foi denominado de Escola de

Aprendizes Artífices da Paraíba, de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa, de 1937 a 1961; Escola Industrial Coriolano de Medeiros ou Escola Industrial Federal da Paraíba, de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba, de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

A expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica assegurou uma maior entrada de discentes de diversas classes sociais na educação superior pública federal, sobretudo as que tiveram esse direito pouco oportunizado ao longo da história da educação nacional. Aliada à oportunidade de acesso, surgem outras necessidades desses discentes, associadas a demandas para garantir a permanência na instituição de ensino superior, uma vez que o caminho até a conclusão do curso requer o atendimento de necessidades, muitas vezes, de cunho financeiro, didático, pedagógico e/ou de saúde.

Nesse sentido, é imprescindível que haja a implantação de uma política pública que envolva estratégia de viabilização da permanência discente, visando reduzir as taxas de evasão e reprovação e promovendo o êxito escolar desse alunado. No que se refere à urgência dessa política, Castelo Branco, Jezine e Nakamura (2015, p.770) destacam:

[...] faz-se urgente a elaboração e adoção de políticas de permanência, com um robusto programa de assistência estudantil dotado da viabilidade de moradia, alimentação e promoção da saúde para atendimento ao maior quantitativo de alunos em situação de vulnerabilidade, além de capacitação docente e discente visando suprir necessidades e lacunas identificadas na formação ao nível da educação básica, além de quebrar preconceitos, formando uma nova cultura de respeito às diferenças. Essas são medidas emergenciais para não assistirmos, passivamente, ao repetitivo espetáculo de formação das elites pelas universidades públicas (Castelo Branco; Jezine; Nakamura, 2015, p. 770).

As ações da Assistência Estudantil (AE) como política pública tiveram seu avanço após a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, por meio da Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007, do MEC, que traçou como suas principais diretrizes (quais?), definindo com áreas estratégicas de atuação a permanência, o desempenho acadêmico, a cultura, o lazer e o esporte, destinados aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior. Entretanto, somente em 2010, no governo do então ex-

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o PNAES ganhou forma nacionalmente, a partir de sua legalização através do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010.

Sobre o PNAES, Magalhães (2013) o defende como uma política social, voltada para a assistência estudantil, destinada

[...] a promover igualdade de oportunidades aos estudantes de grupos desiguais como os oriundos das classes populares, os negros, os indígenas, os deficientes físicos, etc. que estão tendo acesso à educação superior, numa perspectiva de expansão dos direitos sociais e de ampliação da cidadania. (Magalhães, 2013, p. 45).

A mesma autora ainda aponta a assistência estudantil como peça fundamental para a garantia do sucesso do processo de expansão e democratização das universidades públicas, visando à concretização do direito à educação” (Magalhães, 2013, p. 70).

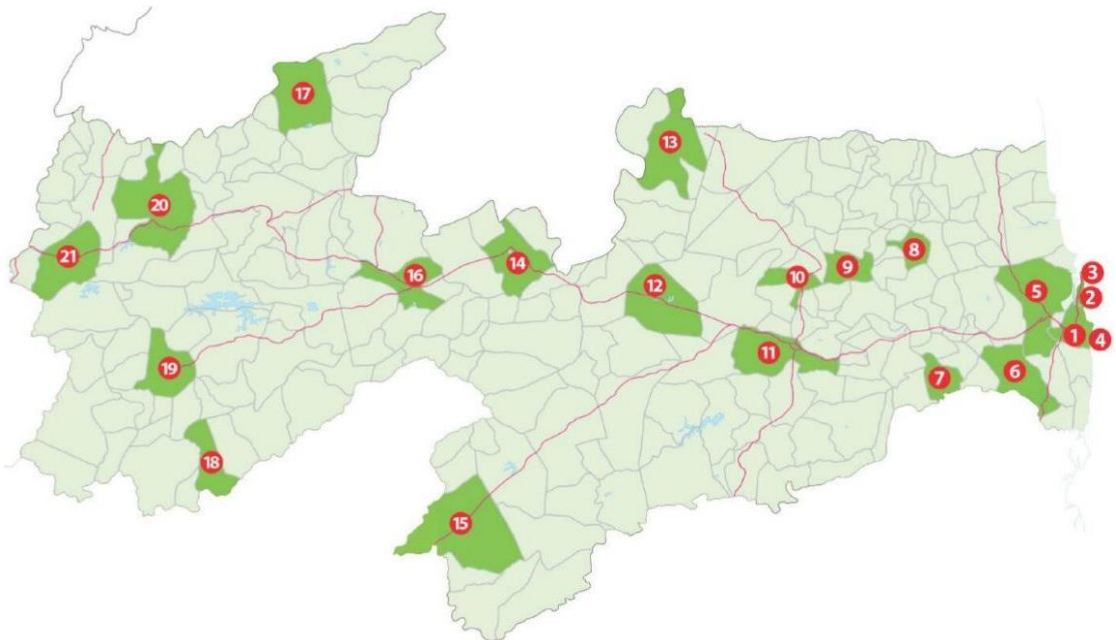
Considerando nosso foco de atenção – assistência estudantil no IFPB, é válido destacarmos que desde o estabelecimento da sua nova institucionalidade, em 2008, têm-se observado avanços significativos, melhorias e aprimoramentos na assistência estudantil oferecida pela instituição.

Esta política é desenvolvida em todos os *Campi* que, de acordo com a Portaria do Ministério da Educação nº 1.079, de 25 de dezembro de 2020, quais sejam:, *Campus Cabedelo*, *Cajazeiras*, *Campina Grande*, *Catolé do Rocha*, *Esperança*, *Guarabira*, *Itabaiana*, *Itaporanga*, *João Pessoa*, *Monteiro*, *Patos*, *Picuí*, *Princesa Isabel*, *Santa Luzia*, *Santa Rita e Sousa*, *Campus Avançado Areia*, *Campus Avançado*<sup>1</sup> *Cabedelo Centro*, *Campus Avançado Mangabeira*, *Campus Avançado Pedras de Fogo*, *Campus Avançado Soledade Polo de Inovação João Pessoa*.

Como mencionado anteriormente, o IFPB conta com 21 unidades espalhadas em todo o Estado. Somando todos os *Campi*, o IFPB oferta, segundo dados de 2023, disponibilizados no site da instituição (<https://www.ifpb.edu.br/>), 186 cursos divididos entre técnico de nível médio, subsequente, graduação e pós-graduação. Não incluímos nesta totalidade os cursos FIC e os de extensão.

**Figura 1 – Mapa de Distribuição local dos *Campi* IFPB**

- |  |                           |                            |
|--|---------------------------|----------------------------|
| 1. Campus João Pessoa e Polo de Inovação | 8. Campus Guarabira       | 15. Campus Monteiro        |
| 2. Campus Cabedelo                       | 9. Campus Areia           | 16. Campus Patos           |
| 3. Campus Avançado Cabedelo Centro       | 10. Campus Esperança      | 17. Campus Catolé do Rocha |
| 4. Campus Mangabeira                     | 11. Campus Campina Grande | 18. Campus Princesa Isabel |
| 5. Campus Santa Rita                     | 12. Campus Soledade       | 19. Campus Itaporanga      |
| 6. Campus Pedras de Fogo                 | 13. Campus Picuí          | 20. Campus Sousa           |
| 7. Campus Itabaiana                      | 14. Campus Santa Luzia    | 21. Campus Cajazeiras      |



FONTE: site do IFPB

A presente pesquisa foi desenvolvida no IFPB, direcionando sua coleta de dados especificamente sobre os *Campi* Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa e Picuí, que foram alvo de estudo das dissertações de mestrados analisadas.

## 2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB

Para tratar da temática Assistência Estudantil é preciso considerar o contexto sócio-histórico no qual ela está situada. No campo da literatura, Pressman e Wildavsky (1973) marcam o pioneirismo dos textos científicos referentes ao estudo dessas

medidas assistenciais, tomadas a partir de diálogos sociopolíticos entre corpo técnico, sociedade civil e gestores.

Silva (2009), investigando as condições de implementação dessas políticas, destaca a coerência existente entre os objetivos que se pretende atingir e as medidas que devem ser tomadas, pois é a partir de um foco inicial que será possível a tomada de decisões coerentes com as necessidades identificadas.

Assim, para que haja coerência entre os objetivos e as medidas a serem tomadas no campo da AE, faz-se necessário considerar na definição dessas políticas os mais diferentes aspectos que permeiam o contexto educacional: social, econômico, ambiental e tecnológico, a fim de identificar os principais problemas e suas possíveis soluções.

Além do exercício da identificação, pontuação e de proposição de soluções, passa-se à fase de avaliação dessas políticas. Nesse contexto:

Avaliar é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisão racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados (Aguilar; Ander-Egg, 1994, p. 31-32).

No tocante à assistência estudantil e a sua história, é pertinente um retorno à década de 70 quando o Brasil vivia um período ditatorial (1964 -1985) marcado pela repressão e cassação de direitos políticos. Nesse contexto, diversos movimentos sociais tomaram conta das ruas e reivindicaram inúmeros direitos previstos pela Declaração dos Direitos Humanos. Entre essas lutas, estava em pauta a assistência estudantil, pois os discentes pediam condições de ingresso e permanência nas instituições de ensino (Souza, 2017).

No que se refere à abrangência das Assistências Estudantis, Ramalho (2013) situa que os estudantes contemplados com essa política, em sua maioria, são pessoas de baixa condição econômico-social. Numa retrospectiva sobre a história da assistência estudantil no Brasil, Almeida (2017) faz uma abordagem a respeito dos

objetivos dos recursos destinados aos estudantes nos primeiros anos da implementação dessas políticas, destacando que

[...] a ênfase das ações da assistência estudantil, nesse contexto, estava direcionada ao enfrentamento das questões relativas aos reatamentos da pobreza na saúde do estudante. Com a implantação do Plano de Assistência ao Estudante Técnico Industrial – PAETEI, no final da década de 1960, pelo Ministério da Educação e Cultura, o profissional do Serviço Social é inserido nos quadros das instituições de educação profissional do país (Almeida, 2017, p 54).

Nesses termos, a não implementação dessas medidas de assistência estudantil significaria mais uma barreira ao processo de democratização da educação nacional, perpetuando o abismo em termos de desigualdade social, impossibilitando o cumprimento dos princípios constitucionais.

O caminho percorrido até uma efetiva atuação da PAE do IFPB, foi longo, tendo início no ano de 2011, a partir da Resolução *ad referendum* nº 40, de 06 de maio de 2011. Porém, essa resolução passou por um processo de reformulação entre os anos de 2016 e 2018 e foi aprovada nos termos da Resolução *ad referendum* nº 25, de 21 de junho de 2018 pelo Conselho Superior, em consonância com a Lei nº 11.892/2008, e com o Estatuto e Regimento Geral do Instituto.

A PAE foi revisada e ampliada conforme previsto em lei, que determina revisão a cada quadriênio e incorporou algumas importantes mudanças. Atualmente, essa resolução contempla 10 programas que visam atender às necessidades reais e diferenciadas de cada estudante, quais sejam:

I – Programa de Apoio à Permanência do Estudante; II – Programa de Alimentação; III – Programa de Moradia Estudantil; IV – Programa de Atenção e Promoção à Saúde; V – Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação; VI – Programa de Apoio à Participação em Eventos; VII – Programa de Material Didático-Pedagógico; VIII – Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer; IX – Programa de Apoio Pedagógico; e X – Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD (Art. 06 da resolução de nº 25 de 2018).

Apesar da presente pesquisa ancorar-se nos liames da Resolução nº 25, de 21 de junho de 2018, é válido destacarmos alguns de seus avanços, comparada à Resolução que a antecedeu – a nº 40/2011.

Damos destaque a quatro alterações importantes, sendo a primeira delas a mudança da nomenclatura consoante aos programas de benefícios socioassistenciais que, a partir de 2018, passaram a ser contemplados no programa de “Atenção e Promoção à Saúde”. Sobre isso, apontamos que essa temática foi alvo de estudo de Teotônio (2018), uma das autoras estudadas nesta pesquisa. À época da realização de sua pesquisa, ancorada na Resolução *ad referendum* nº 40, de 06 de maio de 2011, a autora apontou algumas inconsistências relativas à implantação do Programa de Atenção à Saúde do Estudante – PASE, como a deficiência em relação ao planejamento e controle das ações executadas, além do pouco conhecimento da equipe gestora quanto aos objetivos do programa e suas respectivas competências.

Outra alteração significativa foi a inserção do Programa de Apoio à Permanência do Estudante – PAPE com as seguintes finalidades:

O Programa de Apoio à Permanência do Estudante tem por objetivo oferecer suporte financeiro para atendimento às necessidades de manutenção do estudante na Instituição, com vistas ao desenvolvimento acadêmico e à conclusão do curso com êxito. § 1º A quantidade de estudantes a ser atendida pelo Programa de Apoio à Permanência do Estudante será definida a partir do planejamento orçamentário dos *Campi*. § 2º O acesso ao Programa de Apoio à Permanência do Estudante dar-se-á mediante processo seletivo de caráter socioeconômico, cuja análise será realizada por um (a) assistente social do IFPB, sem prejuízo aos demais requisitos estabelecidos em regulamentação específica. (Art. 7º da resolução de nº 25 de junho de 2018 PAE-IFPB).

Essa alteração foi resultado de experiência da equipe multiprofissional que trabalha diretamente com os trâmites da PAE do IFPB, conforme ratifica Lima (2020), mais uma autora das dissertações trabalhadas nesta pesquisa:

[...] ao longo da operacionalização da PAE, se constatou que surgiam demandas de discentes em extrema vulnerabilidade social, e que em virtude de os programas estarem separados por “caixas”, ou seja, por demandas peculiares, isso legalmente não permitia determinado estudante ser beneficiado com um programa específico, em virtude de não atender aos requisitos dos respectivos regulamentos. Partindo do princípio de que, a realidade social é dinâmica e que demandas não visualizadas em determinados momentos históricos podem ser observadas em outros contextos, é que foi pensado o Programa de Apoio à Permanência do Estudante, com o intuito de contemplar os discentes que se encontram em situações de vulnerabilidade sociais não previstas na formulação de políticas durante o percurso acadêmico e que interferem diretamente na sua permanência e conclusão do curso com êxito no IFPB (Lima, 2020, p.52).

Ressaltamos que os programas de auxílio transporte e moradia também são englobados no PAPE que ocorrem através de processo seletivo de caráter socioeconômico analisado por um(a) assistente social do IFPB.

Como terceiro destaque relativo às alterações, apontamos à inserção do Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD na PAE do IFPB. Essa inclusão destoa do que prevê o PNAES em seu art. 3º, que define que as ações do programa serão destinadas aos discentes matriculados em cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino superior. Entretanto, o crescente número de cursos de graduação na modalidade EaD fez com que o IFPB voltasse sua atenção aos discentes em vulnerabilidade socioeconômica dessa modalidade de ensino. A Resolução, em seu Art. 16, estabelece:

O Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD considera as especificidades do discente desta modalidade e tem por objetivo proporcionar sua permanência na Instituição para desenvolvimento das atividades acadêmicas e conclusão do curso com êxito. Parágrafo único. Ao Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD compete: I – ofertar aos estudantes de cursos na modalidade a distância condições de deslocamento para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas e de permanência na Instituição com condições que atribuam qualidade ao processo de ensino-aprendizagem; II – estimular a participação dos estudantes regularmente matriculados nos cursos a distância nos programas desta política (Brasil, 2018).

Segundo informações do site da Instituição, até o ano 2023, o IFPB oferta 17 cursos na modalidade EaD em vários níveis: subsequente, graduação e pós-graduação. Sobre isso ponderamos que a expansão da modalidade de educação distância (EAD) surge também promover a democratização do acesso a este nível de ensino. Nessa perspectiva, se verifica um aumento desta modalidade de ensino no país, bem como de que as IES públicas e privadas investiram muito na ampliação e na oferta dos cursos à distância (Carvalho, 2020, p.34).

A última alteração que consideramos relevante apontar é relativa à construção de um capítulo que trata da Gestão, Acompanhamento e Avaliação da PAE-IFPB. Essa mudança foi importante, pois vinha sendo apontadas críticas à gestão da política da instituição, presentes em várias dissertações analisadas em nossa pesquisa, como a de Galdino (2016), Souza (2017), Almeida (2017), Farias (2018) e Teotônio (2018).



Entretanto, Lima (2020) ressalta que, apesar da PAE destinar o capítulo VI, da nova resolução de 2018, para tratar da Gestão, Acompanhamento e Avaliação, à época da escrita de sua dissertação, no ano de 2020, esse acompanhamento ainda não havia sido colocado em prática, ponto este que carece de novos estudos.

Segundo a Resolução nº 25/2018, a gestão da PAE do IFPB e os trâmites ligados à assistência estudantil da instituição ocorrem no âmbito de cada *Campi* em consonância com o Comitê de Assistência Estudantil (CAE), que apresenta a seguinte estrutura:

I – O(a) Pró-reitor(a) de Assuntos Estudantis; II – O(a) Diretor(a) de Planejamento e Gestão de Políticas Estudantis; III – O(a) Coordenador(a) de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE); IV – 01 representante da Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PRAF); V – 02 representantes do Serviço Social; VI – 01 representante da Psicologia; VII – 01 representante da Pedagogia; VIII – 01 representante da Nutrição; IX – 01 representante da Medicina; X – 01 representante da Enfermagem; XI – 01 representante da Odontologia; XII – 01 representante da Educação Física; XIII – 01 representante da Educação Artística; XIV – 01 representante do NAPNE; XV – 01 representante estudantil indicado pela Associação Estudantil de Grêmios Técnicos do IFPB (ASSEGT); XVI – 01 representante estudantil indicado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE); XVII – 01 representante da Pró-Reitoria de Ensino; XVIII – 1 representante da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; XIX – 01 representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Além disso, cada *Campus* é responsável por gerir o orçamento da AE, bem como os trâmites ligados aos editais e ao acompanhamento dos discentes que serão beneficiados pelos programas de assistência.

Quanto à seleção para os programas estudantis, segue por processos informatizados com inscrições *online* via Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, no módulo específico da Assistência Estudantil, com a disponibilidade dos editais no sistema, nos murais de aviso dos *Campi*, no site institucional do IFPB. Além disso, a equipe pedagógica da COPAE faz a divulgação em sala de aula nos horários de funcionamento da instituição.

Desse modo, como cada *Campus* possui seu orçamento e seu quadro de servidores ligados diretamente aos trâmites da AE, as datas e as disponibilidades de vagas em editais são alinhadas com o planejamento institucional desse *Campus*.

No capítulo seguinte apresentamos como foi desenvolvida a pesquisa, seus métodos de coleta de dados e os indivíduos que formaram o universo de sujeitos ouvidos no presente estudo.

### 1.1.1 A percepção das assistentes sociais do IFPB sobre a Política de assistência estudantil da instituição

Neste subitem buscamos apresentar as percepções das Assistentes Sociais dos *Campi* do IFPB a respeito desta política institucional. Procuramos compreender, através das entrevistas e falas dessas assistentes, suas visões acerca da Política de Assistência Estudantil enquanto política pública voltada à concretização do direito social da educação, bem como identificar seu conhecimento sobre as produções acadêmicas realizadas em seus respectivos *Campi*.

O Assistente Social é um profissional formado no curso de graduação em Serviço Social, cuja abordagem se ancora na teoria social crítica e em seus fundamentos. Com isso, a formação desse profissional assume uma perspectiva para além do imediatismo e da subalternidade da ação profissional, comprometendo-se com a intervenção na realidade social, econômica, política e suas contradições históricas. (Iamamoto, 1998 apud Abepses, 2010 ). Nesse sentido, Iamamoto (1997) destaca:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social (Iamamoto, 1997, p.14).

A relevância dos assistentes sociais para a educação superior pública brasileira e para a assistência estudantil nos institutos federais reside no fato de esses profissionais serem responsáveis pela prestação de serviços sociais aos alunos que, no âmbito de uma instituição de ensino superior, remete ao suporte e apoio em questões educacionais, conforme prevê a descrição sumária do cargo, do Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO: Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho,

jurídica, habitação e outras); desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. (MEC, 2005, p. 11).

Dentre as atividades previstas para o cargo, encontramos no referido Ofício Circular, algumas que se alinham com a atuação da Assistente Social no âmbito da PAE, tais como: Planejar políticas sociais (ex.: estabelecer prioridades e critérios de atendimento); Pesquisar a realidade social (ex.: estudo socioeconômico); Executar procedimentos técnicos (ex.: pareceres técnicos); Acompanhar resultados da execução de programas, projetos e planos (ex.: avaliar cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos).

Dessa forma, a presença dos assistentes sociais em instituições de ensino superior desenvolvendo atribuições próprias do cargo, que se alinham às ações que integram as políticas educacionais do Instituto, dentre elas a PAE, visam assegurar a educação superior pública de qualidade e acessível a todos.

Esse profissional, inserido no contexto educacional, a exemplo dos assistentes sociais do IFPB, buscam viabilizar o acesso à política de educação como um direito social. Essa viabilização pode ser concretizada, em termos, através das ações vinculadas à assistência estudantil ofertadas nas instituições públicas de ensino, uma vez que uma das premissas do PNAES é a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal

Conforme os trabalhos de Souza (2017), Souza (2017) e Almeida (2017), inferimos que a PAE do IFPB, segundo dados coletados nas dissertações, carecia de ajustes, entre eles o aumento de vagas nos editais da assistência estudantil, ajustes no orçamento que chegam às instituições, processo de revisão da própria política pública a nível federal, além de outros ajustes pontuais.

Para fundamentar suas conclusões, os autores acima mencionados, ouviram os assistentes sociais dos *Campi* alvo de seus estudos, que relataram como ocorria, à época, o processo da PAE na instituição em seus respectivos *Campi*. Por sua vez, Galdino (2016), Farias (2018), Pordeus (2019), Carvalho (2020), Lima (2020) informaram que o anseio pela investigação da temática surgiu em decorrência de suas próprias práticas como assistentes sociais do IFPB, ou seja, além de ouvirem outros sujeitos em suas pesquisas, os autores vivenciavam as questões atreladas a PAE em seu cotidiano de trabalho.

Constatamos através dos trabalhos de Farias (2018), Pordeus (2019), Carvalho (2020) e Lima (2020) que o número de usuários que demandam apoio da Assistência Estudantil foi, por vezes, superior ao número de benefícios e auxílios disponíveis. Essas falas corroboram com o discurso atual de que, infelizmente, ainda há uma demanda maior do que a instituição pode atender.

Diante desta situação, muitas vezes, os processos de análise socioeconômicas, que são comumente usados para selecionar os estudantes para receberem os benefícios da PAE, acabam por transformar-se em burocráticos onde se exige um extenso rol de documentos como forma de seleção, reproduzindo a exclusão social, ao invés de proporcionarem a inclusão desses discentes.

Consoante aos procedimentos para deferimento dos pedidos da assistência estudantil, a nível de IFPB, quem realiza a análise documental são os assistentes sociais. Além disso, é esse profissional que fica responsável pela elaboração dos instrumentais para a análise socioeconômica, a análise propriamente dita, elaboração de relatórios sociais quando necessários para compor a análise, realização de entrevistas sociais e visitas domiciliares quando necessárias, além do acompanhamento social. Em alguns *Campi* do IFPB, como o *Campus* Picuí, onde esta pesquisadora é lotada atualmente, a assistente social tem o apoio da equipe pedagógica, no entanto, a parte de assistência social resume-se a apenas 01 servidor.

Nessa seara, até a data de escrita desta pesquisa, após consulta ao Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), foi constatado que o IFPB possui 49 profissionais de serviço social, distribuídos pelos seus 21 *Campi* e a Reitoria. Constatamos ainda que à época da escrita das dissertações de mestrado analisadas nesta pesquisa, todos os assistentes sociais que faziam parte do quadro de servidores dos *Campi* do IFPB, ainda são servidores da ativa.

Por isso, esta pesquisa realizou uma nova escuta desses profissionais, visto que tentou-se conhecer suas percepções acerca da PAE do IFPB que foi impressa no estudo condizente ao seu *Campus*, as modificações nesta política nos últimos 05 anos e a visão desse profissional quanto esta política quanto garantia do direito à educação pública.

Sobre percepção Bock (1999, p. 178), a conceitua como sendo “um processo que vai desde a recepção do estímulo pelos órgãos dos sentidos até a atribuição de significado ao estímulo”. Assim, inferimos que a percepção impressa pelos assistentes

sociais resulta de um mecanismo no qual ele seleciona, organiza e interpreta as informações para construir, criar para si um quadro significativo do mundo. Esses mecanismos foram estudados pelos autores das dissertações, no entanto propomos uma nova escuta, haja vista a lacuna de tempo desde o primeiro trabalho desenvolvido em 2016 e as mudanças que já ocorreram na PAE da instituição.

Realizada a leitura e análise das nove dissertações de mestrados profissionais estudadas nesta pesquisa, verificamos que das nove, quatro abordaram *Campi* específicos do IFPB, quais foram os de Cabedelo, Cajazeiras, João Pessoa e Picuí. As demais pesquisas englobaram o IFPB como um todo, não delimitando-se, assim, em um *Campus* específico. Logo, realizamos a entrevista, seguindo um roteiro semiestruturado, com as cinco assistentes sociais dos *Campi* Cabedelo, Cajazeiras, João Pessoa e Picuí e Campina Grande. Através das falas desses profissionais, buscou-se efetuar uma leitura crítica da realidade social que se encontra o IFPB e sua política atualmente, além de conhecer as condições objetivas de realização do exercício profissional, a fim de instrumentalizar esta pesquisa.

Para realização da entrevista utilizamos a plataforma do *Google Meet*, por opção dos próprios assistentes sociais, e utilizamos o programa *Open Broadcaster Software* para realizar a gravação das entrevistas. É válido destacar que tivemos boa receptividade e colaboração dessas 05 profissionais para participação no processo de coleta de dados.

Inicialmente buscamos saber dessas profissionais<sup>1</sup> como o IFPB tem buscado garantir o direito à educação dos seus estudantes. Em suas falas, elas concordam que a política de assistência estudantil ofertada pelo IFPB visa, através dos programas ofertados, servir como uma garantia de permanência desses estudantes na instituição, no entanto, alertam que essa garantia vai além dos programas de cunho pecuniário, isto é, apontam que os programas de cunho pedagógico também são de extrema importância para que esses discentes permaneçam na instituição até a conclusão de seus cursos.

Relativo aos avanços na política institucional dos últimos 05 anos e os maiores limites e/ou dificuldades encontradas as assistentes sociais apontam a questão do orçamento como ponto mais limitante para que a política se torne, de fato, inclusiva.

**Entrevistada 1:** [...] a questão orçamentária é o que mais pesa nos últimos anos[...] não conseguimos ter um equilíbrio entre os valores da assistência e a procura dos estudantes.

**Entrevistada 2:** [...] o orçamento...não temos um que abranja a demanda de estudantes que procuram os programas da política.

**Entrevistada 3:** [...] além da questão orçamentária não ser adequada...vez que o que chega até o instituto não é suficiente para atendermos todos os estudantes que procuram os programas. Isso, infelizmente, gera uma exclusão de alguns discentes[...].

**Entrevistada 4:** [...] posso apontar que o número de vagas, talvez devido às questões orçamentárias, gera uma certa limitação no programa[...] não conseguimos, infelizmente, atender a toda demanda do Campus.

**Entrevistada 5:** [...]as maiores dificuldades que a gente encontra é a escassez de recurso, porque acaba sendo pouco recurso para uma demanda cada vez maior. Então isso impacta muito na nossa atividade né...em todos os programas, desde o restaurante estudantil, entre outras ações que gostaríamos muito de atender um número maior de estudantes, mas acabamos limitando.

A partir das falas, constatamos que o orçamento, oriundo das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições Federais de Ensino Superior, conforme art. 8º do decreto 7.234/2010 que dispõe PNAES, até o momento da coleta de dados desta pesquisa, ainda é insatisfatório. Essa problemática vem sendo apontada desde as pesquisas realizadas nos trabalhos de Galdino (2016), passando ao longo dos anos até a pesquisa de Lima (2020), quando ela aponta na fala do Pró-reitor de Assuntos Estudantis, como que a questão dos orçamentos, que está atrelado à vinculação constitucional das receitas da união destinada à educação, torna-se um aspecto que precisa ser melhorado: “Precisa de alguns aprimoramentos. A própria questão orçamentária hoje a gente entende que há uma necessidade de fortalecimento (S2)” (Lima, 2020, p.60).

O estacionamento dos recursos ocasiona grandes problemas frente às demandas que os *Campi* precisam enfrentar devido ao número de alunos que recorrem a este tipo de assistência. Os discentes são submetidos aos editais

Segundo pudemos depreender da fala de E4 o fato de o recurso da assistência já ser bastante limitado e apresentar 2 subdivisões, faz com que a política se torne excludente. Isso porque, uma parte desse recurso é destinado ao pagamento dos auxílios de cunho financeiro e outra destinada para compra de materiais para os discentes como bolsas, camisas e água mineral, por exemplo.Com isso, após a

análise do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), muitos discentes ficam de fora dos benefícios da Política de assistência do *Campus*.

É válido destacar que o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é um indicador que permitirá um detalhamento das condições de vida do estudante, através das documentações apresentadas e da análise realizada pelo assistente social, que resultará em uma pontuação.

“Na verdade, o problema do orçamento não depende de nós, digo, dos servidores do *Campus* ou da gestão do recurso. Nós recebemos um recurso X do MEC, que não acompanha o aumento do número de matrículas, por exemplo. Muito pelo contrário, eu que sou de um *Campus* fora da capital, percebo que a grande maioria dos discentes possuem uma vulnerabilidade bastante parecida e, em tese, eram para ser beneficiados com a política. Porém, infelizmente, precisamos fazer a análise que, muitas das vezes, exclui esse discente do benefício que só terá uma nova oportunidade no ano seguinte. Ficamos de mãos atadas, porque é algo que vem de cima, do MEC” (E4).

Em relação a forma de superação das dificuldades enfrentadas para uma efetiva concretização da política institucional, as assistentes foram enfáticas em apontar que não dependiam exclusivamente delas, visto que seria necessária uma revisão da Política a nível Federal, ou seja, uma revisão do próprio PNAES para que, cada *Campus* do IFPB pudesse adequar à sua realidade. Elas acrescentaram ainda que a vivência dos estudantes dos *Campi* de interior é bastante diferente da dos *Campi* da capital, no sentido de questões atreladas a apoio financeiro e pedagógico, por exemplo.

Mais um ponto em comum nas falas das entrevistadas foi relativo à criação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE do IFPB. As assistentes apontaram que a criação da PRAE foi resultado do anseio da maioria dos membros da comunidade acadêmica, e principalmente, do protagonismo estudantil da instituição. Essa Pró-Reitoria apresenta as seguintes competências, conforme disposto na Resolução nº 246/2015:

- I - elaborar, instruir e promover políticas e planos de desenvolvimento estudantil, em consonância com as diretrizes institucionais, ouvidos os estudantes e suas representações;
- II - prestar apoio e assessoria sobre assuntos estudantis aos *Campi*;
- III - promover, coordenar e executar programas políticos para os estudantes com deficiências educativas, físicas, psíquicas ou motoras, visando à igualdade de acesso, permanência e conclusão do curso;
- IV - planejar, elaborar, discutir, fomentar, implementar, executar, acompanhar e avaliar a política de assistência estudantil do IFPB;

V - coordenar as atividades de elaboração de editais relativos à assistência estudantil; VI - realizar, em articulação com as demais Pró-Reitorias, o estudo do perfil dos estudantes do IFPB para subsidiar ações e políticas educacionais e sociais de Assistência Estudantil; VII - elaborar, articular e promover ações que garantam a inclusão e a democratização de procedimentos por meio da participação dos estudantes em todos os seus processos seletivos; VIII - fomentar e realizar eventos relacionados a assuntos estudantis, no âmbito interno e externo do IFPB; IX - organizar e controlar as atividades dos órgãos a ela subordinados. (IFPB, 2015, p.26)

O que nos chama atenção é que, mesmo após a criação da PRAE do IFPB, a qual, conforme disposto acima, entre suas 8 competências, está a de acompanhar e avaliar a política de assistência estudantil do IFPB, as assistentes sociais quando indagadas sobre a existência de algum processo de avaliação e/ou monitoramento da PAE em seu *Campus*, apontam que esse processo ainda é incipiente ou carece de maiores aplicações.

**Entrevistada 1:** [...]Não, não temos um processo de monitoramento[...] até fazemos, mas é a nível de setor e fica atrelado também a assistência social.

**Entrevistada 2:** [...] então, essa questão já é bem debatida, infelizmente não temos um processo contínuo de monitoramento.

**Entrevistada 3:** [...] Infelizmente não há um monitoramento contínuo. Eu faço um relatório, apresento a gestão, mas não posso dizer que é um algo recorrente.

**Entrevistada 4:** [...] assim, não temos um monitoramento a nível de *Campus*...o que acontece é que a PRAE realiza reuniões, e também tentamos, ao menos, semestralmente, realizar um levantamento dos alunos, saber como eles estão em questão de frequência.

**Entrevistada 5:** [...] o processo de monitoramento...a gente procura enquanto equipe de execução da política, monitorar de uma maneira contínua, os alunos que são atendidos pelos programas...não de uma maneira total, pois acredito que precisamos melhorar. Mas esse acompanhamento que fazemos consiste em chamar esses alunos que muitas vezes identificamos dificuldades acadêmicas, familiares. Nós temos o PAPE, então tentamos ao menos bimestralmente, acompanhar a frequência e nota desses alunos... em relação ao PAPE.

Retomando os trabalhos anteriores analisados pela presente pesquisa, percebemos que essa lacuna persiste há uns anos, conforme apontado por Carvalho (2020):

Sobre o acompanhamento que se faz, ainda não é possível realizá-lo de forma eficaz, devido à demanda de estudantes para um número pequeno de profissionais. Esse trabalho coletivo, tanto da equipe pedagógica quanto articulado a outros profissionais, se traduz em um desafio e esforço grande



para se realizar, pois se faz necessário no *Campus* e na Instituição como um todo, rever a atenção aos recursos humanos destinados à implementação da Política de Assistência Estudantil, tanto em relação ao quantitativo como em relação a formações, entendendo que isto, também, faz parte das estratégias para garantir a permanência dos estudantes no sistema formal de ensino (Carvalho, 2020, p.76).

Souza (2017a) também pontuou esse aspecto como uma deficiência na política institucional, visto que, conforme os dados levantados por ele, o processo de acompanhamento ocorria de forma corriqueira, sem um padrão de avaliação ou periodicidade. Igualmente, essa problemática também foi mencionada em Teotônio (2018) e Pordeus (2019) como aspecto que precisava acontecer de forma mais recorrente e sistemática na instituição. No mesmo ano de Souza (2017a), Almeida propôs como produto final de sua pesquisa, o estabelecimento de mecanismos eficazes de acompanhamento e avaliação dos rebatimentos da assistência estudantil na permanência e êxito acadêmico dos discentes

Ainda sobre a questão do acompanhamento, tendo em vista ser uma lacuna recorrente, recorreremos a Política de Assistência Estudantil do IFPB que elenca as categorias profissionais, conforme disposto abaixo:

Art. 18 A operacionalização dos programas previstos nesta política de assistência estudantil do IFPB é de responsabilidade de uma equipe interdisciplinar envolvendo profissionais de diferentes áreas do conhecimento: I – Serviço Social; II – Psicologia; III – Pedagogia; IV – Nutrição; V – Medicina; VI – Enfermagem; VII – Odontologia; VIII – Educação Física; IX – Educação Artística (IFPB, 2011).

Sobre isso, E3 aponta que tem consciência de que o *Campus* em que é lotada apresenta uma boa estrutura de recursos humanos e, mesmo assim, as demandas que chegam ainda são superiores ao número de servidores:

**Entrevistada 3:** [...] “Eu sei que aqui no *Campus* nós temos uma boa equipe que trabalha com a Assistência estudantil...por exemplo, temos pedagogos, assistente social, técnico em assuntos educacionais, psicólogo, médico, enfermeiro...o odontólogo que já foi solicitado, ficando apenas o profissional de educação física e artística, em falta. E mesmo diante dessa equipe multiprofissional, eu sei que algumas ações da PAE ficam a desejar, digo, precisam ser aprimoradas, como a questão da avaliação e monitoramento. Imagino os *Campi* que não apresentam essa equipe...consigo compreender o porquê da necessidade da inserção de mais profissionais (Grifo nosso).

A equipe multiprofissional é de extrema importância para a composição da dos servidores que irão trabalhar diretamente com as questões da PAE. Inclusive, Lima

(2020) apontou problemas veiculados pela falta dessa equipe para boa gestão da PAE no âmbito dos *Campi*:

Compreende-se, a partir da fala dos entrevistados, que a falta de uma cultura de planejamento e de práticas avaliativas têm sido uma possível ameaça para a eficiência e eficácia da política que por razões diversas, entre elas a deficiência de recursos humanos, que tem trazido prejuízos ao monitoramento e avaliação (Lima, 2020, p.63).

Prosseguindo com o roteiro da entrevista, indagamos as assistentes sociais quanto ao tipo de formação e/ou orientação recebida para atuar no âmbito da PAE do IFPB. Das cinco entrevistadas, apenas E1 afirmou ter recebido, de modo informal, uma orientação de como trabalhar com os trâmites da assistência.

**Entrevistada 1:** [...]De fato assim, não houve uma formação ou capacitação, porém, assim que eu entrei aqui no *Campus* eu recebi algumas orientações de como proceder com o trabalho, porque já havia outras profissionais que trabalhavam com isso aqui no setor.

**Entrevistada 2:** [...]Não, a única formação que eu tenho mesmo é a de Assistente Social...não recebi nenhuma oferecida pelo IFPB[...]aprendi com o tempo.

**Entrevistada 3:** [...] Nenhuma. Quando eu cheguei aqui já fui colocada neste setor e não recebi capacitação, ou orientação alguma. Confesso que, como tive um bom estágio na época da minha graduação em uma instituição de ensino também de nível federal, eu já tinha uma certa familiaridade com as questões da assistência estudantil...de fato isso foi o que me ajudou.

**Entrevistada 4:** [...]Não recebi nenhuma capacitação. Muito pelo contrário, quando cheguei aqui no *Campus* eu não sabia nada sobre a assistência estudantil e a servidora que estava aqui na época, pouco me passou demandas ou, sequer, alguma orientação sobre essa temática. Ela disse que não tinha muito o que fazer no setor. Mas com o tempo eu mesmo fui em busca de informação sobre a PAE.

**Entrevistada 5:** [...] Não, o que nós temos de informação é a partir da própria categoria, porque existe a Pró-reitoria de Assuntos estudantis, então a partir da Pró-reitoria, nós temos um acompanhamento da assistente social de lá que é gestora[...]e aí temos as reuniões de orientação, de acompanhamento[...]então é a partir da organização da própria categoria...não existe uma formação específica.

O serviço público exige do servidor postura ética e profissional, visto que são indivíduos que trabalham para servir à comunidade em que está inserido. No caso dos servidores públicos federais da educação, estes precisam estar capacitados para desempenhar seu papel nas instituições com maior nível de profissionalismo.

Igualmente deve acontecer com os assistentes sociais que trabalham com a assistência estudantil, foco desta pesquisa. O cenário ideal é que eles estejam

capacitados para além de suas formações de nível superior, uma vez que, durante a formação acadêmica, não se é garantido que todos os conteúdos relacionados a parte assistencialista da sociedade sejam amparados, discutidos, ou até mesmo assimilados por este profissional. Para esses profissionais, possuir práxis é de extrema importância, para que eles consigam agir de forma crítica, política e proativa diante da realidade dos discentes da instituição, observando os limites e as possibilidades para realização de uma prática transformadora dentro desses ambientes acadêmicos. Logo,

A qualificação profissional dos recursos humanos é importante para as organizações, a fim de que estas se mantenham ativas e possam responder de forma positiva às mudanças ocorridas [...] na administração pública, investir na formação do servidor permite que as demandas da sociedade sejam atendidas com maior eficiência e os recursos disponíveis possam ser utilizados da melhor forma possível (Marino *et al.*, 2018).

Por isso, a falta de oferta de capacitação e/ou formação complementar que deveria ser ofertada a esses profissionais por parte do IFPB pode, certamente, ter impacto negativo no trabalho assistencial, pois apenas com o tempo de convivência com o serviço público é que o servidor estará mais capacitado a exercer seu trabalho com maior eficiência e proatividade.

As sete primeiras questões no nosso roteiro de entrevista permitiram a esta pesquisadora o conhecimento, mesmo que de forma breve, acerca do trabalho desempenhado no IFPB nos quatro *Campi* em que as assistentes sociais são lotadas. As perguntas 8, 9 e 10 foram analisadas no subitem 3.1 do terceiro capítulo desta dissertação, pois tratam do conhecimento dessas profissionais acerca das dissertações de mestrados que abordaram a PAE do IFPB.

## 2.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA: O QUE DIZEM OS ESTUDOS ANALISADOS?

Este subitem apresenta uma análise acerca de nove dissertações de mestrados profissionais que abordaram a temática da assistência estudantil no IFPB. Sete dessas produções são oriundas de programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba e duas da Universidade do Rio Grande do Norte, conforme mencionado anteriormente.

As dissertações de mestrado profissional na área educacional desempenham um papel fundamental para a continuidade das pesquisas acadêmicas no âmbito da educação pública brasileira. Os trabalhos oriundos desses programas são um importante meio de produção e disseminação de conhecimento, trazendo contribuições relevantes para a área, uma vez que são trabalhos de natureza prática e aplicada, voltados para a resolução de problemas reais enfrentados pelos profissionais em suas instituições e lócus de atuação profissional.

Ao pesquisar dissertações de mestrado profissional no âmbito da educação pública brasileira, é possível ter acesso a uma variedade de estudos e análises que abordam diferentes aspectos desse campo. Como por exemplo, as dissertações de mestrados profissionais estudadas nesta pesquisa.

A análise dessas dissertações permite-nos compreender a importância desses estudos para o desenvolvimento e aprimoramento do conhecimento sobre Assistência Estudantil em IES públicas, nomeadamente o IFPB, que guarda especificidades, mas também similaridades com a realidade de outros institutos, o que nos permite inferir a contribuição para a discussão na área de estudo, conforme trataremos na sequência.

Iniciamos nossas análises com o estudo de Galdino (2016), intitulado “A Política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba”. A autora abordou a assistência estudantil no âmbito do IFPB *Campus* Campina Grande (IFPB – CG), com o foco nos programas de alimentação, transporte, moradia e iniciação ao trabalho. Para coleta dos dados, utilizou questionário misto que foi aplicado com alunos atendidos pelos programas da assistência estudantil, além da realização de entrevista com os gestores que eram diretamente envolvidos com a assistência estudantil do IFPB-CG.

Nesse trabalho, a PAE do IFPB havia sido implantada há 5 anos e apresentava algumas demandas que precisavam ser aprimoradas. Segundo Galdino (2016), essas lacunas na política podem ser explicadas devido ao “período relativamente curto para maturação e reflexões” (Galdino, 2016, p.149).

Uma melhoria apontada pelos gestores para a até então “recente” política, foi o seu acompanhamento informatizado para concentrar as informações relacionadas ao processo de oferta, proporcionando, assim, um planejamento efetivo da gestão desse orçamento. Outro ponto comum na fala dos gestores foi a questão orçamentária, visto que, já em 2016, o cenário político-econômico se mostrava

ameaçador à Política de Assistência Estudantil, devido aos cortes orçamentários das instituições de ensino. É válido reiterar que foi em 2016 a aprovação da emenda constitucional nº 95, que levou a um congelamento dos gastos públicos pelo período de vinte anos, em diversas áreas, inclusive na educação, fruto de um governo que se comprometeu com os interesses dos credores internacionais.

Em relação à participação discente na PAE, foi constatado que “[...] não está efetivado um processo de condução democrática da política com a participação de todos os entes envolvidos[...]” (Galdino, 2016, p.152). Assim, a autora aponta que até o momento da realização da pesquisa, percebeu que a atuação discente não era priorizada, levando a instituição a não conduzir a política pautada por processos democráticos.

Nessa perspectiva, a autora ressalta limitações no processo de participação na implementação da PAE, apontando que

[...] a gestão do *Campus* Campina Grande tem uma consciência parcial desta questão, a partir do momento em que reconhece a lacuna no processo de espaços de discussão, fator que se torna importante na recondução do processo democrático de implementação da política (Galdino, 2016, p.153).

É válido destacarmos que a Resolução do Conselho Superior nº 40, de 06 de maio de 2011, documento na qual Galdino (2016) baseou-se para fundar sua pesquisa, foi revogado através da Resolução *ad referendum* nº 25, de 21 de junho de 2018. Essa nova resolução traz ações explícitas que visam a participação discente nos processos da PAE da instituição em seus arts. 3º e 31, os quais visam, conforme incisos XII e IV, estimular a participação dos estudantes nos assuntos relativos à assistência estudantil e ao acompanhamento e avaliação dos programas, bem como às ações da Assistência Estudantil (IFPB, 2018).

Semelhante aos estudos de Galdino (2016), Almeida (2017), em sua pesquisa intitulada “Gestão educacional e assistência estudantil: uma análise das práticas de gestão da assistência estudantil no Instituto Federal da Paraíba *Campus* João Pessoa”, estuda a PAE do IFPB no âmbito do *Campus* João Pessoa. A autora traz como foco de investigação três programas de permanência, quais sejam: programa de alimentação, transporte e moradia operacionalizados com recorte de renda.

Quanto aos procedimentos metodológicos, Almeida (2017) recorreu à entrevista com os gestores, estudantes e com os profissionais ligados diretamente à

gestão da AE, com o objetivo de compreender suas percepções no tocante a beneficiários e servidores.

Após realizadas as entrevistas e as análises dos dados, Almeida (2017) aponta que, à época, o comprometimento do alcance das finalidades do PNAES na instituição se deu devido aos seguintes fatores: inconsistências relativas aos orçamentos recebidos, conseqüentemente os valores repassados aos discentes eram considerados insuficientes; a falta de monitoramento da política interna; a necessidade de ampliação do quadro de profissionais que lidam diretamente com a PAE e os problemas relativos aos processos seletivos dos beneficiários da política fazem.

A autora ainda acrescenta como proposições com vistas à instauração de uma nova cultura no trato das questões concernentes à PAE, a ampliação dos programas da PAE no sentido de implementar atividades voltadas à atenção à saúde, apoio pedagógico, dentre outras questões.

O trabalho de Souza (2017a) também versa sobre a assistência estudantil, com atenção direcionada ao *Campus* Picuí do IFPB, adotando para coleta de dados, metodologia semelhante aos trabalhos anteriormente apresentados: a entrevista junto aos gestores e o questionário *online* para os discentes beneficiários da política.

O referido autor ainda considerava a PAE como recente e de modo semelhante aos trabalhos de Galdino (2016) e Almeida (2017), apontou que a falta de comunicação entre gestores e os agentes implementadores da política, bem como os processos de divulgação e informação entre os servidores ainda careciam de melhorias.

Já em relação à divulgação da PAE, os beneficiários consideraram que a Coordenação Pedagógica e o Apoio Pedagógico do *Campus* (COPAE - PC) a faz de forma clara, ágil, conseguindo, assim, alcançar o objetivo de socializar as informações importantes relacionadas à essa política.

No que se refere ao monitoramento da política no âmbito interno do *Campus* Picuí, o estudo de Souza (2017a) aponta que a COPAE realiza apenas um relatório anual, em que são relatadas as ações realizadas no ano corrente para, apenas no ano seguinte, serem realizados os devidos ajustes. Logo, essa periodicidade do relatório pode contribuir para que ajustes, que deveriam ocorrer de forma imediata, sejam adiados, comprometendo a política institucional. Nesse sentido, com Dunn (2008) e

Faria (2007), entendemos que, dentre as implicações por inércia, tem-se a dificuldade em diagnosticar as eventuais falhas dos instrumentos, procedimentos, conteúdos e métodos dos programas, adequando-os aos seus objetivos e metas, além de não permitir a localização dos pontos críticos a fim de favorecer uma via de melhora. (Souza, 2017a, p.95).

Em relação ao sistema de avaliação, tanto Galdino (2016) quanto Souza (2017a), ao realizarem a entrevista junto aos gestores de seus respectivos *campi*, tiveram, de forma enfática, a informação de que a Instituição, até o momento da realização daquela entrevista - anos 2016 e 2017, respectivamente, não havia realizado nenhuma ação de natureza avaliativa.

Mesmo se tratando de uma política de assistência considerada “recente”, Souza (2017a) conclui pela necessidade da revisão desta política, uma vez que, “apesar da fragilidade do processo, existe um acompanhamento, pouco sistematizado, das ações que são desenvolvidas pelos profissionais para o alcance dos objetivos da política” (Souza, 2017a, p.97).

Em relação à avaliação interna, ou seja, os procedimentos necessários para averiguar se o desempenho da política está em consonância ao que determinam as legislações, foi constatado que os processos de avaliação são frágeis e carecem de aprimoramentos e constância:

Com a análise dos depoimentos, percebe-se que os técnicos argumentaram que ainda é preciso melhorar o processo de avaliação interna da política, embora a equipe de implementadores esteja sempre se reunindo para avaliar as ações que realizam de forma pontual, e buscando avaliar junto aos beneficiários, as ações que são desenvolvidas em cada programa. (Souza, 2017a, p.98).

Esse processo de avaliação se torna essencial para verificar se a política está atendendo ao que dispõe o PNAES, uma vez que ao realizar a avaliação de um determinado processo, somos capazes de fazer os ajustes e correções necessárias para que esse processo ocorra conforme seu planejamento inicial. Sobre a importância da avaliação de uma política pública, Garcia (2001) a define como:

Avaliação é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido. Pode ser considerada, também, como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos (Garcia, 2001, p.31).

Logo, muito mais do que acompanhamento, o processo de avaliação da política institucional é uma ferramenta essencial para correção das estratégias que foram avaliadas como equivocadas e o consequente alinhamento dos planos para o alcance dos objetivos dessa política.

Relativo às melhorias em âmbito institucional que influenciam diretamente a gestão da PAE no *Campus* Picuí, Souza (2017a), após ouvida a equipe multidisciplinar do referido *Campus*, aponta que

Apesar de a equipe apresentar quase todas as especialidades previstas na política, a instituição precisa buscar completar a formação da equipe com a contratação de um educador físico, um educador artístico e um nutricionista, tendo em vista que a política ainda prevê esses profissionais [...] Em relação à seleção da equipe de atores implementadores, os técnicos administrativos também têm consciência dos profissionais que atuam na política, e da necessidade de novas contratações[...] (Souza, 2017a, p.87).

Ainda em relação à preocupação sobre as melhorias institucionais a serem realizadas no âmbito da política de AE, Souza (2017a) ainda sugere que seja feita

[...] uma avaliação da implementação da Política de Assistência Estudantil comparativa entre o *Campus* Picuí e um outro *Campus*, buscando um aprofundamento sobre o tema. Ademais existe também a possibilidade de futuros estudos comparativos de avaliação da pesquisa em questão com outros *Campi* do IFPB (Souza, 2017a, p.109).

O quarto trabalho analisado foi o de autoria de Souza (2017b), que resultou de pesquisa realizada no IFPB *Campus* Cajazeiras. Os sujeitos da pesquisa foram discentes do 5º e 6º períodos do Curso Tecnológico de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – ADS e o Diretor de Ensino e a Assistente Social do *Campus*. A autora optou por utilizar entrevistas para realizar a coleta de dados junto aos sujeitos.

De imediato, é válido levarmos em consideração que a pesquisa sofreu alguns impasses quanto à devolutiva dos questionários pelos discentes. Isso ocorreu porque durante a coleta de dados, o *Campus* Cajazeiras decretou greve que durou 43 (quarenta e três) dias, fazendo com que a pesquisadora optasse pelo envio *online* do questionário. Assim, dos 30 questionários enviados, apenas 18 alunos devolveram, sendo que desses, 04 (quatro) declararam não aceitar responder ao questionário.



A autora traz uma categoria até então não apresentada pelos trabalhos discutidos anteriormente. Ela identificou que os discentes do curso ADS apontaram que as questões de cunho acadêmico/pedagógico eram as mais significativas para a permanência na Instituição.

Constatamos também, que estas dificuldades de cunho acadêmico/pedagógico apresentadas pelos estudantes pesquisados, convergem com as dificuldades apresentadas pelo gestor (Diretor de Ensino). O gestor aponta como sendo entraves para o acesso e à permanência ao curso de ADS, o nível exigido de pré-requisito escolar e as matérias do curso que exigem muito do aluno (Souza, 2017b, p.76).

Essa dificuldade também foi apontada em uma das falas dos gestores entrevistados:

As maiores dificuldades apresentadas se concentraram na categoria da dificuldade acadêmica/pedagógica. Os estudantes apresentaram como empecilhos para a permanência, problemas de aprendizagem, principalmente nas disciplinas de cálculo, consideradas difíceis (Souza, 2017b, p. 92).

As dificuldades de cunho pedagógico podem ser bastante prejudiciais na vida acadêmica dos discentes, pois pode resultar em baixo desempenho acadêmico, reprovação em disciplinas, aumento do tempo de conclusão do curso e até mesmo desistência.

Além disso, essa dificuldade também pode influenciar negativamente a motivação dos estudantes, levando a falta de comprometimento com os estudos e à diminuição da participação nas atividades acadêmicas. Outra consequência importante é o impacto na autoestima e na confiança dos alunos, afetando sua participação em trabalhos em grupo, apresentações e atividades extracurriculares. Muito além dos impactos acadêmicos, essas dificuldades podem ter impactos no bem-estar emocional e na saúde mental dos alunos, causando ansiedade, depressão e outros problemas psicológicos.

Sobre isso, apontamos que as questões pedagógicas são previstas como área em que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas. E, além disso, “as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (PNAES, 2010, p.01).

Desse modo, além de assistência de cunho financeiro, cabe às instituições de ensino federais oferecer suporte nas demais áreas contempladas pelo PNAES e que, segundo os estudos de Souza (2017b), foram categorias apontadas como decisivas para que os estudantes consigam concluir o curso de ADS do *Campus* Cajazeiras.

A seguir temos os estudos de Teotônio (2018) que se volta para área de atenção à saúde do estudante, por meio da pesquisa intitulada “Avaliação da implementação do programa de atenção à saúde do estudante do Instituto Federal da Paraíba”. Este estudo foi apresentado no programa De Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no ano de 2018.

Para coletar os dados, semelhante aos trabalhos outrora mencionados, a autora realiza entrevistas com a equipe que implementou o Programa de atenção à saúde do estudante (PASE) na Instituição e com os servidores da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis do IFPB. Quanto às conclusões, foram apresentadas as seguintes: nenhum dos entrevistados tinha completo conhecimento acerca de como funcionava o Programa; a falta de uniformidade em relação aos procedimentos e ações a serem executadas pelo PASE gerava impasses, já que isso ficava sob a decisão de cada *Campus*, o que poderia ocasionar em discrepâncias ao analisar o programa por *Campus*; a ausência de capacitação para equipe de servidores que compunha o PASE, o que explica, de certa forma, a falta de conhecimento deles em relação ao programa; além da falta de servidores para execução do programa, uma vez que os que eram vinculados ao PASE não exerciam apenas essas funções, mas outras atividades pertinentes ao setor de lotação desses servidores.

De fato, não existiu um planejamento para a implementação do PASE nos *Campi* investigados, e a inexistência desse planejamento acarretou [...] a falta de promoção, por parte do IFPB, de capacitação interna para os servidores da instituição para atuarem no âmbito do programa e o desconhecimento dos agentes acerca do programa que estão implementando (Teotônio, 2018, p.92).

Ao final da dissertação, a autora sugere um roteiro, composto por 10 (dez) ações que visam sanar as fragilidades encontradas na implementação do PASE no *Campus* de Picuí e Princesa Isabel e em outros *Campi* que vierem a implantar o Programa.

Assim, como o Programa de atenção à saúde era embrionário à época da escrita da dissertação de Teotônio (2018), o presente estudo propôs a realização de

uma nova escuta dos sujeitos que participaram daquele estudo, com o intuito de revisitar o programa e sua funcionalidade após decorrido o período de 04 anos.

No mesmo ano de 2018, temos o estudo de Farias (2018), egresso do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, o MPPGAV, atual PPGAES, conforme a Resolução Nº 14/2021 – CONSEPE, da Universidade Federal da Paraíba.

Nessa pesquisa, o autor estuda a PAE no âmbito do IFPB *Campus* João Pessoa, semelhante aos estudos de Almeida (2017). Porém, a pesquisa de Farias (2018) faz um recorte e analisa apenas o universo de discentes vinculados ao Curso de Design de Interiores. Ele traz como a justificativa o fato de ser o curso que mais apresentou discentes inscritos nos programas de Assistência Estudantil oferecidos pelo *Campus* João Pessoa, bem como o elevado percentual de estudantes oriundos de famílias com renda per capita de até 1 salário mínimo e meio.

Diferente dos trabalhos anteriores, nesse, o IFPB já dispunha de um sistema informatizado com as informações relativas aos discentes que eram beneficiários da PAE. Essas informações estão dispostas no módulo Assistência Estudantil, do Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, sendo este sistema um ganho para a instituição, visto que era tido como uma deficiência nos trabalhos anteriores, desde o de Galdino (2016).

Não obstante a esse ganho, o autor aponta alguns problemas encontrados após a análise dos dados, como a falta de divulgação sobre a PAE do IFPB entre os estudantes que, ao responderem o questionário, limitaram suas respostas ao conhecimento apenas dos auxílios que tem a perspectiva financeira.

Semelhante aos estudos de Almeida (2017) e de Souza (2017b), a pouca atenção dada ao acompanhamento pedagógico volta a figurar como uma área que necessita de maior atenção da instituição. A questão relacionada aos processos de seleção dos discentes para concorrer a PAE da Instituição também foi levantada novamente como deficitária frente à insegurança gerada aos estudantes que precisam se submeter anualmente a novos processos de seleção, sem terem a segurança da sua continuidade, tendo em vista também as questões orçamentárias cada vez mais precárias.

Realizada toda a parte de levantamento e análise dos dados, Farias (2018) aponta que no âmbito IFPB/*Campus* João Pessoa, as ações desenvolvidas de Assistência Estudantil estão ainda incipientes diante do que preconiza o PNAES.

O *Campus* João Pessoa do IFPB foi contemplado com outro estudo sobre a PAE no ano de 2019. Pordeus (2019) desenvolve o trabalho intitulado “A importância do programa nacional de assistência estudantil para a permanência e o êxito acadêmico de estudantes cotistas no instituto federal de educação da Paraíba”. Semelhante ao trabalho de Farias (2018), a autora também faz um recorte acerca da população estudada e realiza a pesquisa de campo junto aos estudantes dos cursos de Bacharelado em Engenharia Elétrica e Licenciatura em Química do IFPB, *Campus* João Pessoa. Similar aos trabalhos analisados anteriormente, nessa pesquisa, a autora faz uso de questionário como ferramenta para coletar dados, no entanto, apenas com discentes.

As questões apontadas pelos estudantes não são relativamente novas, visto que já haviam sido apontadas em trabalhos anteriores como, por exemplo, as questões pedagógicas, ampliação no número de vagas nos editais da assistência, bem como maior rigor na seleção dos discentes que são beneficiados pelos editais. Outrossim, semelhante às respostas obtidas por Farias (2018), os discentes que responderam ao questionário proposto por Pordeus (2019) também limitaram seu conhecimento aos auxílios de cunho pecuniário, não demonstrando conhecimento acerca das outras áreas contempladas pelo PNAES.

Entre as demandas e dificuldades do Programa no IFPB *Campus* João Pessoa encontradas no trabalho de Pordeus (2019), encontramos novamente o reduzido número de vagas ofertadas nos editais, diante da necessidade de beneficiar um maior número de estudantes, demanda por aumento nos valores dos auxílios, concessão dos benefícios por todo o curso e a construção definitiva do restaurante estudantil.

É válido ressaltar que as questões no aumento do número de vagas nos editais e nos valores dos auxílios recaem na questão orçamentária que, muitas vezes, independe da gestão do Instituto. Chamamos atenção também para a questão do restaurante que já havia sido levantado no trabalho de Farias (2018). No trabalho de Farias (2018), que foi defendido em fevereiro de 2018, o restaurante estava em fase de construção e visava atender 1.500 refeições diárias.

No entanto, no trabalho de Pordeus (2019), desenvolvido um ano da dissertação de Farias (2018), o refeitório ainda não havia sido implantado definitivamente. Nas dissertações analisadas não foram encontradas informações em relação ao limbo temporal e à justificativa pela demora na entrega da referida obra. Entretanto, no site há registro de sua entrega à comunidade acadêmica no ano de 2019.

A próxima dissertação estudada analisou a política de assistência estudantil (PAE) no âmbito do *Campus Cabedelo* do IFPB. Ela foi desenvolvida pela pesquisadora Carvalho (2020), sob o título “Permanência na educação superior: contribuições da política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus Cabedelo*”.

Na época em que a autora desenvolveu a pesquisa, a PAE do IFPB sofreu uma reformulação, com a sua implementação em fevereiro do ano de 2020. Por isso, a pesquisadora se ateve a analisar a política à luz da antiga Resolução nº 40, de 06 de maio de 2011, que vigorou até o mês de dezembro de 2019, período posterior à coleta de dados da pesquisa.

A metodologia utilizada pela autora para realizar a coleta de dados foi um questionário semiestruturado aplicado aos discentes dos cursos de Design e Ciências Biológicas participantes da política de assistência estudantil do *Campus*. Após a análise dos dados, a autora apontou que a PAE ainda precisava de melhorias em áreas que já foram outrora mencionadas, como:

[...] ações de apoio pedagógico, oferta de mais vagas nos auxílios; oferta de materiais específicos para o curso de design gráfico por meio do programa de material didático pedagógico; maior tempo de divulgação da assistência estudantil; utilização das redes sociais para melhor comunicação com os estudantes; e mais acolhimento/acompanhamento durante o curso (Carvalho, 2020, p. 129).

Essas pontuações levaram a pesquisadora chegar à conclusão de que as ações da AE do *Campus Cabedelo* ainda se encontravam embrionárias, mesmo após decorridos nove (09) anos de sua aprovação por meio da Resolução *ad referendum* nº 12, de 25 de fevereiro de 2011.

A última dissertação analisada nesta pesquisa foi defendida em 2020 por Lima (2020), no âmbito do PPGAES-IFPB, sendo intitulada “Monitoramento e avaliação de

políticas públicas: análise da política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba”. Pautando-se em uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, a autora realizou uma análise da PAE do IFPB com o intuito de verificar se no processo de reformulação da PAE/IFPB foi contemplado o monitoramento e avaliação.

Esse mecanismo de monitoramento e avaliação da PAE foi campo de estudo desde 2016, quando da escrita do trabalho de Galdino (2016), sendo investigada nos demais trabalhos analisados nesta pesquisa. Como resultado de pesquisa, Lima (2020) constatou uma melhoria que desde o trabalho de Galdino (2016), Almeida (2017), Souza (2017), Teotônio (2018), Farias (2018), Pordeus (2018), Carvalho (2020) vinha sendo reivindicada, principalmente, pelos servidores que trabalhavam junto a PAE da instituição: um processo de acompanhamento. A autora constatou que houve a construção de um capítulo na PAE reformulada que tratasse da Gestão, Acompanhamento e Avaliação da PAE-IFPB, antes inexistente na Resolução nº 40/2011.

Entretanto, mesmo com esse ganho, com a PAE reformulada, até a época da escrita da pesquisa de Lima (2020), ainda não havia sido colocado em prática o monitoramento, a análise da implementação, a execução dos programas e ações, nem a utilização dos meios e recursos para o alcance dos objetivos propostos.

Verificou-se nos documentos analisados que, na PAE 2011 não havia mecanismos institucionalizados de monitoramento e avaliação. O acompanhamento se dava de forma muito tímida, não institucionalizada e muito menos informatizada, sendo possível observar a existência de apenas três programas regulamentados dos onze existentes nessa política (Lima, 2020, p. 79).

A autora ainda constatou que “o gerenciamento de recursos da Assistência Estudantil não ocorria de forma eficiente, justamente por falta de uma cultura de planejamento, monitoramento e avaliação dessa política” (Lima, 2020, p.80).

Assim, buscar-se-á na análise da PAE do IFPB em 2022 os processos evolutivos desta política, confrontando com os dados analisados nas dissertações acima e com os dados coletados através dos questionários com os sujeitos desta pesquisa.

Em face do exposto, para fins de sistematização dos principais achados decorrentes dos trabalhos analisados, apresentamos no quadro nº 1, que segue, informações sobre os autores, campus de realização da pesquisa e seus resultados em termos de fragilidades da PAE no IFPB e sugestões:

**QUADRO 2- SÍNTESE DOS PRINCIPAIS ACHADOS DAS PESQUISAS ANALISADAS**

	<u>Autor</u>	<u>Campus</u>	<u>Fragilidades</u>	<u>Sugestões</u>
1	Galdino (2016)	Campina Grande	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Falta de clareza na definição dos critérios de seleção para o acesso aos programas de assistência estudantil.</li> <li>2. Carência de recursos financeiros destinados à assistência estudantil.</li> <li>3. Pouca divulgação e informações insuficientes sobre os programas de assistência estudantil.</li> <li>4. Falta de acompanhamento e monitoramento dos programas de assistência estudantil.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgação mais ampla dos programas e benefícios disponíveis.</li> <li>- Implementação de um sistema de monitoramento e avaliação.</li> </ul>
2	Almeida (2017)	João Pessoa	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Falta de inclusão de todos os estudantes: A política de assistência estudantil pode estar focada em atender apenas um grupo específico (aqueles em que a renda é de até salário mínimo e meio) de estudantes, deixando outros desamparados. É importante que a assistência seja acessível e abrangente, contemplando todas as necessidades dos estudantes.</li> <li>2. Insuficiência de recursos financeiros: - falta de orçamento para atender todas as demandas e necessidades dos estudantes.</li> <li>3. Falta de informação e comunicação desconhecimento por parte dos estudantes. Isso pode resultar em baixa participação e aproveitamento dos programas disponíveis.</li> <li>4. Processos burocráticos e morosos para a concessão dos benefícios.</li> <li>5. Maior empecilho para permanência dos discentes: problemas de ordem acadêmica, pedagógica e financeira.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar um comitê gestor da PAE no âmbito do Conselho Superior do IFPB e comissões nos Campi vinculadas aos Conselhos Diretores. Essas instâncias devem ser compostas por estudantes, profissionais da prática e gestores da PAE; - Ampliar os programas da PAE no sentido de implementar atividades voltadas à atenção à saúde, apoio pedagógico, dentre outras questões.</li> <li>- Elaborar um plano de capacitação para os profissionais diretamente envolvidos com a operacionalização da política;</li> <li>- Desenvolver uma cultura de planejamento coletivo da PAE com a participação de todos os setores;</li> <li>- Ampliar o quadro de profissionais que integram os setores que executam a PAE;</li> <li>- Discutir a aplicação do orçamento da política com todos os setores que integram a PAE;</li> <li>- Estabelecer mecanismos eficazes de acompanhamento e avaliação dos rebatimentos da assistência estudantil na permanência e êxito acadêmico.</li> </ul>
3	Souza (2017)	Campus Picuí	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Necessidade de melhoria na implementação da política de assistência estudantil do IFPB no Campus Picuí.</li> <li>2. Ausência de uma equipe multiprofissional para dar andamento à PAE</li> <li>3. Deficiência no acompanhamento da política.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar avaliação da implementação da Política de Assistência Estudantil comparativa entre o Campus Picuí e outro Campus do IFPB ou de um instituto de outro estado.</li> </ul>
4	Souza (2017)	Campus Cajazeiras	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ampliação dos Programas de pesquisa, extensão e assistência.</li> <li>2. Maior dificuldade foi a acadêmica/pedagógica.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprimorar ações para fortalecimento de apoio no mercado de trabalho, além do aprimoramento nos programas de pesquisa e extensão.</li> </ul>

			<p>3. Inexistência de um planejamento sistêmico envolvendo todos os setores responsáveis pela PAE do <i>Campus</i>.</p> <p>4. Recursos orçamentários insuficientes para atender a demanda.</p> <p>5. Falta de planejamento para acompanhar os programas do programa.</p>	
5	Teotonio (2018)	IFPB	<p>1. Problemas no monitoramento: Falta de uma avaliação efetiva da implementação do Programa de Atenção à Saúde do Estudante e seus impactos sobre os estudantes.</p> <p>2. Insuficiência de recursos financeiros: O texto menciona que em 2019 foram iniciadas discussões e ajustes para aprimorar o modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde no IFPB, mas não são fornecidos detalhes sobre as medidas adotadas.</p>	<p>- Avaliação mais abrangente e sistemática do Programa de Atenção à Saúde do Estudante.</p> <p>- Medidas para aumento dos recursos financeiros.</p>
6	Farias (2018)	Campus João Pessoa	<p>1. Problema na coesão entre setores: O autor aponta que a falta de integração entre as diferentes áreas responsáveis pela assistência, compromete a efetividade das ações desenvolvidas.</p> <p>2. Ampliação dos programas: Além disso, aponta que há a necessidade de ampliar a oferta de programas e benefícios voltados para os estudantes, de forma a atender as diferentes demandas e necessidades existentes.</p> <p>3. O trabalho destaca a falta de recursos financeiros e a limitação da estrutura física como fatores que dificultam a implementação de políticas e programas de assistência estudantil.</p> <p>3. A dificuldade de dados no sentido de cruzar os dados do avanço de matrículas e as causas de percentual de evasão e retenção na Instituição, não sendo feita no desenvolvimento deste trabalho por falta de acesso a dados que pudessem favorecer essa reflexão.</p>	<p>- Promoção de ações de capacitação e sensibilização dos profissionais envolvidos com a assistência estudantil.</p> <p>- Buscar alternativas de financiamento e investir na infraestrutura física da instituição.</p>
7	Pordeus (2019)	IFPB	<p>1. A Metodologia de ensino dos professores é apontada como fator que dificulta a permanência de alguns discentes.</p> <p>2. A questão pedagógica foi levantada como fator que precisa ter mais atenção na política.</p> <p>3. As vagas que são ofertadas na época do trabalho foram apontadas como insuficientes pelos sujeitos da pesquisa.</p> <p>4. A falta de recursos financeiros suficientes para atender a demanda dos estudantes cotistas também foi apontada como uma fragilidade.</p>	<p>- Elaborar uma política específica para o ingresso por cotas.</p> <p>- Oferecer estrutura adequada de apoio aos estudantes cotistas, como assistência psicopedagógica e orientação acadêmica</p> <p>- Promover ações de inclusão e combate à discriminação no ambiente acadêmico do IFPB, implementando políticas de ingresso e permanência que garantam igualdade de oportunidades para os estudantes cotistas</p>
8	Carvalho (2020)	Campus Cabedelo	<p>1. Questão orçamentária deficiente em relação a demanda dos estudantes.</p> <p>2. Burocratização dos processos que envolve a política foram apontados como fatores que dificultam o acesso aos programas.</p> <p>3. Deficiência no processo de divulgação dos programas da PAE.</p>	<p>- Simplificação dos processos de acesso aos benefícios e o aumento da divulgação das informações sobre os programas existentes.</p>



9	Lima (2020)	IFPB	<p>1. Falta de planejamento: Gerenciamento de recursos da Assistência Estudantil não ocorria de forma eficiente, justamente por falta de uma cultura de planejamento, monitoramento e avaliação dessa política.</p> <p>2. Necessidade da contratação e formação de equipes multiprofissionais para o acompanhamento da política, bem como, a capacitação dos profissionais para saber gerir e operacionalizar a PAE.</p>	<p>- Sugestões de Indicadores para o Monitoramento e Avaliação do Programa Apoio a Permanência do Estudante do IFPB.</p> <p>- Monitoramento e avaliação do Programa de modo informatizado, com a pretensão da inserção no SUAP/ módulo Atividades Estudantis do instrumento.</p>
---	----------------	------	--	--

FONTE: Elaborado pela autora (2023)

As referências apresentadas de forma sintética no quadro 2 serviram de base para o avanço de nossa discussão, sendo retomados e ampliados a partir da “escuta” dos envolvidos, o que nos deteremos na sequência.

### 3 OS ESTUDOS SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB: A ESCUTA DOS SUJEITOS DESTA PESQUISA

Neste capítulo abordamos o processo de escuta dos sujeitos desta pesquisa: assistentes sociais e autores de dissertações. A importância desse processo de escuta é fundamental para enriquecer o conhecimento e a produção desta pesquisa, pois proporcionou novos olhares acerca do tema trabalhado.

#### 3.1 A VISÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO IFPB SOBRE AS DISSERTAÇÕES DE MESTRADOS REALIZADAS SOBRE A PAE DA INSTITUIÇÃO

Este tópico foi desenvolvido tendo como base algumas questões apresentadas no roteiro de entrevistas (Apêndice B) realizadas com as Assistentes Sociais do IFPB dos *Campi* Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa e Picuí.

As perguntas tratadas neste tópico buscaram a compreensão do grau de conhecimento dessas servidoras acerca dos trabalhos de mestrados profissionais sobre a PAE do IFPB que já foram realizados no âmbito dos seus respectivos *Campi*. É válido ressaltarmos que todas as assistentes sociais entrevistadas já estavam lotadas nos *Campi* a época em que as pesquisas foram realizadas.

Ao serem questionadas se possuíam conhecimento acerca de alguma pesquisa realizada sobre a PAE, seja a nível de IFPB, ou mais especificamente em seu *Campus*, obtivemos as seguintes respostas:

**Entrevistada 1:** [...]Tive sim, eu sei da dissertação de Leo, a de Gillyane e a de Evelin[...]participei da pesquisa também, mas confesso que não me aprofundi na leitura da dissertação após ela ter sido concluída.

**Entrevistada 2:** [...]Ah, sei da dissertação de Leonardo...tive participação na coleta de dados, mas eu acabei não tendo uma leitura mais aprofundada depois que ele concluiu.

**Entrevistada 3:** [...]Então...eu já estou até acostumada a participar dessas pesquisas (risos), participei na coleta de dados da que teve aqui no Campus, mas não tenho muito conhecimento da pesquisa em si...de como sucedeu.

**Entrevistada 4:** “[...]Eu até soube da pesquisa que houve aqui no Campus, mas não tenho muitos dados sobre ela...apenas sei que houve.

**Entrevistada 5:** “[...] Não, no meu Campus não. Eu sei que tem, mas eu não me debrucei [...]

Conforme as respostas apresentadas, inferimos que, apesar de a maioria das assistentes sociais terem conhecimento e/ou participação na coleta de dados, elas não tiveram um retorno acerca dos produtos finais das dissertações, ou não se aprofundaram na leitura. Compreendemos haver uma lacuna nessa devolutiva ou retomada dos trabalhos para estudo, o que prejudica o aperfeiçoamento das políticas de assistência estudantil do IFPB, remetendo-nos à necessidade de se investir institucionalmente na exploração dos conteúdos dessas pesquisas que podem ser alvo de atenção nos processos de atualização dos profissionais do setor responsável pela PAE, com vistas ao aprimoramento do seu trabalho.

Ao serem questionadas a respeito da importância das pesquisas sobre as políticas de assistência estudantil no IFPB, as assistentes sociais apontaram a crença na validade e na relevância dessas produções para a melhoria das ações realizadas pelas instituições, mas deixam evidente a necessidade de um trabalho mais sistemático de estudo e disseminação das pesquisas realizadas, conforme apresentado nos depoimentos a seguir:

**Entrevistada 1:** “[...]Nós não temos um retorno de cada trabalho realizado, no entanto nas reuniões com as (os) assistentes sociais do IFPB que sempre realizamos, já foram discutidos o resultado de algumas dissertações. Inclusive, já foi proposto que fosse realizado a nível de IFPB um encontro que abarcasse[...] para mostrar mesmo, o resultado desses trabalhos...são de grande valia para nós.

**Entrevistada 2:** “[...]De fato não temos um retorno desses trabalhos, mas acho que eles deveriam ser mais divulgados, até mesmo pelo próprio pesquisador”.

**Entrevistada 3:** “[...]É, retorno dos trabalhos realizados eu não tive conhecimento...assim, pelo menos aqui a nível do *Campus* que estou lotada. Mas já soube que foi proposto que nas reuniões com os assistentes sociais esses trabalhos fossem mais divulgados.

**Entrevistada 4:** “[...]Acho que divulgação mesmo, talvez pelo próprio pesquisador ou pela instituição. Como esses trabalhos trazem um produto final, eles poderão subsidiar em tomadas de decisão[...] em melhorias institucionais e nas reflexões mesmo do trabalho que desenvolvemos [...] o que podemos mudar ou ajustar, por exemplo”.

**Entrevistada 5:** “[...] Acredito que uma divulgação desses trabalhos mesmo, porque as pessoas estudam, pesquisam, mas não chega até nós, a nossa realidade. É preciso que essa informação se dissipe...até mesmo aproveitando esses encontros que temos junto com a equipe multiprofissional, poderia aproveitar esses momentos para divulgação”.

As respostas das assistentes sociais a respeito do retorno dos trabalhos de dissertação defendidos e publicados apontam para uma problemática pertinente: a ausência de debates sobre os temas estudantis abordados nos trabalhos, apontando dicotomias quanto à valorização das publicações dos mestrados, o que pode, inclusive, desestimular o desenvolvimento de novas pesquisas na área, uma vez que as ações nesse sentido não estão tendo atenção em termos de alcance institucional que deveriam, o que prejudica a expectativa de retorno social das ações de assistência estudantil da instituição.

Nessa perspectiva, entendemos que os estudos sobre essas produções no IFPB contribuem para a formação de uma visão crítica a respeito das políticas da área, visando seu aperfeiçoamento, de forma a possibilitar a concretização de programas de apoio estudantil mais eficazes no contexto da instituição e da realidade socioeconômica dos discentes.

Tal entendimento permite - nos destacar que as repercussões e os impactos potenciais das pesquisas desenvolvidas nas instituições por mestrados profissionais não ocorrem por si só. Para que tais produções contribuam efetivamente para a melhoria da PAE do instituto, há que se investir em ações no sentido da disseminação dessas produções, bem como no estudo dos seus resultados, articulando conhecimentos produzidos, experiências e demandas dos envolvidos, visando lançar o olhar sobre as experiências de assistência estudantil de forma a contribuir para desenvolver ações de avaliação e planejamento da PAE para os próximos anos, contando com a participação de segmentos envolvidos – alunos, professores, técnicos administrativos e gestores. Sobre isso, ressaltamos que nossa pesquisa aponta como produto final uma proposição de devolutiva que contribua no sentido da disseminação desses achados de pesquisa, o que trataremos em capítulo próprio.

Nesses termos, as lacunas no processo de valorização das pesquisas que visam apresentar um panorama das condições dos estudantes e da abrangência das assistências estudantis compromete a tomada de decisões sem que se recorra à literatura pertinente e atualizada, o que contribui para perpetuar um cenário de desigualdade e marcado pela carência de políticas assistenciais eficazes, uma vez que elas vão contra o ideal democrática, o qual se atualiza a cada novo passo que a sociedade dá.

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar apenas mediante o acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (Alves, 2004, p. 4).

Diante disso, entende-se que a criação de condições e mecanismos que garantam essa permanência passa pelo processo de investigação, identificação e avaliação do contexto socioeducacional, o qual irá apresentar as problemáticas nas quais os pesquisadores irão basear-se para analisar os objetos de estudo. Dessa forma, compreendemos que sem o embasamento teórico que partiu da investigação dos fenômenos educacionais existentes, não se pode chegar à formulação de políticas coerentes com a fotografia social apresentada.

As autores Pordeus (2019) e Lima (2019) ao abordarem a importância, a nível nacional, das políticas de assistência estudantil, entrevistaram discentes, com o objetivo de obter dados sobre os conhecimentos a respeito desses programas. Por meio de análises minuciosas dos dados obtidos, chegaram à conclusão de que faltam condições básicas no tocante ao desenvolvimento do estudante, como alimentação, transporte e acesso às ferramentas digitais.

Diante do que deveria ser feito para que o conteúdo das dissertações de mestrados profissionais pudessem contribuir para a PAE da instituição, as assistentes sociais disseram que seria de grande valia para o *Campus* ter acesso aos conteúdos dissertados. Isso porque esses conteúdos são importantes para enriquecer o conhecimento e embasar suas práticas profissionais.

Essas dissertações são trabalhos acadêmicos que têm como objetivo aprofundar o conhecimento na área, por meio de uma pesquisa científica. No caso das dissertações sobre a assistência estudantil do IFPB, elas podem trazer informações relevantes sobre as políticas, programas e práticas adotadas pela instituição nesse contexto.

Ao ter acesso a essas dissertações, as assistentes sociais podem conhecer diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e práticas relacionadas à assistência estudantil. Isso pode contribuir para o aprimoramento de suas práticas, permitindo que

elas conheçam experiências bem-sucedidas, identifiquem desafios e encontrem soluções inovadoras que possam ser aplicadas no IFPB.

Além disso, as dissertações geralmente são embasadas em uma revisão bibliográfica extensa, o que significa que elas podem apresentar um panorama atualizado das principais discussões e tendências relacionadas à assistência estudantil. Isso permite que as assistentes sociais se mantenham atualizadas e informadas sobre os avanços e debates mais recentes nessa área assistencial.

Posto isso, é de grande importância que a parte assistencial ligada à PAE do IFPB tenha contato com essas dissertações, especialmente porque estes documentos contêm entrevistas com gestores e alunos que são parte integrante fundamental desta política. Consoante ao processo de divulgação das dissertações, duas entrevistas apontaram sobre a relevância em criar um processo amplo de divulgação dentro do IFPB:

**Entrevistado 3:** Inclusive, fica uma dica para você, você poderia realizar um encontro aqui no *Campus* para mostrar os resultados da sua pesquisa, já que ela engloba a opinião de alguns profissionais de outros *Campi* do IFPB, pode ser, por exemplo, na semana pedagógica...fica a dica.

**Entrevistado 5:** Essas produções podem ser trabalhadas nos encontros que realizamos na PRAE.

Entendemos que o processo de divulgação dos trabalhos realizados que contemplam o IFPB como foco de estudo ainda merece maiores destaques. O lapso neste processo faz com que muitas produções acadêmicas se percam ao longo do tempo. Isso leva a uma perda de conhecimento que deixou de ser incorporado à instituição.

A importância da divulgação das pesquisas acadêmicas sobre assistência estudantil dentro do IFPB aumenta a visibilidade e o conhecimento sobre os estudos realizados nessa área específica. Com essa divulgação, é possível compartilhar os resultados das pesquisas, promover o debate acadêmico, sensibilizar a comunidade acadêmica e incentivar a adoção de melhores práticas de assistência estudantil.

### 3.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPB: O QUE DIZEM OS AUTORES DAS DISSERTAÇÕES

Os autores das dissertações analisadas, ao realizarem suas pesquisas e escreverem suas dissertações, dedicaram-se a estudar e analisar a assistência estudantil do IFPB de forma aprofundada. Eles investigaram questões relacionadas ao acesso, permanência e êxito dos estudantes nesse contexto, examinando políticas, programas e práticas existentes.

Sobre a importância do ponto de vista desses autores, é possível evidenciarmos os seguintes benefícios:

1. Contribuição para o conhecimento: As dissertações de mestrado são resultados de pesquisas científicas que trazem informações e análises relevantes sobre a assistência estudantil na educação superior pública brasileira. Ao considerar o ponto de vista desses autores, é possível ter acesso a um conhecimento mais aprofundado sobre o tema, que pode ser utilizado para embasar a presente e futuras pesquisas.

2. Identificação de lacunas e desafios: Através das pesquisas existentes é possível identificar lacunas existentes na assistência estudantil e desafios enfrentados pelos estudantes no ensino superior do IFPB. Suas análises podem revelar problemas estruturais, deficiências na implementação de políticas e programas, bem como sugerir soluções para melhorar a qualidade e efetividade da assistência estudantil.

3. Reflexão e debate sobre políticas públicas: Ao considerar o ponto de vista dos autores é possível promover um diálogo mais amplo e aprofundado sobre as políticas públicas de assistência estudantil do IFPB. Suas pesquisas e análises podem subsidiar discussões em diferentes esferas, como governos, instituições de ensino, sociedade civil e organizações acadêmicas, contribuindo para a formulação e implementação.

A importância do olhar desses autores que já abordaram a temática da assistência estudantil do IFPB reside na contribuição desses trabalhos para a compreensão e aprimoramento dessa política institucional.

Os autores das dissertações apontaram os principais benefícios da assistência estudantil, como o auxílio na permanência dos estudantes na universidade, a melhoria do desempenho acadêmico, a redução da evasão escolar e a promoção da inclusão

social. Além disso, eles também destacaram os desafios e limitações encontrados na implementação e efetividade dos programas de assistência estudantil, como a falta de recursos financeiros, a burocracia, a falta de infraestrutura adequada e a falta de capacitação dos profissionais envolvidos.

É importante analisar as opiniões e recomendações dos autores das dissertações, pois elas podem fornecer *insights* sobre possíveis melhorias nos programas de assistência estudantil, bem como indicar áreas que necessitam de mais pesquisas e estudos.

Assim, ao considerarmos a opinião desses autores, buscamos atingir o nosso terceiro objetivo específico, visto que tentou-se compreender, através de um questionário semiestruturado, como os autores caracterizam suas produções acadêmicas sobre AE no IFPB.

O processo de escuta forneceu dados relevantes para que pudéssemos avançar a partir dos estudos inicialmente realizados. A ampliação de estudos promove continuidade da pesquisa, novas descobertas a serem confrontadas e/ou aprimoradas sobre o assunto pesquisado.

Especificamente, considerando as pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduações *stricto sensu*, estas promovem a evolução do conhecimento pré-existente, como também novas descobertas, além de desenvolver o fluxo quase que ininterrupto da ciência, fazendo com que ela se configure como um sistema contínuo de investigação. Esse sistema de investigação que resulta em produções acadêmicas é relevante nas mais diversas áreas, seja ela na saúde, na política, na filosofia ou na educação como um todo.

Entre os programas de pós-graduação *stricto sensu*, esta pesquisa concentrou sua atenção nas produções acadêmicas realizadas nos mestrados profissionais, visto que o programa ao qual este estudo será submetido possui a mesma designação.

Considerando os mestrados profissionais, esses programas surgem no Brasil após a instituição da Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998, do Ministério da Educação, e se propõe a formar profissionais articulando o ensino com aplicação profissional apreendida no curso, isto é, objetiva a produção de insumos que contribuam com a gestão dos setores sociais do governo e demais organizações da sociedade. Essa articulação é ratificada pelo Art. 2º da portaria que institui o mestrado, visto que traz como condicionante para o enquadramento como mestrado



profissionalizante “exigência de apresentação de trabalho final que demonstre domínio do objeto de estudo, (sob a forma de dissertação, projeto, análise de casos, performance, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, entre outras, de acordo com a natureza da área e os fins do curso) e capacidade de expressar-se lucidamente sobre ele”.

Considerando também a autoria desses trabalhos, compreendemos que esses autores entregam para instituição um produto que visa levar suas considerações acerca do assunto abordado. Sobre isso, segundo Charlot (2006) “é comum que o pesquisador, ao chegar aos resultados de uma pesquisa, se preocupe com a questão: “o que eles farão com esses resultados?”. Soma-se a isso a preocupação para esses autores de como o produto final gerado por suas dissertações poderão influenciar na tomada de decisão na instituição que ofertou o mestrado e/ou a instituição na qual esse discente é vinculado, seja como servidor ou como colaborador eventual.

Ademais, pontuamos que essas dissertações podem ser revisitadas para uma possível ampliação de estudos pelos próprios autores ou por outrem que desejem debruçar-se sobre as pesquisas já iniciadas sobre o tema.

Sobre essa possibilidade de ampliação de estudos, Charlot (2006, p.17) defende que para a pesquisa em nosso país progredir ela não precisa necessariamente começar do zero, muito pelo contrário, pode ter um ponto de partida, como os trabalhos já realizados. Posto isso, é válido considerarmos ainda que realizar o estudo desta pesquisa, a partir dos pressupostos já definidos pelos pesquisadores em suas produções, está de acordo com os preceitos levantados por Charlot (2006).

Partindo do que defende o referido autor, esta pesquisa iniciou-se com a análise de nove (09) trabalhos oriundos de dissertações de mestrados profissionais que tratam sobre a PAE do IFPB. Logo, como forma de avançar no presente estudo, tomando como referência as obras já produzidas, realizamos um movimento de escuta desses autores.

Dos nove (09) trabalhos analisados, oito (08) são oriundos de autores que fazem parte do Quadro Permanente de Pessoal do IFPB, e um do quadro de pessoal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. No entanto, como já mencionado em nossa metodologia, tivemos apenas oito (08) autores possíveis para poderem contribuir no estudo, uma vez que um deles faleceu. Por fim, a partir das inúmeras

tentativas de contar com suas contribuições em nossa pesquisa, conseguimos que seis (06) autores participassem deste estudo.

Diante das percepções dos autores sobre a atualidade de suas produções, avanços, limites e possibilidades de ampliação, articulamos, também, uma discussão, atualizando referências teóricas, legais e contextuais (política nacional e institucional da área), dialogando com a compreensão das assistentes sociais sobre tais pesquisas e a materialidade da política de Assistência Estudantil desenvolvida nos *Campi* do IFPB em que atuam. Tal discussão foi apresentada no subtópico anterior com recortes das falas das 05 assistentes sociais entrevistadas dos *Campi* João Pessoa, Cabedelo, Picuí, Cajazeiras e *Campina* Grande que já foram alvo de produções acadêmicas de mestrados profissionais que abordaram a PAE do IFPB.

A aplicação do questionário (Apêndice A) foi composta por 13 questões que abordavam aspectos relacionados à pesquisa do autor e os desdobramentos desta pesquisa no âmbito no IFPB e do seu respectivo ambiente de trabalho.

Em suas respostas, o que nos chamou atenção foi a percepção acerca da política, pois eles a delimitaram como sendo destinada aos estudantes de baixa renda, voltada para a permanência estudantil. Um deles destacou a política como ampla, percebendo sua efetivação para além dos programas de auxílio pecuniário.

Relativo à questão da receptividade dos *Campi* do IFPB e da reitoria para realização da coleta de dados, todos os autores responderam que não houve dificuldade para execução da coleta, pois, conforme dito por um dos autores

**Autor 4:** Um dos aspectos facilitadores para essa receptividade se deu a nossa atuação na área enquanto trabalhador/pesquisador.

Sobre essa questão, apontamos que as dissertações de Almeida (2017); Souza (2017); Farias (2018); Pordeus (2019); Carvalho (2020) e Lima (2020) apresentaram como um dos requisitos finais de seus trabalhos, a elaboração de um produto de pesquisa a ser aplicado na instituição ao qual o servidor (a) técnico-administrativo (a) é lotado. Com isso, os servidores que contribuíram com a coleta de dados também seriam, mesmo que indiretamente afetados, por este produto que pode promover mudanças e/ou adequações no ambiente de trabalho destes servidores.

Logo, a receptividade foi destacada como de extrema importância para uma coleta de dados eficiente.

Em relação às dificuldades enfrentadas para construção de seus trabalhos, dos seis autores que responderam ao questionário, cinco apontaram que a maior dificuldade encontrada foi relativa à coleta de dados, quando utilizavam como público-alvo, os estudantes. Eles disseram que devido a carga horária dos estudantes ser intensa, muitos demoraram a retornar com o questionário respondido, ou então os autores não conseguiam conciliar a agenda dos estudantes para realização de entrevista.

**Autor 1:** A maior dificuldade enfrentada na realização da pesquisa foi encontrar uma data e um horário que atendesse a agenda dos participantes do grupo focal.

**Autor 3:** A resposta do questionário pelos alunos.

**Autor 4:** A maior dificuldade enfrentada foi o processo de coleta de dados, pois, utilizamos questionários semiestruturados e, como os estudantes possuíam uma grade curricular bastante fechada, tínhamos que deixar os questionários e fazer o recolhimento destes em momento posterior.

**Autor 6:** Acredito que foi a demora em conseguir contatar o estudante que estava sem comunicação de telefone e e-mail institucional, onde foi necessário um outro meio de comunicação, a rede social, e neste aguardar um tempo maior de retorno comparado aos demais. Também, com este mesmo estudante, teve um deslocamento para a realização da entrevista diferente dos demais, pois ele estava em recuperação de sua saúde e impossibilitado de ir ao *Campus*.

**Autor 5:** Apesar de eu ter conseguido atingir o volume de questionário respondido que eu pretendia na minha pesquisa, eu acredito que o processo de resposta a esses questionários foi bem trabalhoso, porque os alunos demoraram a retornar com as respostas.

Apenas um autor apontou como dificuldade, o afastamento para pós-graduação e o problema com as literaturas:

**Autor 2:** A maior dificuldade foi não ter solicitado o afastamento do trabalho para me dedicar integralmente à pesquisa. Outra dificuldade foram os materiais bibliográficos utilizados para construção do referencial teórico, pois muitos deles estavam escritos em inglês, dificultando assim o acesso ao conteúdo.

As dificuldades apontadas pelos autores também foram encontradas no processo de escuta para esta pesquisa. Assim, é importante ressaltar que tínhamos a pretensão de ouvir oito (8) autores. No entanto, dois (02) autores não retornaram com o questionário respondido, mesmo após muitas tentativas via telefone, e-mail e *whatsApp*.

Outro aspecto contemplado em nosso questionário foi acerca do processo de devolutiva à instituição ao qual o servidor é lotado, relativo aos seus achados de pesquisa.

O processo de devolutiva da pesquisa pode fazer-se em pelo menos dois sentidos: sendo uma mudança de posição, torcer, girar; ou como ato de retorno, restituição ao lugar de origem de algo que já existia, pôr onde estava.

Nesta pesquisa, entendemos o ato como a devolução de dados e análises, um momento de retorno do que já estava lá, talvez ainda não sabido, mas que, no processo de investigação, ao ser encontrado, pode retornar ao lugar de origem, ou seja, ao campo de pesquisa (Almeida,2018).

Sobre isso, Pletsch e Souza (2021)

[...] defendem que a devolutiva da pesquisa é parte constitutiva da ética e da transparência com os participantes em pesquisas na área das Ciências da Educação, especialmente em investigações que envolvem, como campo de pesquisa, escolas e seus sujeitos [...] pode ser realizada de formas distintas, pois existem várias possibilidades de retorno aos participantes e às instituições que compõem o campo de pesquisa.

As autoras sugerem alguns mecanismos em que essa pesquisa pode ser “devolvida” à instituição podendo ser usada de forma isolada ou em conjunto. Elas ainda salientam que

[...] as formas de devolução das pesquisas estão articuladas com o tipo e os referenciais teórico-metodológicos empregados nas investigações, podendo variar de acordo com elas. Entretanto, como premissa ética, devem considerar, prioritariamente, que os participantes tenham acesso aos seus resultados.

Assim, relativo ao processo de devolutiva ao IFPB dos achados e pesquisas de seus servidores, obtivemos as seguintes respostas:

**Autor 1:** Infelizmente não tenho informações a esse respeito.

**Autor 2:** Infelizmente não houve. Quando minha dissertação foi aprovada eu já estava atuando em outra instituição, o que me distanciou da gestão do IFPB - Picuí, embora a pesquisa fique disponível no Repositório Público da UFRN com livre acesso por parte do público em geral.

**Autor 3:** A devolutiva ocorreu em reunião de Colegiado de Curso onde os resultados foram apresentados e algumas estratégias de encaminhamentos foram sugeridas.

**Autor 4:** Sim. Realizamos a devolutiva com os sujeitos envolvidos na pesquisa, no sentido de dar visibilidade aos dados coletados, bem como na

possibilidade de contribuir com o processo de revisão da Política de Assistência Estudantil com a nossa participação em fóruns e comissões da revisão do documento vigente na atualidade.

**Autor 5:** Então, eu não tenho essa informação, porque eu me aposentei com pouco tempo após a apresentar minha dissertação.

**Autor 6:** A resposta seria, ainda não. Justifico que a pandemia atrapalhou o percurso desse objetivo para aquele momento ao concluir o mestrado. Defendi minha dissertação em 10/03/2020 e na semana seguinte entramos em quarentena [...] Passou-se o tempo e só a partir de 2022 que iniciamos gradativamente o retorno presencial e uma readaptação com novas demandas pós pandemia. Então, a minha pretensão é apresentar a minha pesquisa, assim como, o produto que ela gerou neste ano de 2023.

Prosseguindo com o roteiro, indagamos os autores sobre quais as contribuições da sua pesquisa para a política de assistência estudantil do IFPB. De modo unânime, todos os autores apontaram que a pesquisa trouxe benefícios para sua vida profissional, uma vez que eles discutiram sobre uma realidade vivenciada diariamente, conforme aponta dois autores:

**Autor 3:** Uma das principais contribuições que a pesquisa tem a oferecer é a geração de informações úteis, que poderão ser utilizadas pelos gestores, numa possível reformulação da política avaliada.

**Autor 7:** O estudo que foi desenvolvido também é relevante sob o entendimento de que há uma lacuna a ser preenchida em relação à elaboração de pesquisas específicas que versem acerca da assistência estudantil, tendo por foco a percepção dos estudantes beneficiados. Sob o aspecto institucional, a pesquisa trouxe a possibilidade de refletir sobre os programas da assistência estudantil e ainda fomentar a necessidade de avaliações sistemáticas dessa política.

No que se refere aos aspectos que não puderam ser contemplados ou devidamente explorados na pesquisa à época de escrita, cinco autores pontuaram que ficaram satisfeitos com o resultado final de suas dissertações. No entanto, dois enfatizaram que o fato do não retorno dos questionários por parte dos estudantes ocasionou um lapso na escrita final da dissertação.

**Autor 3:** Gostaríamos, a princípio, de termos trabalhado as causas da evasão, entretanto a aplicação de questionários com os alunos evadidos se tornou inviável, mediante o não retorno.

**Autor 1:** A composição dos grupos focais ficou prejudicada por dificuldades na agenda dos participantes.

Relativo às contribuições das pesquisas para a sua formação e para o trabalho que este autor (a) realiza ou realizava na instituição, todo pontuaram que foram de extrema importância para o desenvolvimento pessoal e no ambiente de trabalho, pois todos eles trabalhavam diretamente ligada a PAE do IFPB no momento da escrita de suas dissertações.

**Autor 2:** Com base ao trabalho que eu desenvolvia na instituição, a pesquisa poderia contribuir na correção dos gargalos apontados pelos técnicos administrativos envolvidos com a implementação da política.

**Autor 6:** Foi possível realizar trabalhos de acompanhamento no combate à evasão, com base nos dados obtidos, reposicionar dados, promover ampliações nos trabalhos de formação docente e, principalmente, rever as estruturas do trabalho pedagógico, realizado pela Pedagogia, alinhando os objetivos deste com os objetivos para o acesso, permanência e êxito dos alunos.

O que chamou atenção foram as respostas da última questão, pois todos os autores disseram que teriam algo a acrescentar às suas dissertações, ao responderem a seguinte questão: Se você tivesse a oportunidade de retomar ou dar continuidade a sua pesquisa, em que você investiria ou retomaria para fins de aprofundamento? Tivemos como respostas:

**Autor 1:** Gostaria de investigar os rebatimentos do PNAES na permanência e êxito acadêmico dos beneficiários.

**Autor 2:** Talvez eu tentaria a possibilidade de se realizar uma pesquisa de avaliação da implementação da Política de Assistência Estudantil comparativa entre o *Campus* Picuí e um outro *Campus*, buscando um aprofundamento sobre o tema.

**Autor 3:** Gostaria de investigar os rebatimentos do PNAES na permanência e êxito acadêmico dos beneficiários.

**Autor 4:** Na questão do acompanhamento pedagógico e as dimensões da permanência dos estudantes para além dos aspectos econômicos apresentados no cotidiano por estes estudantes.

**Autor 5:** Então, como eu já estou aposentado (a) mas se tivesse oportunidade, eu teria vontade de avaliar meu projeto após sua aplicação no campus...quem saber poder dar continuidade a ideia inicialmente proposta com novas atualizações.

**Autor 6:** [...] daria continuidade a minha pesquisa pensando no após a aplicação do projeto proposto como resultado/produto da pesquisa, avaliando a sua execução para verificar se ele atendeu as aspirações iniciais ...observando principalmente se ajudou a contribuir na permanência dos estudantes no *Campus* de Cabedelo.

A partir das respostas apresentadas, podemos refletir que existe a possibilidade de continuidade da pesquisa. O motivo que levou os autores a expressarem esse desejo é algo muito subjetivo e não cabe a esta pesquisa ir em busca da resposta.

Uma eventual continuidade da pesquisa vai ao encontro do que Charlot (2006) acredita que deve ocorrer no campo da educação, uma vez que

O campo da educação está saturado de discursos já instalados, já prontos. Qualquer que seja a questão, já há uma resposta, prática ou política, já existem discursos teóricos, poderes intelectuais constituídos, panelinhas teóricas nas quais a defesa de conceitos mais ou menos se confunde com a conquista de postos e de poderes. Quando um campo está tão saturado de respostas, é difícil levantar questões de maneira nova (Charlot, 2006).

No entanto, mesmo que a temática da PAE do IFPB já esteja contemplada em vários trabalhos, como os que aqui foram estudados, percebemos que ainda há lacunas na própria política que leva aos pesquisadores e a presente pesquisa, levantar um novo diálogo ao que já foi estudado.

### 3.3 O ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB: ORIENTAÇÕES PARA OS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

Sugerimos neste tópico a elaboração de um plano de ação que preencha as lacunas identificadas na política de assistência estudantil do IFPB, seguindo, para isso, algumas etapas:

- Identificar as lacunas: É importante que a equipe multidisciplinar tenha acesso aos dados de trabalhos mais recentes realizados sobre a PAE da instituição para realizar uma análise detalhada da política, identificando as áreas em que há deficiências ou falta de atendimento às necessidades dos estudantes.
- Definir metas e objetivos: Com base nas lacunas identificadas, é necessário estabelecer metas e objetivos claros para o plano de ação. Essas metas devem ser específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e com prazos definidos (metodologia SMART). No site do Sebrae, é mencionado que uma meta

SMART é aquela que é definida com base em critérios específicos, mensuráveis, atribuíveis, realistas e temporais

- Realizar estudos e pesquisas: Para preencher as lacunas, é imprescindível realizar estudos e pesquisas aprofundadas sobre as necessidades dos estudantes e as melhores práticas em assistência estudantil.
- Elaborar propostas de ação: Com base nos estudos e pesquisas realizados, é necessário elaborar propostas de ação concretas e viáveis para preencher as lacunas identificadas. Essas propostas devem considerar aspectos como a ampliação do acesso a benefícios, a melhoria dos serviços prestados e a criação de programas específicos para determinados grupos de estudantes.
- Implementar e monitorar o plano de ação: Após a elaboração das propostas de ação, é necessário implementá-las e monitorar constantemente os resultados alcançados.

Por fim, considerando os resultados do presente estudo, é importante que seja viabilizado um curso de formação destinado aos assistentes sociais do IFPB com o objetivo de estimulá-los à reflexão, análise e estudo acerca das dissertações de mestrados profissionais que versam sobre a PAE do IFPB. O curso se mostra necessário diante da constatação de que tais servidores não têm domínio do conteúdo das pesquisas desenvolvidas sobre assistência estudantil no IFPB que foram alvo de atenção em nossa pesquisa.

Outrossim, como essas pesquisas resultaram de vários trabalhos de dissertações de mestrados desenvolvidos pelos próprios servidores da instituição, é relevante que seus resultados sejam de conhecimento dos demais servidores que trabalham diretamente com a assistência estudantil da instituição, como forma de ampliar seu conhecimento e contribuir para o investimento na melhoria da Política de assistência estudantil do IFPB.

Para dinamizar a proposta de curso, entendemos ser importante que o IFPB estimule e favoreça condições para que os próprios pesquisadores possam contribuir nesse processo formativo. Nesse sentido, propomos que eles sejam convidados pela Coordenação de Assistência Estudantil a partilhar os conhecimentos por eles produzidos, viabilizando a oportunidade para que eles, atuais e/ou ex-servidores da Instituição, possam fazer uma devolutiva consistente e planejada de seus trabalhos



com vistas a favorecer à comunidade acadêmica o acesso ao conteúdo de suas pesquisas.

A participação dos autores das dissertações no curso poderá contribuir para o aprofundamento dos estudos por eles desenvolvidos. Pontuamos ainda que a participação ativa desses autores promove incentivo à pesquisa, uma vez que eles verão seus achados de pesquisa sendo estudados pelos servidores e valorizados pela gestão da política de assistência estudantil do IFPB.

A oferta do curso permitirá a seus participantes a oportunidade de aprofundarem seus conhecimentos sobre as políticas e práticas de assistência estudantil no IFPB, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados aos estudantes. Assim, a partir do curso, propomos que se articule um movimento em torno da avaliação e do planejamento das ações de assistência estudantil, visando à tomada de decisões em relação às várias dimensões da PAE, com embasamento e referências nos estudos realizados.

O curso poderá ainda contar com a participação de profissionais de diferentes áreas relacionadas à assistência estudantil, como psicologia e pedagogia, para proporcionar uma visão mais abrangente e enriquecedora aos participantes. Os profissionais mencionados e autores interessados podem ser chamados a participar do planejamento das ações do curso, bem como de seus desdobramentos.

### **3.3.1 Apresentação do curso**

Neste tópico, apresentamos o curso em linhas gerais que poderá contemplar tópicos relacionados à assistência estudantil no IFPB, quais sejam:

#### **Tópico 1: Contextualização da Política de assistência estudantil no IFPB**

- Visão geral da assistência estudantil no IFPB: aspectos legais e normativos
- Assistência estudantil: principais áreas de atuação

#### **Tópico 2: Contribuições das dissertações de mestrado profissional**

- Apresentação de nosso artigo “Assistência estudantil no IFPB: o que dizem as dissertações de mestrado profissional sobre este tema?”, resultante desta pesquisa.

- Autores
- Participação de autores convidados: roda de conversa sobre desafios e oportunidades da PEA do IFPB.
- Discussão e levantamento de proposições para continuidade dos estudos a PEA do IFPB.

### **Tópico 3. PEA no IFPB: estudo das dissertações de mestrado**

- Organização de grupos de estudo para análise das dissertações relacionadas à assistência estudantil.
- Análise dos desafios e soluções apresentados nas dissertações estudadas.
- Sistematização de resultados do estudo e proposição de encaminhamentos no âmbito da PEA da instituição.
- Socialização dos resultados entre os grupos;
- Análise das práticas adotadas na instituição
- Discussão sobre melhorias e inovações na assistência estudantil a partir dos estudos realizados e discussões;
- Elaboração de um relatório síntese, constando de:
  1. Contribuições para o conhecimento sobre a PEA do IFPB;
  2. Identificação de lacunas e desafios na assistência estudantil do IFPB;
  3. Propostas e encaminhamento para reformulação da política de Assistência estudantil no IFPB.

Apresentada a proposta de desenvolvimento do curso sobre a Política de Assistência estudantil do IFPB, com olhar sobre as dissertações analisadas em nosso estudo, apresentamos o nosso artigo, intitulado “Assistência estudantil no IFPB: o que dizem as dissertações de mestrado profissional sobre este tema?”, disponível no Apêndice C desta pesquisa, para subsidiar a oferta do curso, nomeadamente o “Tópico 2: Contribuições das dissertações de mestrado profissional”.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência estudantil tem como objetivo principal garantir a permanência e o êxito dos estudantes na universidade, promovendo a igualdade de oportunidades e contribuindo para a democratização do acesso à educação superior. As literaturas existentes sobre o tema destacam que a assistência estudantil desempenha um papel fundamental na redução das desigualdades sociais e no combate à evasão escolar. Muitos estudantes enfrentam dificuldades financeiras e socioeconômicas que prejudicam seu desempenho acadêmico e os levam a desistir dos estudos.

A assistência estudantil busca minimizar essas dificuldades, oferecendo apoio financeiro, alimentação, moradia, transporte, saúde, apoio pedagógico, dentre outros benefícios. Além disso, a assistência estudantil também contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes.

Ao proporcionar condições adequadas para a permanência na universidade, a AE permite que os alunos se dediquem integralmente aos estudos, participem de atividades extracurriculares e desenvolvam suas habilidades e competências, preparando-os para o mercado de trabalho.

Outro ponto importante é o impacto positivo da assistência estudantil é favorecer o acesso e a permanência de estudantes de diferentes classes sociais, raças, gêneros e regiões no ensino superior, de forma a contribuir para a formação de uma sociedade mais igualitária e plural.

O estudo das dissertações sobre a assistência estudantil no IFPB apontou para muitos problemas na materialidade dessa política na instituição, a depender do curso e *Campus* locus da pesquisa. Entretanto, as propostas apresentadas pelos autores podem ter um alcance sistêmico, quais sejam: ampliar a participação dos beneficiários na gestão do PAE; aprimorar processos de comunicação e divulgação dos serviços e ações do Programa; ampliar vagas dos editais e aumentar os valores da assistência pecuniária aos estudantes; investir na ampliação e diversificação de profissionais que compõem o quadro de servidores que atuam na AE, bem como sua formação; aprimorar o processo seletivo e consolidar a política de avaliação e monitoramento da PAE.

Sendo assim, respondendo ao nosso problema de pesquisa, podemos afirmar que as dissertações podem contribuir significativamente para a política de assistência

estudantil do IFPB, pois elas trazem avanços para a compreensão e análise das causas do processo de permanência e não permanência de sujeitos na instituição. Entre as causas, apontamos os problemas de cunho pedagógico, conforme apresentando na pesquisa de Souza (2017b) a qual traz a categoria como sendo decisiva para permanência dos discentes do curso ADS do *Campus* Cajazeiras. Outro aspecto abordado nas produções é a importância da articulação entre as políticas de assistência estudantil e as demais políticas públicas na área da educação, destacando que a assistência estudantil não pode ser tratada isoladamente, mas sim integrada a outras políticas que visem à melhoria da qualidade da educação e à inclusão social dos estudantes.

Quanto às análises das respostas dos questionários pelos autores das dissertações estudadas, eles pontuaram que apesar da receptividade dos servidores em participar da pesquisa, pouca ou nenhuma divulgação ocorreu após sua finalização. Isso pôde ser constatado na entrevista com as assistentes sociais, pois todas disseram ter pouco ou nenhum conhecimento sobre essas produções.

Os autores apontaram que, caso tivessem condições de dar continuidade em suas pesquisas, investiriam nas seguintes ações: atualização da PAE do IFPB, investimento em acompanhar a assistência estudantil com foco no apoio pedagógico, dimensão prevista no PNAES; avaliação dos impactos das ações em termos de permanência e êxito nos cursos. Merece destaque dois autores, que destacaram que os produtos por eles propostos previam propostas que poderiam ser aplicadas, o que os motivariam a avaliar seus possíveis desdobramentos na instituição.

Quanto às assistentes sociais, a partir de suas falas, inferimos que as medidas tomadas no âmbito da assistência estudantil não estão considerando de forma efetiva a realidade dos alunos das instituições. Baseiam-se, apenas, em processos que já vinham sendo repetidos há anos, sem a atualização em paralelo com as mudanças socioeducacionais que marcam as políticas públicas para a educação. Aspectos como o acompanhamento pedagógico foi elencado como uma das melhorias a serem aprimoradas na política.

Outro aspecto destacado pelas assistentes sociais entrevistadas foi a falta de acesso aos estudos empíricos que discutem a realidade da assistência estudantil no IFPB, vez que os trabalhos publicados não foram estudados detidamente ou mesmo consultados pelo setor responsável pela área de forma sistemática. Nesse sentido,

consideramos que o acesso a tais materiais, em sendo oportunizado por meio de formações, pode favorecer a compreensão da PAE e uma melhor aproximação das necessidades dos estudantes, assim como os aspectos para os quais as políticas devem voltar-se de forma prioritária, buscando sanar os problemas referentes à permanência deles no processo educacional.

Outrossim, apesar do esforço e dedicação no desenvolvimento, avaliação e conclusão das pesquisas, esses autores, que também são servidores da instituição, não tiveram seus esforços valorizados, pois, segundo as respostas obtidas, as dissertações elaboradas por eles são apenas comentadas entre os assistentes sociais, carecendo de um estudo minucioso para que se possa compreender o cenário da assistência estudantil do Instituto Federal da Paraíba e, com base nesses dados, poder elaborar e redimensionar ações pertinentes às políticas assistenciais que sejam coerentes com o cenário apresentado.

No entanto, em nível macro, é preciso ressaltar a necessidade de investimentos e políticas públicas efetivas para garantir a ampliação e a melhoria da assistência estudantil, de forma a atender à demanda crescente dos estudantes nas instituições federais com vistas a proporcionar uma educação de qualidade e inclusiva para todos, de forma a acompanhar o ritmo das mudanças educacionais e promover o princípio constitucional da igualdade de acesso.

Dessa forma, trazemos como sugestões para o avanço das ações previstas na Política de Assistência Estudantil:

1. Um olhar mais especial sobre para a equipe multiprofissional, tendo em vista a necessidade de atualização do conhecimento, através de capacitação.
2. Ampliação das equipes multiprofissionais para atendimento das necessidades educacionais dos estudantes.
3. Destinação de um espaço no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, para que as dissertações que são produzidas pelos mestrados possam ser colocadas no sistema, a fim de facilitar uma possível consulta.
4. Ampliação do orçamento previsto para a Política Estudantil, distinguindo as demandas estudantis e a priorização das necessidades de atendimento às situações preventivas para a permanência e sucesso acadêmico para os estudantes do Ensino Superior da Instituição.

5. Implementar nos encontros que acontecem na Pró-reitoria de assuntos estudantis, um momento para debate e discussão acerca das produções acadêmicas que versam sobre a PAE do IFPB.

6. Desenvolver uma cultura de planejamento e monitoramento da política em âmbito de cada *Campus*.

Desse modo, como forma de contribuição institucional após as constatações as quais chegamos nesta etapa de nossa pesquisa, levantamos algumas sugestões como forma de auxiliar a gestão para tomada de decisão relativa aos mecanismos da assistência estudantil do IFPB.

Uma das principais dificuldades identificadas é a falta de divulgação dos trabalhos acadêmicos realizados pelos servidores da própria instituição. Para isso, propomos que sejam realizados encontros, em forma de curso, com as assistentes sociais e a equipe multidisciplinar, que pode ocorrer ao menos, semestralmente, para que sejam dados ampla divulgação e debate sobre o estudo realizado. Esses encontros podem ser realizados no próprio campus ou na reitoria do IFPB. Assim, é importante que o próprio servidor possa ser convidado para apresentar seus achados de pesquisa com a equipe responsável pela AE do instituto, seguido de debate e possíveis encaminhamentos.

Com base na análise das dificuldades da assistência estudantil do IFPB e nas soluções propostas, busca-se superar os desafios enfrentados. No entanto, é importante ressaltar que uma análise mais aprofundada e um diagnóstico completo são necessários para a implementação efetiva das soluções. A tomada de decisão deve ser embasada em informações concretas e considerar as limitações e possibilidades da instituição.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Edna Maria Coimbra de. **The student assistance in the context of the expansion of professional and technical education in Maranhão: evaluation of the implementation process**. 2012. 197 f. **Dissertação** (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.
- AGUILAR, M. J. ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- ALMEIDA, Eliene Estevão de. **Gestão educacional e assistência estudantil: uma análise das práticas de gestão da assistência estudantil no Instituto Federal da Paraíba Campus João Pessoa**. 2017. 114 p. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- ALMEIDA, U. R. et al.. A devolutiva como exercício ético-político do pesquisar. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 204–213, maio 2018.
- ALVES, J. M. **A Assistência Estudantil no Âmbito da Política de Educação Superior Pública**. Paraná, 2004.
- ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. A849 Ética e pesquisa em Educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. 133 p.; v.1. Disponível em: <[https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica\\_e\\_pesquisa\\_em\\_educacao\\_-\\_isbn\\_final.pdf](https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_isbn_final.pdf)> Acesso em 23 de jul de 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html). Acesso em 02 fev. 2023.
- BRASIL. MEC/Setec. **Concepção e diretrizes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: MEC/Setec, 2008b.
- \_\_\_\_\_. **Ministério de Educação e Cultura**. Portaria do Ministério da Educação nº 1.079, de 25 de dezembro de 2020.
- BRASIL. Portaria nº 389, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. DOU nº 58, de 24.03.2017, Seção 1, pág. 61
- BRITO, A. C. T. da C.; COSTA, A. K. T. da; SOUZA, K. R. Política pública de assistência estudantil no ensino superior brasileiro como um instrumento para novos habitus nas universidades. *Nuances: Estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, v. 33, n. 00, p. e022021, 2022. DOI: 10.32930/nuances.v33i00.9630. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/9630>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- BOCK, Ana Mercês; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- CARVALHO, Evelin Sarmiento de. **Permanência na Educação Superior: Contribuições da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo**. 2020. 152 p. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

CARVALHO, Alexandre Filordi De. Ética na Publicação Científica. In: DE CARVALHO, Alexandre Filordi. Ética e pesquisa na educação: Ética na Publicação Científica. Rio de Janeiro: ANPED, 2021. v. 2, cap. 7, p. 64-69. Disponível em: [file:///C:/Users/annap/Downloads/etica\\_e\\_pesquisa\\_em\\_educacao\\_v.\\_2\\_agosto\\_2021%20cp%204.pdf](file:///C:/Users/annap/Downloads/etica_e_pesquisa_em_educacao_v._2_agosto_2021%20cp%204.pdf). Acesso em: 29 jun. 2023.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso; JEZINE, Edineide. A expansão da (na) UFPB: avaliando o REUNI (2008 a 2012). In: **Revista Temas em Educação**, v. 22, n. 2, p. 60-82, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rteo/article/view/17780>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso; JEZINE, Edineide; NAKAMURA, Paulo Hideo. Alguns indicadores de permanência/abandono na Educação Superior: elementos para o debate. In: **Anais do XXIII Seminário Nacional da Rede UNIVERSITAS/Br – Políticas de Educação Superior no Brasil: a expansão privado-mercantil em questão**. Belém, p. 754- 772, 2015. Disponível em: <AnaisRedeUniversitas2705.pdf> (uerj.br). Acesso em 04 ago. de 2022.

CHARLOT, Bernard. **A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber**. Revista Brasileira de Educação [online]. 2006, v. 11, n. 31 [acessado 27 de jul. 2022], pp. 7-18. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000100002>>. Epub 17 maio 2006. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000100002>.

DE JESUS , Denise Meyrelles. Integridade na coleta, na produção e na análise de dados. **Ética e pesquisa na educação: subsídios**, Rio de Janeiro, v. 1, 2019

DE ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcanti. **Assistência estudantil na política de Educação Superior no Brasil**. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 44-63, ago. 2018. ISSN 2447-3944. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/REBES/article/view/2413>. Acesso em: 20 jul. 2023. doi:<https://doi.org/10.18256/2447-3944.2018.v4i2.2413>.

FARIAS, Leonardo Monte Silva Monteiro de. **Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba/Campus João Pessoa**: contradições, limites e desafios para a atenção aos estudantes do ensino superior. 2018. 105 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

FÓRUM DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Plano Nacional de Assistência Estudantil. Brasília: [s.n.], 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 53. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GALDINO, Patrícia Gomes. **A Política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. 2016. 173 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997

GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas públicas**, [S. l.], n. 23, 2009. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/72](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/72). Acesso em: 25 jul. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IMPERATORI, T. K.. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285–303, maio 2017.



LIMA, Gillyane Lyndsay Gomes de. **Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas: Análise da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. 134 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. **Assistência Estudantil e o seu Papel na Permanência dos Estudantes de graduação: A Experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). PUCRJ, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23271/23271.PDF>. Acesso em: 08 out. 2022.

MARINO, Cynthia Alves et al.. **A importância da qualificação profissional dos servidores em uma instituição federal de ensino superior (ifes), em recife/pe**. Anais V CONEDU... *Campina Grande*: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/45900>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005. Encaminha a descrição dos cargos técnico-administrativos em educação, que foram autorizados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para concurso público. Disponível em: < <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:ec21ef39-518e-4c78-853d-3545218cd5a2>> . Acesso em: 30 jul. de 2023.

MORENO, Carolina Ana. **Dados do Ministério da Educação comprovam falta de investimento nas universidades**. Disponível em: < <https://www.adufpb.org.br/site/dados-do-ministerio-da-educacao-comprovam-falta-de-investimento-nas-universidades>>. Acesso em> 23 de jul de 2023

PORDEUS, Angélica Gadelha. **A importância do Programa Nacional de Assistência Estudantil para a permanência e o êxito acadêmico de estudantes cotistas no Instituto Federal de Educação da Paraíba**. 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

PRESSMAN, J.; WILDAVSKY, A. Implementación: cómo grandes expectativas concebidas en Washington se frustan en Oakland. México: **Fondo de Cultura Económica**, 1973.

RAMALHO, L. E. G. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. UFJF, 2013.

SILVA, M. O. S. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, M. O. S. (org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001, p. 54-91.

SOUZA, D. J. N. **Política de educação superior e os programas de permanência para universidades públicas – um estudo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – 2003 a 2010**. Campo Grande: UCDB, 2012.

SOUZA, Jussier do Nascimento. **Avaliação da Implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB: estudo de caso no Campus Picuí**. 2017. 127 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SOUZA, Vanda Lúcia Batista dos Santos. **Acesso e permanência na educação profissional tecnológica: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB – Campus Cajazeiras**. 2017. 109 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

TEOTONIO, Isabelle Martins. **Avaliação da implementação do Programa de Atenção à Saúde do Estudante do Instituto Federal da Paraíba**. 2018. 112 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA OS AUTORES DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO ANALISADAS NA PESQUISA

**NOME:** \_\_\_\_\_

**Campus de realização da pesquisa:** \_\_\_\_\_

1. Como você apresenta a pesquisa que desenvolveu no IFPB?
2. Como sua pesquisa foi desenvolvida?
3. Houve receptividade em relação à liberação do espaço institucional para levantamento dos dados de sua pesquisa?
4. As pessoas contatadas no Instituto para participarem da pesquisa foram receptivas à sua realização? Comente.
5. Que dificuldades você enfrentou na realização da pesquisa?
6. Houve alguma devolutiva à instituição em relação aos achados de sua pesquisa?  
( ) Sim      ( ) Não  
Em caso afirmativo, como isto aconteceu?  
Em caso negativo, comente.
7. Houve algum desdobramento ou incorporação das contribuições de sua pesquisa na instituição? Comente.
8. Quais as contribuições da sua pesquisa para a política de assistência estudantil do IFPB?
9. Quais contribuições da sua pesquisa para a sua formação e para o trabalho que você realiza ou realizava na instituição?
10. Alguma contribuição decorrente de sua pesquisa no ambiente de trabalho?
11. Como seus achados de pesquisa podem contribuir para melhoria da PAE do instituto?
12. Houve algum aspecto que não pôde ser contemplado ou devidamente explorado na sua pesquisa à época de realização de sua pesquisa? Comente/ Justifique.
13. Se você tivesse a oportunidade de retomar ou dar continuidade a sua pesquisa, em que você investiria ou retomaria para fins de aprofundamento?

**APÊNDICE B – ENTREVISTA PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO ANALISADAS NA PESQUISA**

**IDENTIFICAÇÃO:**

**LOTAÇÃO:**

**ANO DE INGRESSO NO SETOR:**

1. Como o instituto, por meio da PAE, tem buscado garantir o direito à educação de seus estudantes?
2. Quais os avanços da PAE do IFPB nos últimos cinco anos?
3. Quais as maiores dificuldades e/ou limites da PAE do IFPB?
4. Em que aspectos as ações de AE em seu *Campus* precisam melhorar?
5. Como essas dificuldades podem ser enfrentadas/superadas?
6. Existe algum processo de avaliação e/ou monitoramento da PAE em seu *Campus*? Caso afirmativo, como isso ocorre? (verificar os relatórios...)
7. Que tipo de formação e/ou orientação você recebeu para atuar no âmbito da PAE do IFPB?
8. Você tem conhecimento de alguma pesquisa realizada sobre AE no IFPB ou, especificamente, no seu *Campus*?  
 Sim       Não  
 Caso afirmativo, que tipo de envolvimento, acesso ou participação, você teve nesse processo?
9. Você tem ou teve acesso às dissertações produzidas a partir dessas pesquisas?  
 Sim       Não  
 Em caso afirmativo, como se deu tal acesso?  
 Quais contribuições dessas pesquisas para a política de assistência estudantil do IFPB e no setor em que você atua?
10. Sabendo que existem nove produções sobre a AE no IFPB, o que deveria ser feito para este conteúdo contribuir para a PAE da instituição?

## **APÊNDICE C – Artigo intitulado: Assistência estudantil no IFPB: o que dizem as dissertações de mestrado profissional sobre este tema?**

### **Assistência estudantil no IFPB: o que dizem as dissertações de mestrado profissional sobre este tema?**

**Anna Paula Dionísio Ramos**

Universidade Federal da Paraíba

E-mail: anna.pauladr@gmail.com

**Ana Paula Furtado Soares Pontes**

Universidade Federal da Paraíba

E-mail: anaufpb@gmail.com

**Resumo:** As dissertações de mestrado profissional na área educacional desempenham um papel fundamental para a continuidade das pesquisas acadêmicas no âmbito da educação pública brasileira, incluindo a política de assistência estudantil do IFPB (Instituto Federal da Paraíba). Esses trabalhos têm natureza prática e aplicada, voltados para a resolução de problemas reais enfrentados pelos profissionais da área da educação. Ao pesquisar sobre essas dissertações, é possível ter acesso a uma variedade de achados de pesquisa relacionados à política e prática de assistência estudantil no IFPB.

No contexto do artigo em questão, foram selecionadas nove dissertações de mestrado para análise. A partir da leitura dos resumos e considerações finais dessas dissertações, foram levantadas referências gerais sobre a política de assistência estudantil do IFPB e suas contribuições para os beneficiários do programa. Essas produções acadêmicas foram estudadas em detalhes, considerando sua estrutura, problemática anunciada, metodologia, quadro teórico, análises, discussões e principais resultados. A visão da Política de Assistência Estudantil do Instituto, conforme apresentada nas dissertações, foi sistematizada.

Além disso, os autores das dissertações responderam a um questionário semiestruturado, cujas respostas serviram como base para as discussões e reflexões sobre a compreensão que eles têm sobre suas produções acadêmicas na área da assistência estudantil no IFPB. Essas pesquisas também buscaram compreender a visão dos assistentes sociais que atuam na Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFPB, a fim de compreender sua percepção sobre a política institucional na área e o impacto desses trabalhos de pesquisa nas ações institucionais.

Os resultados apontaram que os autores das dissertações tiveram apoio dos servidores para coleta de dados à época da escrita de suas produções. Na contramão desse apoio, tivemos como respostas das assistentes sociais que não tinham conhecimento a respeito dos resultados desses trabalhos feitos na área da PAE da instituição. Além disso, tanto os autores, quanto as assistentes sociais apontaram para a necessidade de maior divulgação das pesquisas acadêmicas sobre assistência estudantil dentro do IFPB, pois elas aumentam a visibilidade e o conhecimento sobre os estudos realizados nessa área específica.

**Palavras-Chave:** *Assistência estudantil, Dissertações, IFPB, Mestrado Profissional.*

**Abstract:** *The professional master's theses in the educational field play a fundamental role in the continuity of academic research within the scope of Brazilian public education, including the student assistance policy of IFPB (Federal Institute of Paraíba). These works have a practical and applied nature, focused on solving real problems faced by professionals in the education field. By researching these theses, it is possible to access a variety of research findings related to the student assistance policy and practice at IFPB. In the context of the article in question, nine master's theses were selected for analysis. Based on the reading of the abstracts and final considerations of these theses, general references were made regarding the student assistance policy of IFPB and its contributions to the beneficiaries of the program. These academic productions were studied in detail, considering their structure, stated problematic, methodology, theoretical framework, analyses, discussions, and main results. The vision of the Student Assistance Policy of the Institute, as presented in the theses, was systematized. In addition, the authors of the theses answered a semi-structured questionnaire, and their responses served as the basis for discussions and reflections on their understanding of their academic productions in the area of student assistance at IFPB. These researches also sought to understand the perspective of the social workers who work in the Student Assistance Policy (PAE) of IFPB, in order to comprehend their perception of the institutional policy in the area and the impact of these research works on institutional actions. The results indicated that the authors of the theses had support from the staff for data collection at the time of writing their productions. Contrary to this support, the social workers' responses stated that they were not aware of the results of these works carried out in the PAE area of the institution. Additionally, both the authors and the social workers pointed out the need for greater dissemination of academic research on student assistance within IFPB, as it increases visibility and knowledge about the studies conducted in this specific area.*

**Keywords:** *Student assistance, Dissertations, Education, Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba, Professional Master's degree.*

## **1 Introdução**

A educação é direito de todos, conforme prevê o artigo n.º 205 da Constituição Federal de 1988. Para fazer valer o direito previsto em legislação, é dever do Estado garantir a educação básica obrigatória como direito público subjetivo, que deve ser acessível a todos os estudantes.

No caso da educação superior, como etapa do sistema educacional brasileiro, há políticas públicas voltadas para a garantia do acesso e da permanência no ensino superior. Podemos citar a Lei de Cotas — Lei n.º 12.711/2012, que prevê o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de estudantes que cursaram ensino médio em escolas públicas, com 50% dessas vagas destinadas aos oriundos de famílias de baixa renda e aos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, nos termos da referida lei.

Como mecanismo de garantia da permanência dos discentes no ensino superior, destacamos o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído por meio do Decreto n.º 7.234/2010, que visa oferecer assistência estudantil aos estudantes de baixa renda matriculados em instituições federais de ensino superior, com vistas a reduzir as desigualdades sociais, contribuindo para a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes.

A assistência estudantil (AE) na educação superior pública brasileira é um tema de grande importância. Através de uma revisão bibliográfica, foi possível identificar fontes que abordam o assunto de diferentes perspectivas.

Imperatori (2017) aborda esta temática em seu artigo intitulado “A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira” objetivando problematizar a trajetória histórica da política de assistência estudantil no Brasil até a implementação do PNAES. A pesquisa realizada nesse artigo contribui para uma compreensão mais aprofundada da evolução dessa política ao longo do tempo.

Nesse sentido, considerando que a AE é uma política relevante para garantir a inserção e a permanência dos estudantes no ensino superior do Instituto, chamou-nos a atenção o fato de haver muitos trabalhos sobre essa temática na Instituição, Diante de tal constatação, algumas questões nos inquietaram: Quais os principais achados de pesquisa em relação à política e à prática de assistência estudantil no IFPB? Como se desenvolveu a devolutiva das pesquisas ao IFPB? Que contribuições as produções sobre a AE no IFPB trouxeram para a Instituição? Que aspectos precisariam ser retomados e ampliados desde a realização dessas pesquisas? Por que o problema da assistência estudantil no âmbito do IFPB ainda permanece como necessário ser estudado?

Diante do exposto, realizamos um estudo dissertações de mestrados profissionais que abordam a Política de Assistência Estudantil do IFPB, dos últimos cinco anos. Para escolha dessas produções acadêmicas, utilizamos as plataformas da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com os filtros de “mestrado profissional”, “assistência estudantil” e “IFPB”, sendo identificado um total de nove (09) dissertações defendidas no período de 2016 a 2020.

Nosso objetivo principal foi analisar as pesquisas sobre assistência estudantil no IFPB, considerando o seu processo de desenvolvimento, seus principais achados, limites e possibilidades, além de como se deu a devolutiva institucional desses trabalhos.

Para isso, voltamos à atenção sobre as dissertações identificadas, bem como a escuta dos autores dessas produções. Para ampliar o olhar sobre a problemática, realizamos entrevistas com as assistentes sociais dos *campi* em que os estudos foram desenvolvidos, visando compreender sua percepção sobre a PAE do IFPB e o conhecimento sobre as produções acadêmicas realizadas.

## **2 A assistência estudantil no contexto de expansão da educação superior pública brasileira nos Institutos Federais**

A expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica figura como uma política pública voltada para ampliação da presença destas instituições em todo território nacional. Iniciada no segundo mandato do Governo Lula, a expansão traz como premissa fundante a perspectiva da inclusão social, sendo esta concepção utilizada como suporte a estruturação da rede.

Diante da concentração de renda e das desigualdades sociais que caracterizam a realidade brasileira, a educação profissional e tecnológica é pensada no contexto dessa expansão como “um fator estratégico para fortalecer o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros” (IFPB, 2008, p. 21). O investimento no crescimento da Rede Federal de Educação Tecnológica teve como base a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, partindo das Instituições Federais existentes e do desenvolvimento de diversas unidades, inclusive no interior do país.

Nesse contexto, temos o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB que, atualmente, conta com 21 *Campi* distribuídos da seguinte forma: 6 *campi* situados na Mesorregião da mata paraibana; 6 no Agreste paraibano; 3 na Borborema e 6 no sertão paraibano.

Juntos, os *Campi* ofertam um total de 186 cursos divididos entre técnico de nível médio, subsequente, graduação e pós-graduação.

A presente pesquisa foi desenvolvida no IFPB, direcionando sua coleta de dados especificamente nos *campi* Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande João Pessoa e Picuí, que foram alvo de estudo das dissertações de mestradados analisadas.

### **2.1 A Política de Assistência Estudantil do IFPB**

O caminho percorrido até uma efetiva atuação da PAE do IFPB foi longo, tendo início no ano de 2011, a partir da Resolução *ad referendum* n° 40, de 6 de maio de 2011. Porém, essa resolução passou por um processo de reformulação entre os anos de 2016 e 2018 e foi aprovada nos termos da Resolução *ad referendum* n.º 25, de 21 de junho de 2018 pelo Conselho Superior, em consonância com a Lei 11.892/2008, e com o Estatuto e Regimento Geral do Instituto.

A PAE foi revisada e ampliada conforme previsto em lei, que determina revisão a cada quadriênio e incorporou algumas importantes mudanças. Essa resolução, atualmente, aborda 10 programas que visam atender às necessidades reais e diferenciadas de cada estudante, quais sejam:



I - Programa de Apoio à Permanência do Estudante; II – Programa de Alimentação; III – Programa de Moradia Estudantil; IV – Programa de Atenção e Promoção à Saúde; V – Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação; VI – Programa de Apoio à Participação em Eventos; VII – Programa de Material Didático-Pedagógico; VIII – Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer; IX – Programa de Apoio Pedagógico; e X – Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD (Art. 06 da resolução de n.º 25 de 2018).

Cada *Campus* fica responsável por gerir o orçamento da AE, bem como os trâmites ligados aos editais e ao acompanhamento dos discentes que serão beneficiados pelos programas de assistência. Os processos seletivos para os programas estudantis são informatizados com inscrições *online* via Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, no módulo específico da Assistência Estudantil, com a disponibilidade dos editais no sistema, nos murais de aviso dos *campi* e no site institucional do IFPB. Além disso, a equipe pedagógica da COPAE faz a divulgação em sala de aula nos horários de funcionamento da instituição.

Nesses termos, cada *Campus* possui seu orçamento e seu quadro de servidores ligados diretamente aos trâmites da AE, sendo as datas e as disponibilidades de vagas definidas em editais a partir do planejamento institucional de cada unidade.

### **3 Assistência estudantil no contexto do Instituto Federal da Paraíba: o que dizem os estudos já realizados sobre esta temática?**

As dissertações de mestrado profissional na área educacional desempenham um papel fundamental para a continuidade das pesquisas acadêmicas no âmbito da educação pública brasileira. Os trabalhos oriundos desses programas são um importante meio de produção e disseminação de conhecimento, trazendo contribuições relevantes para a área, uma vez que possuem natureza prática e aplicada, voltados para a resolução de problemas reais enfrentados pelos profissionais da área da educação.

Ao pesquisar sobre essas dissertações no âmbito da educação pública brasileira, é possível ter acesso a uma variedade de estudos e análises que abordam diferentes aspectos desse campo. Como, por exemplo, as dissertações de mestrados profissionais estudadas nesta pesquisa.

Uma análise da relevância dessas dissertações para a continuidade das pesquisas acadêmicas permite compreender como esses estudos contribuem para o desenvolvimento e aprimoramento do conhecimento na área da educação pública no Brasil.

Analisar as dissertações implica em um movimento que considera uma série de variáveis, com destaque para as listadas a seguir:

- **Relevância para a prática educacional:** As dissertações de mestrado profissional têm como objetivo principal contribuir para a solução de problemas reais enfrentados pelos profissionais da educação. Portanto, é necessário avaliar se essas pesquisas abordam questões relevantes e se as suas conclusões têm potencial para impactar positivamente a prática educacional no contexto da instituição.

- **Articulação com outras pesquisas:** É importante considerar se as dissertações de mestrado profissional dialogam com outras pesquisas acadêmicas na área da educação. A articulação entre diferentes estudos e a integração de conhecimentos pode promover avanços significativos no campo da educação pública.

- **Aplicabilidade dos resultados:** A relevância das dissertações também está relacionada à sua aplicabilidade prática. É necessário avaliar como os resultados obtidos nas pesquisas podem ser utilizados como referência para estudos voltados à materialidade da instituição, considerando seu potencial de contribuição para pensar e (re)definir ações no âmbito das políticas públicas em questão.

Para este estudo, após pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, identificamos 09 (nove) dissertações de mestrado que tratam da Política de Assistência Estudantil no IFPB, sobre as quais nos debruçamos neste estudo, que são apresentadas a seguir:

Quadro 1. Identificação das dissertações alvo de atenção na pesquisa

	Título	Autor/Ano	INSTITUIÇÃO/ PROGRAMA
1	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	Galdino (2016)	Universidade Federal da Paraíba/Gestão em Organizações Aprendentes
2	GESTÃO EDUCACIONAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA <i>CAMPUS</i> JOÃO PESSOA	Almeida (2017)	Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa )/Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
3	AValiação DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB: ESTUDO DE CASO NO <i>CAMPUS</i> PICUÍ	Souza (2017a)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte /Gestão Pública
4	ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: UM	Souza (2017b)	Universidade Federal da Paraíba /Mestrado Profissional em Políticas

	ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – IFPB – <i>CAMPUS</i> CAJAZEIRAS		Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
5	AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ESTUDANTE DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA	Teotônio (2018)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Programa de pós-graduação em Gestão Pública - Centro de ciências sociais aplicadas
6	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA/ <i>CAMPUS</i> JOÃO PESSOA: CONTRADIÇÕES, LIMITES E DESAFIOS PARA A ATENÇÃO AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR	Farias (2018)	Universidade Federal da Paraíba / Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
7	A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A PERMANÊNCIA E O ÊXITO ACADÊMICO DE ESTUDANTES COTISTAS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA	Pordeus (2019)	Universidade Federal da Paraíba /Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
8	PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – <i>CAMPUS</i> CABEDELO	Carvalho (2020)	Universidade Federal da Paraíba /Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
9	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	Lima (2020)	Universidade Federal da Paraíba /Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

A primeira aproximação das dissertações elencadas no Quadro 1 se deu com a leitura do seu resumo e de suas considerações finais, a partir do que buscamos levantar referências gerais apresentadas nas obras sobre a PAE do IFPB e suas contribuições para os beneficiários do Programa.

Na sequência, tais produções passaram por um estudo mais aprofundado, considerando toda sua estrutura: problemática anunciada, metodologia, quadro teórico, análises, discussões e

principais resultados, de forma a sistematizarmos a visão da Política de Assistência Estudantil do Instituto segundo as dissertações do período em estudo.

Posteriormente, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, os autores das referidas dissertações foram convidados a responder a um questionário semiestruturado. As respostas serviram de base para nossas discussões e reflexões sobre a compreensão que os respondentes possuíam sobre suas produções acadêmicas na área da Assistência Estudantil no IFPB e as possibilidades de ampliação do estudo realizado.

Debruçamo-nos inicialmente sobre o estudo de Galdino (2016), intitulado “A Política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba”. A autora abordou a assistência estudantil no âmbito do IFPB Campus Campina Grande (IFPB – CG), com o foco nos programas de alimentação, transporte, moradia e iniciação ao trabalho. Para coleta dos dados, utilizou questionário misto que foram aplicados com alunos atendidos pelos programas da assistência estudantil, além da realização de entrevista com os gestores que eram diretamente relacionados a assistência estudantil do IFPB-CG.

Nesse trabalho, a PAE do IFPB havia sido implantada há 5 anos e apresentava algumas demandas que precisavam ser aprimoradas. Segundo Galdino (2016), essas lacunas na política podem ser explicadas devido ao “período relativamente curto para maturação e reflexões” (Galdino, 2016, p.149).

Uma melhoria apontada pelos gestores para a até então “recente” política, foi o seu acompanhamento informatizado para concentrar as informações relacionadas ao processo de oferta, proporcionando, assim, um planejamento efetivo da gestão desse orçamento. Outro ponto comum na fala dos gestores foi a questão orçamentária, visto que, já em 2016, o cenário político-econômico tornava-se uma ameaça à Política de Assistência Estudantil, devido aos cortes orçamentários das instituições de ensino. É válido ressaltar que foi em 2016 a aprovação da emenda constitucional n° 95, que levou a um congelamento dos gastos públicos pelo período de vinte anos, em diversas áreas, inclusive na educação, fruto de um governo que se comprometeu com os interesses dos credores internacionais.

Em relação à participação discente na PAE, Galdino (2016) constatou fragilidades, vez que o desenvolvimento dessa política não contava com a participação de todos os entes envolvidos. Assim, a autora aponta que a Instituição necessita investir em processos democráticos de participação, de forma a possibilitar que a perspectiva discente seja considerada nas ações da Política de Assistência Estudantil no IFPB-CG (Galdino, 2016, p.153).

Nesse âmbito, a gestão do Campus Campina Grande reconhece a falta de espaços de discussão (Galdino, 2016), constatação que remete à necessidade de o IFPB investir para que se efetive um processo democrático da gestão da PAE.

É válido destacarmos que a Resolução do Conselho Superior n.º 40, de 6 de maio de 2011, documento na qual Galdino (2016) se baseou na sua pesquisa, foi revogado pela Resolução ad referendum n.º 25, de 21 de junho de 2018. Essa nova resolução traz em seu texto ações explícitas que visam à participação discente nos processos da PAE da instituição em seus arts. 3º e 31, o qual visam, conforme incisos XII e IV, estimular a participação dos estudantes nos assuntos relativos à assistência estudantil e no acompanhamento e avaliação dos programas e ações da Assistência Estudantil (IFPB, 2018).

Semelhante aos estudos de Galdino (2016), Almeida (2017), em sua pesquisa intitulada “Gestão educacional e assistência estudantil: uma análise das práticas de gestão da assistência estudantil no Instituto Federal da Paraíba Campus João Pessoa” estuda a PAE do IFPB no âmbito do Campus João Pessoa. A autora traz como foco de investigação três programas de permanência, quais sejam; programa de alimentação, transporte e moradia operacionalizados com recorte de renda. Consoante aos procedimentos metodológicos, assim como Galdino (2016), Almeida (2017) também recorreu à entrevista com os gestores, estudantes e com os profissionais ligados diretamente à gestão da AE com o objetivo de aferir suas percepções no tocante a beneficiários e servidores.

Após realizadas as entrevistas e as análises dos dados, Almeida (2017) aponta que, à época, o comprometimento do alcance das finalidades do Programa Nacional de Assistência Estudantil na instituição se deu devido aos seguintes fatores: inconsistências relativas aos orçamentos recebidos; falta de monitoramento da política interna; necessidade de ampliação do quadro de profissionais que lidam diretamente com a PAE e problemas relativos aos processos seletivos dos beneficiários da política fazem. A autora ainda acrescenta como proposições com vistas à instauração de uma nova cultura no trato das questões concernentes à PAE, ampliação dos programas da PAE no sentido de implementar atividades voltadas à atenção à saúde, apoio pedagógico, dentre outras questões.

O trabalho de Souza (2017) também versa sobre a assistência estudantil, com atenção direcionada ao Campus Picuí do IFPB, adotando procedimentos de coleta semelhante aos trabalhos anteriormente apresentados: entrevista junto aos gestores e o questionário online para os discentes beneficiários da política. O referido autor ainda considerava a PAE como recente e, de modo semelhante aos trabalhos de Galdino (2016) e Almeida (2017), apontou que a falta

de comunicação entre gestores e os agentes implementadores da política, bem como os processos de divulgação e informação entre os servidores ainda carecia de melhorias. Já em relação à divulgação da PAE, os beneficiários consideram que a Coordenação Pedagógica e o Apoio Pedagógico do Campus (COPAE - PC) a fazem de forma clara, ágil conseguindo, assim, alcançar o objetivo socializar as informações importantes relacionadas a essa política.

Em relação ao monitoramento da política no âmbito interno do Campus Picuí, o estudo de Souza (2017a) aponta que a Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante (COPAE) realiza apenas um relatório anual, em que são relatadas as ações realizadas no ano corrente para, apenas no ano seguinte, serem realizados os devidos ajustes. Logo, essa periodicidade do relatório pode contribuir para que ajustes que deveriam ocorrer de forma imediata, sejam adiados, comprometendo a política institucional. Nesse sentido, com Dunn (2008) e Faria (2007), entendemos que, dentre as implicações por inércia, tem-se a dificuldade em diagnosticar as eventuais falhas dos instrumentos, procedimentos, conteúdos e métodos dos programas, adequando-os aos seus objetivos e metas, além de não permitir a localização dos pontos críticos a fim de favorecer uma via de melhora. (Souza, 2017a, p.95).

Mesmo se tratando de uma política de assistência considerada “recente” por Jussier Souza (2017a), foi constatada, nas entrevistas realizadas com os gestores do Campus, a necessidade da revisão desta política, uma vez que foi observado que “apesar da fragilidade do processo, existe um acompanhamento, pouco sistematizado, das ações que são desenvolvidas pelos profissionais para o alcance dos objetivos da política” (Souza, 2017a, p.97).

Em relação à avaliação interna, ou seja, os procedimentos necessários para averiguar se o desempenho da política está consoante às legislações que as regulam, foi constatado que os processos de avaliação são frágeis e carecem de aprimoramentos e constância.

Com a análise dos depoimentos, percebe-se que os técnicos argumentaram que ainda é preciso melhorar o processo de avaliação interna da política, embora a equipe de implementadores esteja sempre se reunindo para avaliar as ações que realizam de forma pontual e buscando avaliar junto aos beneficiários, as ações que são desenvolvidas em cada programa. (Souza, 2017a, p.98).

Esse processo de avaliação torna-se essencial para verificar se a política está atendendo o que dispõe o PNAES, uma vez que ao realizar a avaliação de um determinado processo, somos capazes de fazer os ajustes e correções necessárias para que este processo ocorra conforme seu planejamento inicial. Sobre a importância da avaliação de uma política pública, Garcia (2001) ressalta:

Avaliação é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido. Pode ser considerada, também, como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos (Garcia, 2001, p.31).

Logo, muito mais do que acompanhamento, o processo de avaliação da política institucional se torna uma ferramenta para correção das estratégias que foram avaliadas como equivocadas, com vistas ao alinhamento dos planos para o alcance dos objetivos a que se propôs essa política. No que se refere às melhorias em âmbito institucional que influenciam diretamente a gestão da PAE no Campus Picuí, Souza (2017a), após ouvida a equipe multidisciplinar do referido Campus, aponta que

Apesar de a equipe apresentar quase todas as especialidades previstas na política, a instituição precisa buscar completar a formação da equipe com a contratação de um educador físico, um educador artístico e um nutricionista, tendo em vista que a política ainda prevê esses profissionais (...) Em relação à seleção da equipe de atores implementadores, os técnicos administrativos também têm consciência dos profissionais que atuam na política, e da necessidade de novas contratações(...) (Souza, 2017a, p.87).

Ainda consoante à preocupação sobre as melhorias institucionais a serem realizadas na PAE, Souza (2017a) ainda sugere que seja feita uma avaliação da implementação dessa Política comparando a experiência do Campus Picuí e um outro Campus, buscando um aprofundamento sobre o tema.

Dando sequência ao nosso estudo, realizamos a análise do quarto trabalho de autoria de Vanda Lúcia Souza (2017b), que resultou de pesquisa realizada no IFPB Campus Cajazeiras. Os sujeitos da pesquisa são discentes do 5.º e 6.º períodos do Curso Tecnológico de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – ADS e o Diretor de Ensino e a Assistente Social do Campus. A autora optou por utilizar entrevistas para realizar a coleta de dados junto aos sujeitos.

Cabe ressaltar que a pesquisa sofreu alguns impasses quanto à devolutiva dos questionários pelos discentes. Isso ocorreu porque durante a coleta de dados o Campus Cajazeiras decretou greve que durou 43 (quarenta e três) dias, fazendo com que a pesquisadora optasse pelo envio online do questionário. Assim, dos 30 questionários enviados, apenas 18 alunos devolveram, sendo que destes, 04 assinalaram não aceitar responder ao questionário.

A autora traz uma categoria nova de análise até então não apresentada pelos trabalhos analisados anteriormente. Seu estudo aponta que, para os discentes do curso Análise e

Desenvolvimento de Sistemas (ADS), as questões de cunho acadêmico/pedagógico eram as mais significativas para a permanência na Instituição.

Nesse âmbito, as dificuldades acadêmicas e pedagógicas destacadas pelos estudantes como empecilho para a permanência foram problemas de aprendizagem, principalmente nas disciplinas de cálculo, consideradas difíceis (Souza, 2017b, p. 92).

Constatamos também, que essas dificuldades de cunho acadêmico/pedagógico apresentadas pelos estudantes pesquisados convergem com as dificuldades apresentadas pelo gestor (Diretor de Ensino). O gestor aponta como sendo entraves para o acesso e a permanência no curso de ADS, o nível exigido de pré-requisito escolar e as matérias do curso que exigem muito do aluno (Souza, 2017b, p.76).

Sobre isso, apontamos que as questões pedagógicas estão contempladas como área em que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas. E, além disso, “as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (PNAES, 2010, p.01). Desse modo, além de assistência de cunho financeiro, cabe às instituições de ensino federais darem suporte nas demais áreas contempladas pelo PNAES e que, segundo os estudos de Souza (2017b), foram categorias apontadas como decisivas para a conclusão no curso de ADS do Campus Cajazeiras.

A seguir temos o estudo de Teotônio (2018) que volta a atenção à saúde do estudante, por meio da pesquisa intitulada “Avaliação da implementação do programa de atenção à saúde do estudante do Instituto Federal da Paraíba”, ocorrido no âmbito da UFRN no ano de 2018. Para coletar os dados, semelhante aos trabalhos outrora mencionados, a autora realiza entrevistas com a equipe que implementou o Programa de atenção à saúde do estudante (PASE) na Instituição e com os servidores da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis do IFPB. Assim, ela chegou às seguintes conclusões: nenhum dos entrevistados tinha completo conhecimento acerca de como funcionava o Programa; a falta de uniformidade em relação aos procedimentos e ações a serem executadas pelo PASE gerava impasses, já que isso ficava sob a decisão de cada Campus; a ausência de capacitação para equipe de servidores que compunha o PASE, o que explica, de certa forma, a falta de conhecimento deles em relação ao programa; além da falta de servidores para a execução do programa, uma vez que os que eram vinculados ao PASE não exerciam apenas essas funções, ficando as ações do programa somada a outras atividades do cargo.



Pelo registro, não existiu um planejamento para a implementação do PASE nos campi investigados, e a inexistência desse planejamento acarretou (...) a falta de promoção, por parte do IFPB, de capacitação interna para os servidores da instituição para atuarem no âmbito do programa e o desconhecimento dos agentes acerca do programa que estão implementando (Teotônio, 2018, p.92).

Ao final da dissertação, a autora sugere um roteiro, composto por 10 ações que visam sanar as fragilidades encontradas na implementação do programa no Campus de Picuí e Princesa Isabel e em outros Campi que vierem a implantar o Programa.

No mesmo ano de 2018, temos o estudo de Farias (2018), egresso do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, o MPPGAV, atual PPGAES, conforme a Resolução N.º 14/2021 – CONSEPE, da Universidade Federal da Paraíba.

Nessa pesquisa, o autor estuda a PAE no âmbito do IFPB Campus João Pessoa, semelhante aos estudos de Almeida (2017). Porém, a pesquisa de Farias (2018) faz um recorte e analisa apenas o universo de discentes vinculados ao Curso de Design de Interiores, com a justificativa de ser o curso que mais apresentou interesse em se inscrever nos programas de Assistência Estudantil oferecidos pelo Campus João Pessoa, bem como o elevado percentual de estudantes oriundos de famílias com renda per capita de até 1 salário-mínimo e meio. Diferente dos trabalhos anteriores, nesse, o IFPB já dispunha de um sistema informatizado com as informações relativas aos discentes que eram beneficiários da PAE. Essas informações estão dispostas no módulo Assistência Estudantil, do Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, sendo este sistema um ganho para a instituição, visto que era tido como uma deficiência nos trabalhos desde o de Galdino (2016).

Não obstante a esse ganho, o autor aponta alguns problemas encontrados após a análise dos dados, como a falta de divulgação sobre a PAE do IFPB entre os estudantes, que ao responderem o questionário limitaram suas respostas ao conhecimento apenas dos auxílios que tem a perspectiva financeira. Semelhante aos estudos de Almeida (2017) e de Souza (2017), a pouca atenção dada ao acompanhamento pedagógico volta a figurar como uma área que necessita de maior atenção da instituição. A questão relacionada aos processos de seleção dos discentes para concorrer a PAE da Instituição também foi levantada novamente como deficitária frente à insegurança gerada aos estudantes, que precisam se submeter anualmente a novos processos sem terem a segurança da sua continuidade, tendo em vista também as questões orçamentárias cada dia mais precárias.

Realizada toda a parte de levantamento e análise dos dados, Farias (2018) aponta que que no âmbito IFPB/Campus João Pessoa, as ações desenvolvidas de Assistência Estudantil estão ainda incipientes diante do que preconiza o PNAES.

#### **4 Assistência estudantil no processo de escuta dos autores das dissertações estudadas**

A importância desse processo de escuta é fundamental para enriquecer o conhecimento e a produção desta pesquisa, pois proporcionou novos olhares acerca do tema trabalhado. Esses autores, ao realizarem suas pesquisas e escreverem suas dissertações, dedicam-se a estudar e analisar a assistência estudantil do IFPB de forma aprofundada. Eles investigaram questões relacionadas ao acesso, permanência e êxito dos estudantes nesse contexto, examinando políticas, programas e práticas existentes.

Sobre a importância do ponto de vista desses autores, é possível evidenciar os seguintes benefícios:

1. Contribuição para o conhecimento: As dissertações de mestrado são resultados de pesquisas científicas que trazem informações e análises relevantes sobre a assistência estudantil na educação superior pública brasileira. Ao considerar o ponto de vista desses autores, é possível ter acesso a um conhecimento mais aprofundado sobre o tema, que pode ser utilizado para embasar a presente e futuras pesquisas.
2. Identificação de lacunas e desafios: Através das pesquisas existentes é possível identificar lacunas existentes na assistência estudantil e desafios enfrentados pelos estudantes no ensino superior do IFPB. Suas análises podem revelar problemas estruturais, deficiências na implementação de políticas e programas, bem como sugerir soluções para melhorar a qualidade e efetividade da assistência estudantil.
3. Reflexão e debate sobre políticas públicas: Ao considerar o ponto de vista dos autores é possível promover um diálogo mais amplo e aprofundado sobre as políticas públicas de assistência estudantil do IFPB. Suas pesquisas e análises podem subsidiar discussões internamente e em diferentes esferas, como governos, instituições de ensino, sociedade civil e organizações acadêmicas, contribuindo para a sua formulação e implementação.

A importância do olhar desses autores que já abordaram a temática da assistência estudantil do IFPB reside na contribuição desses trabalhos para a compreensão e aprimoramento dessa política institucional.

Os autores das dissertações apontaram os principais benefícios da assistência estudantil, como o auxílio na permanência dos estudantes na universidade, a melhoria do desempenho

acadêmico, a redução da evasão escolar e a promoção da inclusão social. Além disso, eles também destacaram os desafios e limitações encontrados na implementação e efetividade dos programas de assistência estudantil, como a falta de recursos financeiros, a burocracia, a falta de infraestrutura adequada e a falta de capacitação dos profissionais envolvidos.

É importante analisar as opiniões e recomendações dos autores das dissertações, pois elas podem fornecer insights sobre possíveis melhorias nos programas de assistência estudantil, bem como indicar áreas que necessitam de mais pesquisas e estudos.

O processo de escuta forneceu dados relevantes para que se possa dar ampliação ao estudo inicialmente realizado. A ampliação de estudos promove continuidade da pesquisa, novas descobertas a serem confrontadas e/ou aprimoradas sobre o assunto pesquisado.

Considerando a autoria desses trabalhos, compreendemos que seus autores – a exceção de um, todos são servidores do IFPB, entregam para instituição um produto que visa levar suas considerações acerca do assunto abordado. Sobre isso, segundo Charlot (2006) “é comum que o pesquisador, ao chegar aos resultados de uma pesquisa, se preocupe com a questão: “o que eles farão com esses resultados?” Ademais, pontuamos que essas dissertações podem ser revisitadas para uma possível ampliação de estudos pelos próprios autores ou por outrem que desejem debruçar-se sobre as pesquisas já iniciadas sobre o tema.

Sobre essa possibilidade de ampliação de estudos, Charlot (2006, p.17) defende que para a pesquisa em nosso país progredir ela não precisa necessariamente começar do zero, muito pelo contrário, pode ter um ponto de partida, como os trabalhos já realizados. Logo, como forma de avançar no presente estudo, tomando como referência as obras já produzidas, realizando um movimento de escuta desses autores, sendo possível a participação de seis (06) autores, vez que um não atendeu às solicitações de participação e um deles veio a falecer recentemente.

As questões apresentadas voltaram-se para as percepções dos autores sobre a atualidade de suas produções, avanços, limites e possibilidades de ampliação, articulamos, também, uma discussão, atualizando referências teóricas, legais e contextuais (política nacional e institucional da área).

Em suas respostas, compreenderam a política como sendo destinada aos estudantes de baixa renda, voltada à permanência estudantil. Um deles destacou a política como ampla, percebendo sua efetivação para além dos programas de auxílio pecuniário.

Quanto à receptividade dos campi do IFPB e da reitoria para realização da coleta de dados, todos os autores responderam que não houve dificuldade para execução da coleta, tendo

o autor 04 alegado que “um dos aspectos facilitadores para essa receptividade se deu a nossa atuação na área enquanto trabalhador/pesquisador”.

Sobre essa questão, apontamos que, apesar de todos os trabalhos tratarem de mestrados profissionais, apenas seis, apresentam como um dos requisitos finais a elaboração de um produto de pesquisa a ser aplicado na instituição ao qual o servidor técnico-administrativo é lotado, com a expectativa de contribuir para promover mudanças e/ou adequações no ambiente de trabalho destes servidores. Logo, a receptividade é de extrema importância para uma coleta de dados eficiente.

Em relação às dificuldades enfrentadas para construção de seus trabalhos, dos seis autores que responderam ao questionário, cinco apontaram que a maior dificuldade encontrada foi relativa à coleta de dados, quando utilizavam como público-alvo, os estudantes. Eles disseram que devido a carga horária dos estudantes ser intensa, muitos demoraram a retornar com o questionário respondido, ou então os autores não conseguiam conciliar a agenda dos estudantes para realização de entrevista.

No que se refere aos aspectos que não puderam ser contemplados ou devidamente explorados na pesquisa à época de escrita, cinco autores pontuaram que ficaram satisfeitos com o resultado final de suas dissertações. No entanto, dois enfatizaram que o fato do não retorno dos questionários por parte dos estudantes ocasionou um lapso na escrita final da dissertação.

Quando questionados sobre em que investiriam ou retomariam para fins de aprofundamento, caso fosse possível, as repostas foram no sentido de atualização e aprofundamento do tema, atenção sobre o acompanhamento do programa em ações de natureza pedagógica, estudos comparativos, avaliação de impactos nos sujeitos envolvidos, conforme apresentado a seguir:

Autor 1: Gostaria de investigar os rebatimentos do PNAES na permanência e êxito acadêmico dos beneficiários.

Autor 2: Talvez eu tentaria a possibilidade de se realizar uma pesquisa de avaliação da implementação da Política de Assistência Estudantil comparativa entre o Campus Picuí e um outro Campus, buscando um aprofundamento sobre o tema.

Autor 3: Gostaria de investigar os rebatimentos do PNAES na permanência e êxito acadêmico dos beneficiários.

Autor 4: Na questão do acompanhamento pedagógico e as dimensões da permanência dos estudantes para além dos aspectos econômicos apresentados no cotidiano por estes estudantes.

Autor 5: Então, como eu já estou aposentado (a) mas se tivesse oportunidade, eu teria vontade de avaliar meu projeto após sua aplicação no Campus...quem saber poder dar continuidade a ideia inicialmente proposta com novas atualizações.

Autor 6: [...] daria continuidade a minha pesquisa pensando no após a aplicação do projeto proposto como resultado/produto da pesquisa, avaliando a sua execução para

verificar se ele atendeu as aspirações iniciais [...] observando principalmente se ajudou a contribuir na permanência dos estudantes no Campus de Cabedelo.

Esses depoimentos apontam para a necessidade de retomada de estudos na área, sendo destacado aspectos relativos à atualização da temática, em face de mudanças na política institucional na área de AE, acompanhamento do programa na dimensão da permanência dos estudantes, bem como o foco sobre a avaliação do impacto dessas políticas sobre os beneficiários, aspectos ressaltados pela maioria dos respondentes.

Dois respondentes deram ênfase a seus produtos, no formato de propostas de melhoria para a PAE, remetendo à especificidade desses programas, que preveem o desenvolvimento de produtos técnicos ou tecnológicos, que se diferenciam por seu nível de impacto, aplicabilidade, inovação e complexidade, sendo o produto tecnológico compreendido como um [...] “objeto tangível” com elevado grau de novidade fruto da aplicação de novos conhecimentos científicos, técnicas e expertises desenvolvidas no âmbito da pesquisa na PG, usados diretamente na solução de problemas de empresas produtoras de bens ou na prestação de serviços à população visando o bem-estar social. (BRASIL, 2019, p. 22). Nesses termos, os autores reforçam o entendimento de que suas produções podem trazer contribuições para as instituições ao passo em que revelam que desconhecem possíveis desdobramentos de seus trabalhos no IFPB. Tais depoimentos contrariam a expectativa de retorno institucional das produções dos programas de pós-graduação profissionais, o que suscita novos estudos sobre a possibilidade de aproveitamento mais efetivo das produções decorrentes dos estudos realizados pelas instituições lócus da pesquisa.

## **5 Assistentes sociais do IFPB: conhecimento das produções sobre a política de assistência estudantil da instituição**

Neste tópico apresentamos o conhecimento das Assistentes Sociais dos campi do IFPB a respeito das dissertações produzidas sobre a política de assistência estudantil na instituição, foco de atenção deste estudo.

Para isso, realizamos entrevistas seguindo um roteiro semiestruturado, utilizando a plataforma do Google Meet, por opção dos próprios assistentes sociais, com apoio do programa Open Broadcaster Software para realizar a gravação das entrevistas. É válido destacar que tivemos boa receptividade e colaboração das 05 profissionais para participação no processo de coleta de dados.

A opção pela escuta das assistentes se deu por serem as profissionais que lidam diretamente com a assistência estudantil no IFPB. O Assistente Social é um profissional formado no curso de graduação em Serviço Social, cuja abordagem se ancora na teoria social crítica e em seus fundamentos. Com isso, a formação desse profissional assume uma perspectiva para além do imediatismo e da subalternidade da ação profissional, comprometendo-se com a intervenção na realidade social, econômica, política e suas contradições históricas. (Iamamoto, 1998 apud Abepses, 2010).

No âmbito das instituições educacionais, seu campo de atuação se amplia, contemplando ações relacionadas à assistência estudantil. Dessa forma, a presença dos assistentes sociais em instituições de ensino superior implica no desenvolvendo atribuições próprias do cargo, que se alinham às ações que integram as políticas educacionais do Instituto, dentre elas a PAE, visando assegurar a educação superior pública de qualidade e acessível a todos.

Inicialmente, buscamos saber dessas profissionais como o IFPB tem buscado garantir o direito à educação dos seus estudantes. Em suas falas, elas concordam que a política de assistência estudantil ofertada pela instituição visa, através dos programas ofertados, servir como uma garantia de permanência desses estudantes na instituição, no entanto, alertam que essa garantia vai além dos programas de cunho pecuniário, isto é, apontam que os programas de cunho pedagógico também são de extrema importância para que esses discentes permaneçam na instituição até a conclusão de seus cursos.

Relativo aos avanços na política institucional dos últimos 05 anos e os maiores limites e/ou dificuldades encontradas as assistentes sociais apontam a questão do orçamento como ponto mais limitante para que a política se torne, de fato, inclusiva, conforme apresentado nas falas a seguir:

Entrevistada 1: [...] a questão orçamentária é o que mais pesa nos últimos anos[...] não conseguimos ter um equilíbrio entre os valores da assistência e a procura dos estudantes.

Entrevistada 2: [...] o orçamento...não temos um que abranja a demanda de estudantes que procuram os programas da política.

Entrevistada 3: [...] além da questão orçamentária não ser adequada...vez que o que chega até o instituto não é suficiente para atendermos todos os estudantes que procuram os programas. Isso, infelizmente, gera uma exclusão de alguns discentes[...].

Entrevistada 4: [...] posso apontar que o número de vagas, talvez devido às questões orçamentárias, gera uma certa limitação no programa[...] não conseguimos, infelizmente, atender a toda demanda do Campus.

Entrevistada 5: [...]as maiores dificuldades que a gente encontra é a escassez de recurso, porque acaba sendo pouco recurso para uma demanda cada vez maior. Então isso impacta muito na nossa atividade né...em todos os programas, desde o restaurante

estudantil, entre outras ações que gostaríamos muito de atender um número maior de estudantes, mas acabamos limitando.

A partir das falas, constatamos que o orçamento, oriundo das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, até o momento da coleta de dados desta pesquisa, ainda é insatisfatório. Essa problemática vem sendo apontada desde as pesquisas realizadas nos trabalhos de Galdino (2016), passando ao longo dos anos até a pesquisa de Lima (2020), que aponta na fala do Pró-reitor de Assuntos Estudantis, como que a questão dos orçamentos, que está atrelado à vinculação constitucional das receitas da união destinada à educação, torna-se um aspecto que precisa ser melhorado: “Precisa de alguns aprimoramentos. A própria questão orçamentária hoje a gente entende que há uma necessidade de fortalecimento (S2)” (Lima, 2020, p.60). Outro aspecto muito apontado nos trabalhos anteriores a esta pesquisa, foi em relação a deficiência no processo de monitoramento e/ou avaliação da PAE nos respectivos Campi do IFPB.

O que nos chama atenção é que, mesmo após a criação da Pró- Reitoria de Assistência Estudantil do IFPB -PRAE, que, dentre suas funções tem a de acompanhar a avaliar a política de assistência estudantil do IFPB, as assistentes sociais quando indagadas sobre a existência de algum processo de avaliação e/ou monitoramento da PAE em seu Campus, apontam que esse processo ainda é incipiente ou carece de maiores aplicações.

Entrevistada 1: [...]Não, não temos um processo de monitoramento[...] até fazemos, mas é a nível de setor e fica atrelado também a assistência social.

Entrevistada 2: [...] então, essa questão já é bem debatida, infelizmente não temos um processo contínuo de monitoramento.

Entrevistada 3: [...] Infelizmente não há um monitoramento contínuo. Eu faço um relatório, apresento a gestão, mas não posso dizer que é um algo recorrente.

Entrevistada 4: [...] assim, não temos um monitoramento a nível de Campus...o que acontece é que a PRAE realiza reuniões, e também tentamos, ao menos, semestralmente, realizar um levantamento dos alunos, saber como eles estão em questão de frequência.

Entrevistada 5: [...] o processo de monitoramento...a gente procura enquanto equipe de execução da política, monitorar de uma maneira contínua, os alunos que são atendidos pelos programas...não de uma maneira total, pois acredito que precisamos melhorar. Mas esse acompanhamento que fazemos consiste em chamar esses alunos que muitas vezes identificamos dificuldades acadêmicas, familiares. Nós temos o PAPE, então tentamos ao menos bimestralmente, acompanhar a frequência e nota desses alunos... em relação ao PAPE.

Prosseguindo com o roteiro da entrevista, indagamos as assistentes sociais quanto ao tipo de formação e/ou orientação recebida para atuar no âmbito da PAE do IFPB. Das 5

entrevistadas, apenas E1 afirmou ter recebido, de modo informal, uma orientação de como trabalhar com os trâmites da assistência

Entrevistada 1: [...]De fato assim, não houve uma formação ou capacitação, porém, assim que eu entrei aqui no Campus eu recebi algumas orientações de como proceder com o trabalho, porque já havia outras profissionais que trabalhavam com isso aqui no setor.

Entrevistada 2: [...]Não, a única formação que eu tenho mesmo é a de Assistente Social...não recebi nenhuma oferecida pelo IFPB[...]aprendi com o tempo.

Entrevistada 3: [...] Nenhuma. Quando eu cheguei aqui já fui colocada neste setor e não recebi capacitação, ou orientação alguma. Confesso que, como tive um bom estágio na época da minha graduação em uma instituição de ensino também de nível federal, eu já tinha uma certa familiaridade com as questões da assistência estudantil...de fato isso foi o que me ajudou.

Entrevistada 4: [...]Não recebi nenhuma capacitação. Muito pelo contrário, quando cheguei aqui no Campus eu não sabia nada sobre a assistência estudantil e a servidora que estava aqui na época, pouco me passou demandas ou, sequer, alguma orientação sobre essa temática. Ela disse que não tinha muito o que fazer no setor. Mas com o tempo eu mesmo fui em busca de informação sobre a PAE.

Entrevistada 5: [...] Não, o que nós temos de informação é a partir da própria categoria, porque existe a Pró-reitoria de Assuntos estudantis, então a partir da Pró-reitoria, nós temos um acompanhamento da assistente social de lá que é gestora[...]e aí temos as reuniões de orientação, de acompanhamento[...]então é a partir da organização da própria categoria...não existe uma formação específica.

A falta de oferta de capacitação e/ou formação complementar que deveria ser ofertada a esses profissionais por parte do IFPB pode, certamente, ter impacto negativo no trabalho assistencial, pois apenas com o tempo de convivência com o serviço público é que o servidor estará mais capacitado a exercer seu trabalho com maior eficiência e proatividade.

Questionados sobre terem conhecimento acerca de alguma pesquisa realizada sobre a PAE, seja a nível de IFPB, ou mais especificamente em seu Campus, obtivemos as seguintes respostas:

Entrevistada 1: [...]Tive sim, eu sei da dissertação de Leo, a de Gillyane e a de Evelin[...]particpei da pesquisa também, mas confesso que não me aprofundi na leitura da dissertação após ela ter sido concluída.

Entrevistada 2: [...]Ah, sei da dissertação de Leonardo...tive participação na coleta de dados, mas eu acabei não tendo uma leitura mais aprofundada depois que ele concluiu.

Entrevistada 3: [...]Então...eu já estou até acostumada a participar dessas pesquisas (risos), particpei na coleta de dados da que teve aqui no Campus, mas não tenho muito conhecimento da pesquisa em si...de como sucedeu.

Entrevistada 4: “[...]Eu até soube da pesquisa que houve aqui no Campus, mas não tenho muitos dados sobre ela...apenas sei que houve.

Entrevistada 5: “[...] Não, no meu Campus não. Eu sei que tem, mas eu não me debrucei [...].

Conforme as respostas apresentadas, concluímos que, apesar de as assistentes sociais terem conhecimento e/ou alguma participação na coleta de dados, elas não tiveram um retorno



acerca dos produtos das dissertações, ou não se aprofundaram na leitura do trabalho final. Esse fato além de contribuir para a falta de informações relevantes para o aperfeiçoamento das políticas de assistência estudantil, destaca a necessidade da atualização dos profissionais no que tange às ferramentas fundamentais para o aprimoramento do seu trabalho, referindo-se, nesse caso, às literaturas pertinentes e relevantes na área.

Ao serem questionadas a respeito da importância das pesquisas sobre as políticas de assistência estudantil realizadas pelos discentes do mestrado profissionalizante, as assistentes sociais apontaram a crença na validade e relevância de tais trabalhos para o melhoramento das ações realizadas pelas instituições. Portanto, destacam que o acesso a tais produções pode favorecer a formação de uma visão crítica a respeito da materialidade das políticas na Instituição, contribuindo para serem implantadas e/ou aperfeiçoadas visando à concretização de programas de apoio estudantil sólidos e eficazes considerando a realidade socioeconômica dos discentes.

Entrevistada 1: “[...]Nós não temos um retorno de cada trabalho realizado, no entanto nas reuniões com as (os) assistentes sociais do IFPB que sempre realizamos, já foram discutidos o resultado de algumas dissertações. Inclusive, já foi proposto que fosse realizado a nível de IFPB um encontro que abarcasse[...] para mostrar mesmo, o resultado desses trabalhos...são de grande valia para nós.

Entrevistada 2: “[...]De fato não temos um retorno desses trabalhos, mas acho que eles deveriam ser mais divulgados, até mesmo pelo próprio pesquisador”.

Entrevistada 3: “[...]É, retorno dos trabalhos realizados eu não tive conhecimento...assim, pelo menos aqui a nível do Campus que estou lotada. Mas já soube que foi proposto que nas reuniões com os assistentes sociais esses trabalhos fossem mais divulgados.

Entrevistada 4: “[...]Acho que divulgação mesmo, talvez pelo próprio pesquisador ou pela instituição. Como esses trabalhos trazem um produto final, eles poderão subsidiar em tomadas de decisão[...] em melhorias institucionais e nas reflexões mesmo do trabalho que desenvolvemos [...] o que podemos mudar ou ajustar, por exemplo”.

Entrevistada 5: “[...] Acredito que uma divulgação desses trabalhos mesmo, porque as pessoas estudam, pesquisam, mas não chega até nós, a nossa realidade. É preciso que essa informação se dissipe...até mesmo aproveitando esses encontros que temos junto com a equipe multiprofissional, poderia aproveitar esses momentos para divulgação”.

Nessa perspectiva, entendemos que os estudos sobre essas produções no IFPB podem contribuir para a formação de uma visão crítica a respeito das políticas da área, visando seu aperfeiçoamento de forma a possibilitar a concretização de programas de apoio estudantil mais eficazes no contexto da instituição e da realidade socioeconômica dos discentes.

Em face do exposto, é possível identificar lacunas no processo de divulgação e devolutiva das pesquisas, bem como a sua valorização, dificultando o acesso da comunidade acadêmica e interessados pela temática a estudos sobre a materialidade das políticas de assistência estudantil no IFPB, considerando as condições dos estudantes e a abrangência das

ações desenvolvidas. Outrossim, ao não terem seus trabalhos discutidos e tomados como bases para a adoção de medidas dentro dos Campi, os pesquisadores, que são servidores da própria instituição, podem associar essa realidade à desvalorização de todo o procedimento seguido, os caminhos percorridos e as avaliações dos dados obtidos com muito esforço, o que prejudicar, em alguma medida, iniciativas na área.

## **7 Considerações finais**

A assistência estudantil tem como objetivo principal garantir a permanência e o êxito dos estudantes na universidade, promovendo a igualdade de oportunidades e contribuindo para a democratização do acesso à educação superior.

As literaturas existentes sobre o tema destacam que a assistência estudantil desempenha um papel fundamental na redução das desigualdades sociais e no combate à evasão escolar. Muitos estudantes enfrentam dificuldades financeiras e socioeconômicas que prejudicam seu desempenho acadêmico e os levam a desistir dos estudos.

A assistência estudantil busca minimizar essas dificuldades, oferecendo apoio financeiro, alimentação, moradia, transporte, saúde, apoio pedagógico, dentre outros benefícios. Além disso, a assistência estudantil também contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes.

Ao proporcionar condições adequadas para a permanência na universidade, a assistência estudantil permite que os alunos se dediquem integralmente aos estudos, participem de atividades extracurriculares e desenvolvam suas habilidades e competências, preparando-os para o mercado de trabalho.

Outro ponto importante é o impacto positivo da assistência estudantil é favorecer o acesso e a permanência de estudantes de diferentes classes sociais, raças, gêneros e regiões no ensino superior, de forma a contribuir para a formação de uma sociedade mais igualitária e plural.

O estudo das dissertações sobre a assistência estudantil no IFPB apontou para muitos problemas na materialidade dessa política na instituição, a depender do curso e Campus lócus da pesquisa. Entretanto, as propostas apresentadas pelos autores podem ter um alcance sistêmico, quais sejam: ampliar a participação dos beneficiários na gestão do PAE; aprimorar processos de comunicação e divulgação dos serviços e ações do Programa; ampliar vagas dos editais e aumentar os valores da assistência pecuniária aos estudantes; investir na ampliação e diversificação de profissionais que compõem o quadro de servidores que atuam na AE, bem

como sua formação; aprimorar o processo seletivo e consolidar a política de avaliação e monitoramento da PAE.

Quanto às análises das respostas dos questionários pelos autores das dissertações estudadas, eles pontuaram que apesar da receptividade dos servidores em participar da pesquisa, pouca ou nenhuma divulgação ocorreu após sua finalização. Isso pôde ser constatado na entrevista com as assistentes sociais, pois todas disseram ter pouco ou nenhum conhecimento sobre essas produções.

Os autores apontaram que, caso tivessem condições de dar continuidade em suas pesquisas, investiriam nas seguintes ações: atualização da PAE do IFPB, investimento em acompanhar a assistência estudantil com foco no apoio pedagógico, dimensão prevista no PNAES; avaliação dos impactos das ações em termos de permanência e êxito nos cursos. Merece destaque dois autores, que destacaram que os produtos por eles propostos previam propostas que poderiam ser aplicadas, o que os motivariam a avaliar seus possíveis desdobramentos na instituição.

Quanto às assistentes sociais, a partir de suas falas, inferimos que as medidas tomadas no âmbito da assistência estudantil não estão considerando de forma efetiva a realidade dos alunos das instituições. Baseiam-se, apenas, em processos que já vinham sendo repetidos há anos, sem a atualização em paralelo com as mudanças socioeducacionais que marcam as políticas públicas para a educação. Aspectos como o acompanhamento pedagógico foi elencado como uma das melhorias a serem aprimoradas na política.

Outro aspecto destacado pelas assistentes sociais entrevistadas foi a falta de acesso aos estudos empíricos que discutem a realidade da assistência estudantil no IFPB, vez que os trabalhos publicados não foram estudados detidamente ou mesmo consultados pelo Setor responsável pela área de forma sistemática. Nesse sentido, consideramos que o acesso a tais materiais, em sendo oportunizado por meio de formações, pode favorecer a compreensão da PAE e uma melhor aproximação das necessidades dos estudantes, assim como os aspectos para os quais as políticas devem voltar-se de forma prioritária, buscando sanar os problemas referentes à permanência deles no processo educacional.

Outrossim, apesar do esforço e dedicação no desenvolvimento, avaliação e conclusão das pesquisas, esses autores, que também são servidores da instituição, não tiveram seus esforços valorizados, pois, segundo as respostas obtidas, as dissertações elaboradas por eles são apenas comentadas entre os assistentes sociais, carecendo de um estudo minucioso para que se possa compreender o cenário da assistência estudantil do Instituto Federal da Paraíba e, com

base nesses dados, poder elaborar e redimensionar ações pertinentes às políticas assistenciais que sejam coerentes com o cenário apresentado.

No entanto, em nível macro, é preciso ressaltar a necessidade de investimentos e políticas públicas efetivas para garantir a ampliação e a melhoria da assistência estudantil, de forma a atender à demanda crescente dos estudantes nas instituições federais com vistas a proporcionar uma educação de qualidade e inclusiva para todos, de forma a acompanhar o ritmo das mudanças educacionais e promover o princípio constitucional da igualdade de acesso.

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica. Caso você não queira participar, não há problema algum. Você não precisa me explicar o porquê, e não haverá nenhum tipo de punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo, basta selecionar a opção correspondente no final desta página.

Para confirmar sua participação você precisará ler todo este documento e depois selecionar a opção correspondente no final dele. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações.

Este TCLE se refere ao projeto de pesquisa PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, cujo objetivo é analisar as contribuições das pesquisas realizadas sobre a Política de Assistência Estudantil (PAE), no IFPB, para as ações desenvolvidas nos últimos cinco anos pela instituição.

Para ter uma cópia deste TCLE você deverá imprimi-lo, ou deverá gerar uma cópia em pdf para guardá-lo em seu computador. Você também poderá solicitar aos pesquisadores do estudo uma versão deste documento a qualquer momento por um dos e-mails registrados no final deste termo.

A pesquisa será realizada por meio de um questionário *online*, constituído por “13 (treze)” perguntas. Estima-se que você precisará de aproximadamente “01 (uma) hora”. A precisão de suas respostas é determinante para a qualidade da pesquisa.

O questionário estará disponível para ser respondido entre os dias 27/12/2022 e 06/01/2023.

Você não será remunerado, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntária. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper o questionário e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição.

**RISCOS E AS MEDIDAS MITIGATÓRIAS ESTUDO:** Os riscos da sua participação são respectivamente, considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder as questões que lhe serão apresentadas. Em

todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil e suas complementares.

**BENEFÍCIOS DO ESTUDO:** os benefícios da sua participação serão contribuir com a produção do conhecimento científico em relação à gestão acadêmica nos programas de mestrados profissionais em âmbito local e nacional.

**INSERIR A FORMA DE DEVOLUTIVA AOS PARTICIPANTES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS.**

Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

É garantido a você o direito a ressarcimento em caso de despesas comprovadamente relacionadas à sua participação no estudo, bem como, ao direito a indenização em caso de danos nos termos da lei.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê do CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CCS/UFPB. Caso persistam dúvidas sobre o estudo, ou em caso de denúncias e/ou sugestões o Comitê de Ética está disponível para atender você

Você poderá também ligar para o telefone, ou encaminhar um e-mail para:

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba

*Campus I* - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB  
(83) 3216-7791 – E-mail: [comitedeetica@ccs.ufpb.br](mailto:comitedeetica@ccs.ufpb.br)

ou

Para contatar a pesquisadora, você poderá encaminhar um e-mail, ligar ou mandar mensagens pelo WhatsApp a qualquer momento:

Instituto Federal da Paraíba – *Campus Picuí*

Pesquisadora: Anna Paula Dionísio Ramos

Telefone:(83) 99985-7206

E-mail: anna.paula@academico.ufpb.br

### **CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO**

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento.

Fui informado também que devo imprimir ou gerar um PDF do TCLE para ter a minha cópia do TCLE e que posso solicitar uma versão dele via e-mail para os pesquisadores.

- ACEITO PARTICIPAR
- NÃO ACEITO PARTICIPAR

---

Participante da pesquisa